

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE TEORIAS LINGUÍSTICAS E LITERÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

DAIARA NERI GODOI FRANZÃO

**UMA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM MARINGÁ-PR POR MEIO  
DOS DOCUMENTOS DO PROCESSO ELEITORAL DE 1956**

Maringá  
2024

DAIARA NERI GODOI FRANZÃO

**UMA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM MARINGÁ-PR POR MEIO  
DOS DOCUMENTOS DO PROCESSO ELEITORAL DE 1956**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos.**

Orientador: Hércius Batista Pereira

Maringá  
2024

**DAIARA NERI GODOI FRANZÃO**

***“UMA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM MARINGÁ-  
PR POR MEIO DOS DOCUMENTOS DO PROCESSO ELEITORAL  
DE 1956”.***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos.**

Aprovada em Maringá, **31 de julho de 2024.**

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **HELCIUS BATISTA PEREIRA**  
Data: 31/07/2024 10:47:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Hércius Batista Pereira**  
**Presidente da Banca (UEM/PLE)**

Documento assinado digitalmente  
 **ANDRE LUIS ANTONELLI**  
Data: 31/07/2024 11:15:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. André Luis Antonelli**  
**Membro Titular (UEM/PLE)**

Documento assinado digitalmente  
 **FABIANE CRISTINA ALTINO**  
Data: 05/08/2024 10:25:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiane Cristina Altino**  
**Membro Titular Externo (UEL -  
Londrina/PR)**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

F837h

Franzão, Daiara Neri Godoi

Uma história do português brasileiro em Maringá-PR por meio dos documentos do processo eleitoral de 1956 / Daiara Neri Godoi Franzão. -- Maringá, PR, 2024.  
147 f. : il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Hércius Batista Pereira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024.

1. História social da língua - Maringá (PR). 2. Português brasileiro - Maringá (PR). 3. Sociolinguística variacionista. I. Pereira, Hércius Batista, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 23.ed. 410

Aos meus pais, Gessé e Lêda, que me presentearam com livros, me incentivaram aos estudos, despertaram em mim a paixão pela língua e moldaram, em parte, a mulher que sou. Às mulheres que fazem parte da minha história, em especial à minha avó Auta (em memória), que muitas vezes sacrificou seus próprios sonhos em prol do cuidado e do amor ao próximo. Que este seja um tributo ao impacto profundo que tiveram em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

A meu competente e gentil orientador, Prof. Dr. Hércius B. Pereira, por toda atenção, dedicação e acessibilidade nessa trajetória de pesquisa e de escrita. Além de ser fonte de inspiração, de intelecto e de profissionalismo, mostrou-se tão motivador que tornou a jornada leve e prazerosa.

Aos professores Dr. André Luis Antonelli e Dra. Fabiane Cristina Altino, pelas contribuições dadas no exame de qualificação e pela solicitude em participar da banca de defesa.

Aos professores da minha formação básica das escolas “Duque” e “Denise”, porque me mostraram que o caminho do sucesso passa sempre pela educação; aos da graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá e aos do Programa de Pós-graduação em Letras da mesma instituição por todo auxílio e subsídio.

À CAPES, pelo incentivo financeiro que possibilitou maior dedicação à pesquisa.

A meu amado Raul, que é porto-seguro diário, meu maior incentivador e meu melhor amigo, por acreditar mais em mim que eu mesma e por suportar, com sua calma característica, minhas reclamações nesse percurso.

A minha família, pelo apoio, pela compreensão e pelos tantos almoços de domingo, os quais me fizeram sair do computador e me trouxeram conforto. Prometo que, de agora em diante, os “este fim de semana não posso” serão mais raros.

À amiga que conquistei nessa caminhada da pesquisa, Izabelle, pelos *tours* terapêuticos/gastronômicos e por ser, talvez, a única que, de fato, entendeu meus sentimentos nesses últimos dois anos, porque passamos juntas pelas mesmas angústias e porque temos personalidades muito semelhantes. Seu incentivo e sua confiança em mim muitas vezes fizeram que eu me sentisse especial e capaz.

À amiga que a Descrição Linguística me trouxe, Samara, pelos cafés e pelos diálogos compartilhados, e ao Victor Hugo, pela companhia que me alegrou desde os estágios da graduação até as disciplinas da pós.

Ao Eliabe e à Bruna, que me ajudaram na construção de um pré-projeto que me aprovou para a tão desejada vaga no PLE.

Ao Acervo Histórico de Maringá, por salvar e conservar os documentos que possibilitaram a minha pesquisa.

Ao Elias, historiador do acervo, por toda simpatia, ajuda e por mostrar, diariamente, um interesse enorme pela educação, pela pesquisa e pela manutenção da memória.

Aos primeiros moradores da cidade de Maringá-PR, por trazerem consigo suas línguas, meus objetos de estudo.

A Deus, sobretudo, que sonda e conhece os meus caminhos, por ter me guiado e por ter sido Refúgio, Fortaleza e Socorro.

**Deus disse: Vou ajeitar a você um dom:  
[...]  
Só não desejo cair em sensatez.  
Não quero a boa razão das coisas.  
Quero o feitiço das palavras.**

**(Manoel de Barros)**

## RESUMO

As línguas são um sistema estruturado em constante mudança, isto é, sistematizadas, mas heterogêneas e variáveis, que refletem os diversos indivíduos que constituem uma comunidade. Esta pesquisa, por isso, dedica-se à descrição de diferenças ordenadas dentro do português brasileiro (PB) e à análise da formação linguística de Maringá, cidade do interior do Paraná, pela abordagem da História (Social) da Língua (Burke, 1995; Camacho, 2013; Castilho, 2014; Faraco, 2005) e da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008 [1972]; Mollica, 2023; Weinreich, Labov e Herzog, 2006). Ao analisar variantes fonético-fonológicas e morfossintáticas da língua, a partir da documentação eleitoral de 1956, objetiva-se formar um quadro dos falares e dos itens lexicais que estavam em uso na cidade. Pretende, para isso, de forma mais específica, entender o contexto sócio-histórico da região, a partir dos historiadores Luz (1988; 1999), Noelli e Mota (1999), Omura (1981), Tomaz (2010), dentre outros; interpretar os condicionadores extralinguísticos das variações encontradas (Leão, 2012; Tait, 1999) e discutir as variáveis linguísticas por meio dos estudos fonéticos, morfossintáticos e lexicais (Aguilera, 1989, Altino, 2007, Cristófaró Silva, 2017), das pesquisas sobre o português popular e culto (Castilho, 2014; Camara Jr., 2011; Lucchesi, 2015) e dos traços graduais e descontínuos do *continuum* de urbanização, de Bortoni-Ricardo (2004; 2005; 2022). O *corpus* é formado por 567 informantes, que foram selecionados por apresentar alguma variação em relação à norma-padrão da língua, excetuando-se os desvios de letramento. A partir desses informantes, variados fenômenos foram encontrados e aqueles que apresentaram mais de trinta ocorrências foram descritos e interpretados por meio de variáveis linguísticas e sociais. Dentre os resultados, constatou-se que as variações mais frequentes estão no nível fonético-fonológico: monotongação, abaixamento da vogal alta posterior; elevação das vogais médias; redução de palavras proparoxítonas; supressão de fonema inicial; rotacismo; supressão de /r/; ditongação e despalatização. No nível morfossintático, a mais produtiva foi a concordância nominal, que apresentou a simplificação de número e a não concordância de gênero. Essas variantes correlacionam-se ao delineamento social dos migrantes que formaram o heterogêneo espaço agrícola, que é a Maringá de 1956, constituída por falares que precisam ser valorizados e conhecidos, pois contam uma história e refletem a identidade rural dos habitantes que chegavam à região.

**PALAVRAS-CHAVE:** História social da língua. Sociolinguística variacionista. Português brasileiro em Maringá.

## ABSTRACT

Languages are structured systems in constant flux, that is, systematized yet heterogeneous and variable, reflecting the diverse individuals who constitute a community. This research, therefore, is dedicated to the description of ordered differences within Brazilian Portuguese (BP) and to the analysis of the linguistic formation of Maringá, a city in the North of Paraná, through the lens of the History (Social) of Language (Burke, 1995; Camacho, 2013; Castilho, 2014; Faraco, 2005) and Variationist Sociolinguistics (Labov, 2008 [1972]; Mollica, 2023; Weinreich, Labov, and Herzog, 2006). By analyzing phonetic-phonological and morphosyntactic variants of the language, based on electoral documentation from 1956, the objective is to form a picture of the speech forms and lexical items in use in the city at that time. More specifically, it aims to understand the socio-historical context of the region, based on historians such as Luz (1988; 1999), Noelli and Mota (1999), Omura (1981), Tomaz (2010), among others; interpret the extralinguistic factors influencing the variations found (Leão, 2012; Tait, 1999); and discuss linguistic variables through studies in phonetics, morphosyntax, and lexicon (Aguilera, 1989, Altino, 2007, Cristófaró Silva, 2017), research on popular and cultivated Portuguese (Castilho, 2014; Camara Jr., 2011; Lucchesi, 2015), and the gradual and discontinuous traits of the urbanization continuum, as described by Bortoni-Ricardo (2004; 2005; 2022). The corpus consists of 567 informants, selected for exhibiting some variation from the standard norm of the language, excluding literacy deviations. Various phenomena were identified among these informants, with those having more than thirty occurrences described and interpreted through linguistic and social variables. Among the results, it was found that the most frequent variations occur at the phonetic level: monophthongization, lowering of the high back vowel; raising of mid vowels; reduction of proparoxytone words; suppression of the initial phoneme; rhotacism; /r/ suppression; diphthongization; and depalatalization. At the morphosyntactic level, the most productive was nominal agreement, which showed number simplification and gender non-agreement. These variants correlate with the social composition of migrants who shaped the heterogeneous agricultural space of Maringá in 1956, characterized by dialects that deserve recognition and understanding, as they narrate a history and reflect the rural identity of the inhabitants who arrived in the region.

**Keywords:** Social history of language. Variationist sociolinguistics. Brazilian Portuguese in Maringá.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação do contínuo de urbanização.....	32
Figura 2 – Fichas do processo de qualificação eleitoral.....	48
Quadro 1 – Quantidade de informantes por naturalidade .....	56
Quadro 2 – Divisão do corpus por sexo .....	58
Quadro 3 – Mulheres da amostra a partir da naturalidade .....	58
Figura 3 – Letramento de um migrante lavrador .....	63
Figura 4 – Letramento de um migrante motorista.....	64
Figura 5 – Letramento de um migrante bancário.....	64
Gráfico 1 – Distribuição dos eleitores da amostra por idade .....	66
Figura 6 – Exemplos de monotongação de [ey].....	71
Figura 7 – Monotongação de /ey/ em contexto que antecede o /r/.....	72
Figura 8 – Monotongação de /ɛw/ .....	74
Figura 9 – A estrutura de uma sílaba .....	93
Figura 10 – Falta de concordância de gênero .....	111

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Profissões agrupadas a partir da urbanização .....	61
Tabela 2 – Idades dos informantes agrupadas em três grupos etário.....	66
Tabela 3 – Distribuição de todos os fenômenos fonético-fonológicos.....	67
Tabela 4 – Quantificação e classificação das monotongações encontradas. ....	71
Tabela 5 – Monotongação por naturalidade .....	75
Tabela 6 – Monotongação por sexo .....	75
Tabela 7 – Monotongação por profissão .....	76
Tabela 8 – Monotongação a partir dos grupos etários .....	76
Tabela 9 – Abaixamento da vogal alta posterior por naturalidade.....	78
Tabela 10 – Abaixamento da vogal alta posterior por sexo.....	79
Tabela 11 – Abaixamento da vogal alta posterior por profissão.....	79
Tabela 12 – Abaixamento da vogal alta posterior /u/ por grupo etário .....	80
Tabela 13 – Elevação de /e/ e sua posição no vocábulo .....	82
Tabela 14 – Elevação de /e/ por naturalidade .....	83
Tabela 15 – Elevação de /e/ por sexo .....	84
Tabela 16 – Elevação de /e/ por profissão .....	84
Tabela 17 – Elevação de /e/ por naturalidade .....	84
Tabela 18 – Elevação de /o/ e sua posição no vocábulo .....	85
Tabela 19 – Elevação de /o/ por naturalidade .....	86
Tabela 20 – Elevação de /o/ por sexo .....	86
Tabela 21 – Elevação de /o/ por profissão .....	86
Tabela 22 – Elevação de /o/ por grupo etário.....	87
Tabela 23 – Redução de palavra proparoxítona por naturalidade.....	88
Tabela 24 – Redução de palavra proparoxítona por sexo.....	89
Tabela 25 – Redução de palavra proparoxítona por profissão.....	89
Tabela 26 – Redução de palavra proparoxítona por grupo etário .....	89
Tabela 27 – Supressão de fonema inicial por naturalidade.....	91
Tabela 28 – Supressão de fonema inicial por sexo.....	92
Tabela 29 – Supressão de fonema inicial por profissão.....	92
Tabela 30 – Supressão de fonema inicial por grupo etário .....	92
Tabela 31 – Quantidade de rotacismo .....	94

Tabela 32 – Rotacismo por naturalidade.....	95
Tabela 33 – Rotacismo por sexo.....	95
Tabela 34 – Rotacismo por profissão e porcentagem .....	96
Tabela 35 – Rotacismo por grupo etário .....	96
Tabela 36 – Supressão de /r/ por naturalidade .....	98
Tabela 37 – Supressão de /r/ por sexo .....	98
Tabela 38 – Supressão de /r/ por profissão.....	99
Tabela 39– Supressão de /r/ por grupo etário .....	99
Tabela 40 – Ditongação por naturalidade .....	102
Tabela 41 – Ditongação por sexo.....	102
Tabela 42 – Ditongação por profissão.....	103
Tabela 43 – Ditongação por grupo etário .....	103
Tabela 44 – Despalatização por naturalidade .....	104
Tabela 45 – Despalatização por sexo .....	105
Tabela 46 – Despalatização por profissão .....	105
Tabela 47 – Despalatização por grupo etário.....	106
Tabela 48 – Fenômenos morfossintáticos encontrados na amostra .....	106
Tabela 49 – Simplificação de concordância de número por naturalidade .....	109
Tabela 50 – Simplificação de concordância de número por sexo .....	109
Tabela 51 – Simplificação de concordância de número por profissão .....	109
Tabela 52 – Simplificação de concordância de número por grupo etário .....	110
Tabela 53 – Falta de concordância de gênero por naturalidade .....	113
Tabela 54 – Falta de concordância de gênero por sexo .....	113
Tabela 55 – Falta de concordância de gênero por profissão .....	114
Tabela 56 – Falta de concordância de gênero por grupo etário .....	114
Tabela 57 – Grafia de “tito” por naturalidade.....	116
Tabela 58 – Grafia de “tito” por sexo .....	117
Tabela 59 – Grafia de “tito” por profissão .....	117
Tabela 60 – Grafia de “tito” por grupo etário .....	117
Tabela 61 – Grafia de “leitor” por naturalidade.....	119
Tabela 62 – Grafia de “leitor” por sexo.....	119
Tabela 63 – Grafia de “leitor” por profissão .....	119
Tabela 64 – Grafia de “leitor” por grupo etário .....	120
Tabela 65 – Grafia de “sorteiro(a)” por naturalidade .....	120

Tabela 66 – Grafia de “sorteiro(a)” por sexo .....	121
Tabela 67 – Grafia de “sorteiro” por profissão.....	121
Tabela 68 – Grafia de “sorteiro(a)” por grupo etário.....	121
Tabela 69 – Grafia de “leitoral” por naturalidade.....	122
Tabela 70 – Grafia de “leitoral” por sexo .....	122
Tabela 71 – Grafia de “leitoral” por profissão .....	123
Tabela 72 – Grafia de “leitoral” por grupo etário.....	123
Tabela 73 – Grafia de “sortidão” por naturalidade.....	123
Tabela 74 – Grafia de “sortidão” por sexo .....	124
Tabela 75 – Grafia de “sortidão” por profissão .....	124
Tabela 76 – Grafia de “sortidão” por grupo etário .....	124
Tabela 77 – Grafia de “julio” por naturalidade .....	125
Tabela 78 – Grafia de “julio” por sexo .....	125
Tabela 79 – Grafia de “julio” por profissão .....	125
Tabela 80 – Grafia de “julio” por grupo etário.....	126
Tabela 81 – Grafia de “lavrado” por naturalidade.....	126
Tabela 82 – Grafia de “lavrado” por sexo .....	127
Tabela 83 – Grafia de “lavrado” por profissão .....	127
Tabela 84 – Grafia de “lavrado” por grupo etário .....	127
Tabela 85 – Todos os fenômenos fonético-fonológicos encontrados.....	142
Tabela 86 – Todos os fenômenos morfossintáticos encontrados.....	143

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALiB	Projeto Atlas Linguístico do Brasil
ALPR	Atlas Linguístico do Paraná
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
CMNP	Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPA	<i>International Phonetic Alphabet</i> (Alfabeto Fonético Internacional)
NBR	Norma Brasileira
PB	Português Brasileiro
UCLA	Universidade da Califórnia em Los Angeles

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 DOS PRIMEIROS ESTUDOS FILOLÓGICOS À SOCIOLINGUÍSTICA: CONEXÕES ENTRE HISTÓRIA E LÍNGUA</b> .....	20
1.1 A HISTÓRIA SOCIAL DA LÍNGUA E A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA .....	24
1.2 URBANIZAÇÃO DO BRASIL E O FALAR RURBANO .....	28
<b>2 UM POUCO DE HISTÓRIA: ORIGEM, FUNDAÇÃO E O MOSAICO LINGUÍSTICO DE MARINGÁ</b> .....	35
2.1 MARINGÁ: DOS PRIMEIROS VESTÍGIOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO À URBANIZAÇÃO .....	35
2.1.1 <b>Ecos do passado: a presença indígena no Norte e no Noroeste do Paraná</b> .....	36
2.1.2 <b>A base rural na formação da cidade</b> .....	39
2.1.3 <b>A “democrática” segunda eleição municipal em 1956</b> .....	42
2.2 ALGUMAS PESQUISAS DE DESCRIÇÕES DA LÍNGUA EM USO DE MARINGÁ .....	43
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS PARA UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA, HISTÓRICA E SOCIAL DA MARINGÁ DE 1956</b> .....	46
3.1 FORMAÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	46
3.2 METODOLOGIA.....	50
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	55
4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO.....	55
4.1.1 <b>Variável Naturalidade</b> .....	55
4.1.2 <b>Variável Sexo</b> .....	57
4.1.3 <b>Variável Profissão</b> .....	59
4.1.4 <b>Variável idade</b> .....	65
4.2 VARIAÇÃO FONÉTICO-FONOLÓGICA.....	66
4.2.1 <b>Monotongaço</b> .....	69
4.2.2 <b>Abaixamento da vogal alta posterior</b> .....	77
4.2.3 <b>Elevação das vogais médias</b> .....	81
4.2.3.1 Elevação de /e/.....	82
4.2.3.2 Elevação de /o/.....	85
4.2.4 <b>Redução de palavra proparoxítona</b> .....	87

4.2.5 Supressão de fonema inicial .....	90
4.2.6 Rotacismo .....	93
4.2.7 Supressão de /r/ .....	96
4.2.8 Ditongação .....	100
4.2.9 Despalatização .....	103
4.3 VARIAÇÃO MORFOSSINTÁTICA.....	106
4.3.1 <b>Concordância nominal de número e de gênero</b> .....	107
4.3.1.1 Simplificação da concordância de número .....	107
4.3.1.2 Não concordância de gênero .....	110
4.4 VARIAÇÃO LEXICAL.....	115
4.4.1 <b>Título e suas variáveis</b> .....	116
4.4.2 <b>Eleitor(a) e suas variáveis</b> .....	118
4.4.3 <b>Solteiro e suas variáveis</b> .....	120
4.4.4 <b>Eleitoral e suas variáveis</b> .....	121
4.4.5 <b>Certidão e suas variáveis</b> .....	123
4.4.6 <b>Julho e suas variáveis</b> .....	124
4.4.7 <b>Lavrador e suas variáveis</b> .....	126
4.5 AS INTERAÇÕES ENTRE O LINGUÍSTICO E O SOCIAL NA MARINGÁ DE (1956).....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	132
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	135
<b>ANEXOS</b> .....	142

## INTRODUÇÃO

Há reflexos nítidos entre a formação linguística do Brasil e o seu processo histórico de urbanização. Primeiro, urbanizaram-se as cidades quinhentistas, como Salvador e Rio de Janeiro, em contato com tantas línguas africanas, indígenas e europeias; depois, as cidades interioranas, em meados do século XX. Muitas dessas cidades menores formaram-se a partir da agricultura, o que suscitou a necessidade de compreender a língua dos espaços rurais, tão plurais e diversos, que muitas vezes são retratados na literatura como homogêneos e únicos – “o dialeto rural”. O ambiente colonizado no país delineou as formas de uso do Português Brasileiro (PB), seja no léxico, na fonética, na sintaxe, no discurso etc., ao mesmo tempo que destruiu muitas línguas e apagou muita gente. Resquícios da história, contudo, permanecem nos dados linguísticos e um estudo que conte essa história faz-se necessário.

Na década de 1980, retomou-se uma preocupação no Brasil com os estudos da língua por meio de uma vertente histórica (Tarallo, 1984). Na sequência, além da história, Burke (1995) propõe um estudo no qual a língua seja analisada como uma instituição social, parte da vida cotidiana e da cultura, e como uma ferramenta de poder, levando em consideração a ascensão de movimentos sociais no país. O autor explica que por meio da linguagem constituem-se os sujeitos e, conseqüentemente, a dominação, pois a língua não é uma portadora neutra, mas carregada de ideologias e de posicionamentos (Burke, 1995).

O português brasileiro é e sempre foi marcado por uma polarização (Bortoni-Ricardo, 2004; Castilho, 2014; Lucchesi, 2015) e, no processo de urbanização das cidades interioranas em meados do século XX que trouxe consigo a escolarização dos espaços rurais, buscou-se uma padronização da norma culta e urbana em oposição aos dialetos do campo. Com isso, ampliaram-se os conceitos de certo e errado; estigma e prestígio. Esses dois polos opostos sempre foram perpassados por questões socioeconômicas e culturais, cujo prestígio continuamente está atrelado a classes mais favorecidas, uma parcela bastante restrita dos brasileiros.

Bortoni-Ricardo (2005), nesse sentido, expõe que as diferenças linguísticas nunca são levadas em conta, que a escola sempre foi norteadada a ensinar a cultura dominante e que tudo que se afasta do código padrão é eliminado e considerado defeituoso. O comportamento linguístico de uma região, entretanto, é um indicador

de sua estratificação social e, em um país como o Brasil, de muita desigualdade social, as diferenças são muito mais acentuadas e perpetuadas. Por isso, é possível afirmar que “a distribuição injusta de bens culturais, principalmente das formas valorizadas de falar, é paralela à distribuição iniqua de bens materiais e de oportunidades” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 14).

No contexto de ampliação das escolas e da migração rural-urbana, a mistura entre variedades do português ampliou-se e, com isso, criou-se uma área *rurbana*, tendo em vista a dificuldade de se estabelecer uma fronteira rígida entre as sociedades do campo e da cidade (Bortoni-Ricardo, 2022). Exatamente sob essa perspectiva, formou-se oficialmente a cidade de Maringá, no Norte do Paraná, em 1947, a partir da expansão da agricultura cafeeira. Maringá atraiu gente de diversas partes do país, em sua maioria, pessoas do campo, e, vagarosamente, foi modificando-se do isolamento rural à formação de uma grande cidade. Com essas pessoas, veio uma diversidade linguística que precisa ser conhecida e valorizada.

Explorar os falares dos primeiros habitantes de Maringá – emancipada em 1951, no ciclo do café (Mota e Noelli, 1999) – e a história da região revela a coexistência de línguas e dialetos que contribuíram para a identidade local. O dialeto caipira, por exemplo, um dos dialetos rurais, descrito por Amadeu Amaral (1920) e falado na antiga província de São Paulo do final do século XIX, foi trazido para a cidade devido à aproximação territorial e ao processo de povoamento das regiões Norte e Noroeste do Paraná, que envolve diretamente a migração paulistas. O mesmo ocorreu em Minas Gerais e, em ambos os estados, hoje, aparecem traços desse dialeto, como o retroflexo no fim das sílabas e a iotização da palatal lateral, no nível fonético. Amaral (1920, p. 2) afirmou que esse dialeto estava “condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve”, mas que legaria bagagem ao seu substituto. Essa constatação confirma-se em diversas pesquisas mais recentes, como a de Castro (2006) que discute a resistência de traços do dialeto caipira entre mineiros e paranaenses.

Além desse, outros dialetos fizeram parte da instauração de Maringá como município, como os dos numerosos nordestinos que migraram, dos gaúchos, dos catarinenses, dos capixabas, dos imigrantes italianos, dos japoneses etc. A maioria deles rurais, pelo próprio perfil de formação da cidade, cuja base era a agricultura e que solicitava essa mão de obra campestre. Essa junção inicial de variedades do PB formaram a identidade do povo maringaense.

O presente estudo foi possível pela farta documentação eleitoral que está disponível de maneira pública para pesquisa no Acervo Histórico de Maringá. Tal documentação inicia-se pelo ano de 1956, primeira eleição de Maringá após o estabelecimento da comarca em 1954, e contém títulos de eleitores, comprovantes de votação e uma ficha preenchida a próprio punho pelo eleitor, que conta parte de sua história e de sua língua. Essa ficha foi o material analisado para esta pesquisa e será apresentada no capítulo que detalha o material e os procedimentos metodológicos. As dez primeiras caixas armazenadas no Acervo Histórico foram analisadas e toda ficha que apresentou alguma variação fonética-fonológica ou morfossintática foi selecionada, a fim de formar o *corpus* da pesquisa, constituído por 567 informantes e 1216 ocorrências variáveis, que foram classificadas em quase 50 fenômenos distintos do PB.

O material propicia a verificação, também, de elementos extralinguísticos, como naturalidade, sexo, profissão e faixa etária desses primeiros eleitores. Assim, os fenômenos que apresentaram mais de 30 ocorrências foram analisados por meio de variáveis linguísticas e sociais, a fim de estabelecer o panorama linguístico da formação de Maringá-PR.

Como a pesquisa está ancorada em teorias históricas e sociais da língua, o ambiente sociogeográfico também é importante e, por isso, vale ressaltar que a literatura da época não é satisfatória quando define os ambientes urbanos (Santos, 2023; Wanderley, 2002), pois um “decreto do Estado Novo, de 1938, atribuía a toda sede de município ou distrito o *status* de área urbana” (Bortoni-Ricardo, 2022, p. 4, *itálico* da autora). Apesar de Maringá ser considerada um potencial centro urbano já em sua construção, o seu perfil de ruralidade ficou bem evidente na amostra. Além disso, os apagamentos que o material de análise apresentou – de estrangeiros e de mulheres, por exemplo – conta muito sobre o período histórico da primeira década da cidade.

Todas as questões linguísticas – as variações fonético-fonológicas, morfossintáticas e lexicais – serão abordadas, por meio da História (Social) da Língua (Burke, 1995; Castilho, 2014; Faraco, 2005) e dos princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008 [1972]; Mollica, 2023; Weinreich; Labov e Herzog, 2006), enquanto historiadores e geógrafos serão acrescentados na descrição desse espaço político, geográfico e socioeconômico, com o objetivo principal de formar um quadro geral dos falares e dos itens lexicais

que estavam em uso na cidade de Maringá, em 1956. Os objetivos específicos, para isso, são estes: (a) entender o contexto sócio-histórico da região, a partir dos historiadores Luz (1988; 1999), Mota e Noelli (1999); Omura (1981); (b) interpretar os condicionadores extralinguísticos das variações encontradas (Leão, 2012; Tait, 1999) e (c) analisar, resumidamente, as variáveis linguísticas por meio dos estudos de Altino (2022); Araújo (2012); Bortoni-Ricardo (2004; 2005; 2022), Cristóforo Silva (2017), Camara Jr. (2011); Castilho (2014), Hora (2012); Paiva e Duarte (2006); Pedrosa e Hora (2007), dentre outros.

Nesse percurso, algumas perguntas direcionadas ao material de análise deverão ser respondidas, a fim de atender o objetivo geral apresentado:

- Quais dialetos contribuíram para a formação linguística de Maringá?
- Quais fenômenos fonético-fonológicos circulavam pela cidade?
- Quais fenômenos morfossintáticos foram os mais frequentes na escrita?
- Quais itens lexicais variavam mais no uso?
- A oralidade interferiu nos dados da língua escrita?

Esta pesquisa justifica-se como forma de contribuir com os estudos do português brasileiro que envolvem língua e história, além de apresentar o panorama linguístico de um período ainda não descrito nem analisado, que é a formação de Maringá na década de 1950. O ineditismo no uso do material de análise em pesquisa de língua também é fator importante, tendo em vista a quase perda desses registros históricos, ameaçados de incineração pela prefeitura várias vezes. Esse fato ressalta a urgência de preservação e da análise desses documentos, que representam uma fonte valiosa para compreender a história linguística da cidade.

Os resultados desta pesquisa possuem implicações significativas para estudos comparativos mais amplos, oferecendo uma base para análises desse período ou de variedades linguísticas mais recentes, com potencial de enriquecer o debate acadêmico sobre as transformações do português brasileiro na região. Dada a grande quantidade de fenômenos variáveis identificados e o número de informantes envolvidos, não se pretende desenvolver um estudo exaustivo que investigue cada variação de forma satisfatória ou profunda, ou que apresente conclusões definitivas sobre mudanças linguísticas e formas que tendem a desaparecer ou a permanecer com o processo de urbanização em curso. Propõe-

se, portanto, a servir como um alicerce descritivo dessa formação linguística para futuras pesquisas. Além disso, pode atenuar preconceitos em relação aos usos linguísticos do maringense e ampliar o reconhecimento da diversidade linguística como elemento enriquecedor da identidade local.

Em relação aos aspectos vinculados especificamente a estudos já realizados sobre a história da região e a ruralidade-urbanidade do Brasil e das regiões Norte e Noroeste do Paraná, podem-se suscitar as seguintes hipóteses em relação ao objeto de estudo:

- a) Os informantes em sua maioria serão naturais de São Paulo e de Minas, tendo em vista a propaganda feita pela companhia que loteou a cidade, e homens, pela exclusão das mulheres do processo eleitoral.
- b) Muitos fenômenos típicos dos falares rurais, como rotacismo, monotongação, supressão do fonema inicial e redução de palavra proparoxítona, serão encontrados, tendo em vista a importância do campo na formação dessa cidade.
- c) As mulheres serão mais propensas à acomodação à língua culta e urbana que os homens, que tendem mais ao conservadorismo.
- d) Os informantes mais jovens apresentarão menos variações estigmatizadas e usos mais próximos à norma culta.
- e) A divisão dos grupos entre profissões do campo e profissões da cidade favorecerá igualmente os fenômenos, tendo em vista os informantes *rurbanos*.

A fim de cumprir seu objetivo, a dissertação é composta por quatro seções primárias. Além delas, esta introdução, que traz uma breve descrição dos caminhos que serão percorridos na descrição e na análise dos dados, bem como os objetivos, as perguntas de pesquisa, as justificativas e as hipóteses do trabalho.

As seções um e dois compõem a base teórica da investigação. Na primeira, inserem-se o referencial teórico e a relação entre história e os estudos linguísticos no decorrer do tempo, a partir do fim do século XVIII, porque, em muitos períodos e vertentes, a língua foi dissociada da história de seus falantes ou entrelaçada por ela. Isso ocorre porque a Linguística Histórica é uma “ciência que retorna sempre” (Tarallo, 1984). Como a pesquisa aponta para a necessidade dessa relação, fez-se necessária uma contextualização. Depois, a Sociolinguística Laboviana e suas vertentes de aplicação no português brasileiro foram apresentadas, por meio de estudos mais contemporâneos, a fim de discutir a base rural da língua especificamente do Brasil. Na seção dois, introduz-se a história de Maringá e das

muitas raízes indígenas que conviviam nesse espaço antes da oficialização do espaço como cidade. Em seguida, apresentamos a história da agricultura cafeeira sob a qual formou-se o município, bem como a da eleição de 1956, período dos dados analisados. Por fim, foi feita uma síntese descritiva de estudos já realizados sobre a língua do município.

A seção três apresenta os processos metodológicos, que esclarecem detalhadamente o material de análise e a metodologia da pesquisa, com informações sobre a seleção, a configuração do *corpus*, a classificação e a análise dos dados.

A seção quatro analisa os dados e será dividida em cinco subseções. Na primeira, as variáveis extralinguísticas que constam no material serão apresentadas, tendo em vista que, nas perspectivas teóricas escolhidas, o perfil sócio-histórico faz parte da análise dos dados: naturalidade dos informantes; sexo; profissões; grupo etário. Embora não haja o grau de escolaridade disponível nas fichas, será feita uma apresentação do panorama que se pôde obter a partir de outros estudos e informações. Na segunda subseção, serão apresentadas as variáveis fonético-fonológicas mais frequentes: monotongação, abaixamento da vogal alta posterior, elevação das vogais médias, redução de palavra proparoxítona, supressão de fonema inicial, rotacismo, supressão de /r/, ditongação e despalatização. Na terceira, serão discutidos os fenômenos morfossintáticos de concordância nominal: a simplificação da concordância de número e a discordância de gênero. Na quarta, os itens lexicais que mais apresentaram variação de grafia serão demonstrados, quantificados e os mais frequentes serão analisados. Na quinta e última subseção, será feita uma análise sintética e geral, que imbrica o social, a história e o linguístico, a fim de interpretar o cenário *rurbano* das línguas trazidas à Maringá, de maneira qualitativa.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, a partir da análise dos dados coletados e dos resultados obtidos, essa etapa sintetizará as principais descobertas alcançadas ao longo da pesquisa. Serão destacadas as contribuições da investigação para o entendimento da formação linguística de Maringá em 1956 e para campos mais amplos de estudos sociolinguísticos e históricos. Além disso, serão discutidas possíveis implicações práticas e teóricas dos resultados encontrados, abrindo espaço para reflexões sobre potenciais pesquisas futuras, a partir dos achados desta dissertação.

## **1 DOS PRIMEIROS ESTUDOS FILOLÓGICOS À SOCIOLINGUÍSTICA: CONEXÕES ENTRE HISTÓRIA E LÍNGUA**

A Linguística como ciência realizou-se a partir do fim do século XVIII, quando se iniciaram reflexões acerca das mudanças ocorridas ao longo do tempo por meio de uma sistematização da língua (Faraco, 2005). Uma breve retrospectiva aos estudos linguísticos faz-se necessária, para que se entenda o surgimento da Sociolinguística Variacionista e o imbricamento entre língua e história, perspectivas sob as quais situa-se esta pesquisa.

Faraco (2005), ao resumir os caminhos percorridos pela Linguística Histórica, divide a trajetória em dois grandes momentos. O primeiro é a consolidação do modelo comparativista nos primeiros anos do século XIX, que vai até o manifesto dos neogramáticos, e o segundo, que dura até os dias atuais, constitui-se em uma tensão entre duas grandes linhas: uma mais imanentista – estruturalismo e gerativismo – que observa a mudança como um fato interno da própria língua e outra mais integrativa, da qual derivam os estudos da dialetologia e da sociolinguística. Nesta, em oposição àquela, articulam-se mais os estudos de língua e o contexto social em que se inserem os falantes.

A reflexão histórica da língua tem suas raízes nos estudos filológicos das sociedades humanas, isto é, nos estudos de textos antigos, com o objetivo de estabelecer sua forma original. Por meio desses estudos, foi possível preservar textos literários e religiosos, o que possibilitou a investigação das línguas no decorrer do tempo, instigou a reflexão sobre os seus usos e conservou a fonte dos estudos de Linguística Histórica, que são os textos antigos (Faraco, 2005).

A gênese da ciência da linguagem é frequentemente associada a Wilhelm von Humboldt, cuja abordagem paralinguística não se limitou à análise empírica de dados, mas englobou uma “série de raciocínios acerca da linguagem em geral, alicerçando-os com exemplos das mais variadas línguas” (Camara Jr., 2011, p. 37). Humboldt, no início do século XIX, debateu as diversas estruturas linguísticas e defendeu sua influência na evolução do espírito humano. Língua, para ele, não era um conjunto de formas e de regras, mas uma série de atos de fala criados e utilizados pelos homens para expressar pensamentos. O autor, entretanto, focalizava os fatores fisiológicos e físicos que produzem a fala (Camara Jr., 2011).

A história começou a imbricar-se nos estudos de língua quando, na mesma

época, em 1808, F. Schlegel publicou um texto que foi o ponto de partida dos estudos comparativistas: “Sobre a língua e a sabedoria dos hindus”<sup>1</sup>. Nele, o autor evidenciava semelhanças de léxico e de sintaxe entre o sânscrito e o latim; o grego; o germânico e o persa (Faraco, 2005). Enquanto isso, Humboldt fundava o primeiro departamento de linguística comparativa na Europa, liderado pelo famoso linguista Franz Bopp (Glushkova e Domingues, 2022).

Bopp levou os estudos de Schlegel adiante e em 1816 demonstrou, por comparação de morfologia verbal, a sistematicidade que havia entre as línguas citadas. Depois, incluiu aos seus estudos as línguas lituana, eslava, armênia, celta, albanesa, gótica e alemã e publicou em uma obra pioneira considerada a base da Linguística Histórica indo-europeia, que impulsionou outros estudos históricos por meio de comparações entre línguas vivas e mortas (Faraco, 2005).

Paralelamente aos estudos de Bopp, e também independente dele, outro linguista importante foi o dinamarquês Rasmus Rask, que impulsionou os estudos de origem da língua escandinava, ao incentivar os estudos de flexões morfológicas e concordância, dando grandes passos em direção à Gramática Comparativa (Camara Jr. 2011).

Mais tarde, na metade do século XIX, o histórico da língua é abandonado e contestado pelo alemão Augusto Schleicher, que define a língua como um organismo natural cujas mudanças têm uma evolução no sentido darwiniano, não histórico. Além disso, ele ramificou as línguas em língua-mãe e línguas-ramo, que se bifurcavam até chegar aos dialetos. Ele não levou em conta, entretanto,

a variação dialetal, presente em todos os estágios da história das línguas e fundamental para a dinâmica histórica, nem as influências entre as diferentes línguas da família. A própria ramificação não está fundada em critérios sistemáticos (Faraco, 2005, p. 138).

Depois, contrapondo-se a essa corrente, emergiram os neogramáticos, que interpretaram a linguagem sob uma ótica psicológica. Eles argumentavam que a mudança linguística ocorria na "alma" do indivíduo e se propagava através da comunicação social. Esse período foi crucial para a concepção de língua como um fenômeno coletivo, sujeito a alterações nos grupos linguísticos (Camara Jr., 2011).

Segundo Faraco (2005), a língua, para os neogramáticos, tinha de ser observada ligada ao indivíduo falante, tendo em vista que o homem que fala havia sido muito pouco investigado. Nesse movimento, então, surge um novo olhar para

---

<sup>1</sup> Tradução de Faraco (2005) – Original do alemão: “Über die Sprache und die Weisheit der Inder”.

os estudos históricos, pois tratavam de criar uma teoria para as mudanças, não apenas comparar sistematicamente línguas, como faziam os comparativistas. Houve, ainda, uma crítica ao fato de que, ao encontrar irregularidades, os antecessores interpretavam-nas como exceções e admitir isso aponta para a aceitação de que as línguas não são bases para um estudo científico.

Paul (1966 [1880]) é trabalho chave para compreensão dos neogramáticos, pois, nesta obra, negava-se a possibilidade de estudar língua por outro viés que não o histórico e afirmava que todo método científico que não interpreta a história é incompleto, porque “a língua, como todos os produtos da cultura humana, é um objeto de contemplação histórica” (Paul, 1966 [1880], p. 13). Paul propunha, então, que se observassem os fatos, mas que, além disso, se expusessem as condições de vida da língua mais universalmente, por meio da psicologia e da fisiologia (Faraco, 2005).

Em 1916 surge a linguística moderna, já início do século XX, a partir dos pensamentos do suíço Ferdinand Saussure, pai do Estruturalismo, que depois se divide nos momentos descritivista e gerativista. Esse modelo estrutural rompe com o histórico-comparativo e sustenta a “interpretação da linguagem como um objeto sincrônico em si mesmo e por si mesmo” (Camacho, 2013, p. 25). Formado pelos neogramáticos, Saussure abandona a tradição diacrônica e histórica do século passado e estabelece um jogo de relações dentro do próprio sistema linguístico, um sistema de signos. Língua, então, é definida como algo abstrato, isto é, uma consequência da relação entre sons vocais complexos e conceitos: a forma fonética – significante – e o sentido inculcado na palavra – significado (Camara Jr., 2011).

Um aluno de Saussure, o francês Antoine Meillet, ainda no início do século XX, propõe um estudo pelo viés mais sociológico do falante e da língua e, com isso, formula uma teoria consistente e sólida. Nela, “as condições sociais passaram a ser vistas como tendo uma influência decisiva sobre a língua e, conseqüentemente, sobre a mudança” (Faraco, 2005, p. 153). Meillet define que a língua

não é mais concebida como um organismo vivo e autônomo (como em Schleicher), nem como uma realidade eminentemente psíquico-subjetivista (concepção forte entre os neogramáticos e profundamente arraigada no pensamento linguístico posterior); nem como um sistema autônomo de relações puras (como em Saussure); mas como um fato social (Faraco, 2005, p. 153).

Ainda de acordo com o linguista francês, o que impulsiona a mudança linguística é a realidade heterogênea e descontínua das línguas, visto que as sociedades são heterogêneas (Faraco, 2005). Essa visão entre o social e o linguístico abria caminhos para a Sociolinguística. Em meados do mesmo século, os linguistas Sapir-Whorf formulam uma teoria com postulados que defendem que

a língua organiza a experiência de dada comunidade e, por conseguinte, modela o mundo e a realidade social de seus membros. Isto significa que a língua socialmente formada influencia o modo como a sociedade concebe a realidade e, ao mesmo tempo, exerce uma função heurística na percepção da realidade. Como a linguagem exerce um papel ativo no processo de conhecimento, na medida em que suas formas predeterminam certos modos de observação e de interpretação do mundo, não existem duas línguas suficientemente semelhantes para serem potencialmente consideradas uma representação da mesma realidade social (Camacho, 2013, p. 27).

Camacho (2013) destaca que, a partir dessas mudanças na ciência da linguagem, cada língua está em sua plenitude formal e apta para todas as atividades de comunicação e de interação. Por esse motivo, cada sistema linguístico deve ser analisado e descrito com base em sua própria organização estrutural. A orientação normativa aponta para a variedade de prestígio como a única sistematizada e regular, enquanto a descritiva permite a interpretação das de menos prestígio. Tais estudos resultaram na aceitação de que as variações não são uma estrutura ilógica ou ineficiente, apenas apresenta outras variáveis disponíveis na língua, a depender do contexto sócio-histórico de sua formação e uso.

Ainda que Saussure afirmasse, no início do Estruturalismo, que a língua é a parte social da linguagem,

a separação entre sistema e discurso, em toda a tradição linguística que se seguiu a esse ato de criação, foi não só mantida, mas até mesmo talvez aprofundada, por pesquisadores de escolas distintas quanto Bloomfield, Hjelmslev e Chomsky (Camacho, 2013, p. 34).

A Linguística Histórica ficou, então, em segundo plano durante uma parte dos movimentos do estruturalismo e do gerativismo, no século XX, pelo impacto e força de suas teorias descritivistas sobre a língua de uma dada sincronia (Castilho, 2014). Dentro desses dois movimentos, no entanto, Castilho (2014) afirma que já se observava algumas vozes que anunciavam a volta da “velha senhora” (p. 89).

Em 1964, então, reuniram-se 25 pesquisadores na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) para uma conferência, que abriu grandes

debates sobre a relação entre sociedade e linguagem. Um texto introdutório intitulado “As dimensões da sociolinguística” foi publicado em 1966, fruto desses debates, e introduziu o conceito de Sociolinguística. Nessa conferência estavam William Labov, Dell Hymes, John Fisher, Charles Ferguson, John Gumperz, dentre outros grandes nomes da linguística contemporânea. De maneira bem sintetizada, essa nova área de estudos tinha como objetivo analisar a variação sistemática da língua a partir das variações sociais, postulando que a variação não é livre, mas correlacionada com as diferenças da sociedade (Camacho, 2013). A partir desse período introdutório, ramificou-se essa vertente em muitas outras, como a Sociolinguística Variacionista cujo precursor foi William Labov, que abriu novas perspectivas que retomaram o estudo histórico, pois opera com as mudanças e sistematiza as formas linguísticas variáveis e determinados fatores sociais.

### 1.1 A HISTÓRIA SOCIAL DA LÍNGUA E A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

*Sociolinguística* foi um termo que demorou a ser aceito por Labov, já que “implica que pode haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social” (Labov, 2008 [1972], p. 13). O autor afirma que foi preciso, no entanto, reafirmar pelo termo, tendo em vista que uma linguística social e realista parecia uma perspectiva remota nos anos 1960. Até aquele momento, existiam muitas barreiras ideológicas para que se desenvolvesse um estudo da língua no cotidiano. Uma barreira tratava-se do pouco progresso na mudança da língua nas estruturas presentes, pois os estudos sistematizavam apenas línguas passadas. Outra barreira ideológica afirmava que as mudanças sonoras não podiam ser observadas diretamente e atestava que qualquer flutuação estava relacionada a empréstimo dialetal, excluindo o estudo empírico. A última barreira discutida por Labov (2008 [1972]) expunha que as variações livres não podiam ser condicionadas, isto é, alguns enunciados

estavam em variação livre, e se considerava linguisticamente insignificante saber se um ou outro ocorria num momento particular. Relações de *mais* ou *menos*, portanto, eram descartadas do raciocínio lingüístico: uma forma ou regra só podia ocorrer sempre, opcionalmente ou nunca. A estrutura interna da variação ficava, portanto, removida dos estudos lingüísticos e, com ela, o estudo da mudança em progresso (Labov, 2008 [1972], p. 14, *itálicos do autor*).

Nesse período, era afirmação consensual que o linguista não deveria usar os dados não linguísticos para explicar uma mudança, e a avaliação social estava fora da consideração dos estudos. Esses fatos incomodaram Labov até que em 1966 o seu professor Uriel Weinreich propôs a ele e a Marvin Herzog que escrevessem juntos um ensaio, obra que inaugurou a Sociolinguística: “Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística” (Labov, 2008 [1972]).

Nessa obra, Weinreich, Labov e Herzog discutem que, em estudos anteriores, “a variabilidade e a sistematicidade se excluíam mutuamente” (Weinreich; Labov e Herzog, 2006, p. 87). Além disso, a visão simplista de idioleto homogêneo não considerava a possibilidade de um falante usar os vários idioletos que havia a sua disposição. A obra então sugere que se rompa com essa identificação entre estruturalidade e homogeneidade, e que se explique a mudança a partir da descrição de uma diferenciação ordenada dentro da língua (Weinreich, Labov e Herzog, 2006).

Labov, então, ainda na década de 1960, propõe a Teoria da Variação, um instrumento de análise sociolinguística criado e desenvolvido a partir de seus estudos em Nova York e na ilha de Martha’s Vineyard. Nesses estudos, o linguista analisou a estratificação social do /r/ em posição final e as diferenças nas pronúncias dos ditongos /ay/ e /aw/, respectivamente. Constatou, então, que variáveis extralinguísticas dos informantes, como idade, sexo, grau de escolaridade, identificação com o local onde vive etc., são fatores que impulsionaram a conservação ou a inovação no emprego de determinados fonemas (Labov 2008 [1972]).

Nessa abordagem, desvincular o contexto social do uso da língua é inaceitável, porque dá a ela um tratamento mecânico, desligado da realidade dos indivíduos, tendo em vista que língua é coletividade. O idealismo e a abstração da língua, que é a norma-padrão, e não o seu uso concreto, não representam a realidade linguística (Oliveira, 2017). Assim surgiu a metodologia de quantificar fenômenos e analisá-los a partir das variáveis sociais dos indivíduos.

Eckert (2005) defende Labov como o criador de uma base sólida, com teoria e métodos bem definidos para os estudos de variação e de mudança. Os padrões de categorias sociais primárias utilizadas por ele, apresentadas anteriormente, deram origem ao que a autora chama de primeira onda da Sociolinguística

Variacionista. Esses padrões apontam, ainda, para outras questões, que estão subjacentes “às categorias sociais primárias, dando origem a uma segunda onda, caracterizada por estudos etnográficos de populações mais definidas localmente<sup>2</sup>” (Eckert, 2005, p. 1, *tradução nossa*). A pesquisadora, entretanto, tece algumas críticas às primeira e segunda ondas da sociolinguística pela abstração em demasia entre as práticas sociais e os estudos linguagem. Para ela, não basta perceber o social afetando a língua, mas é preciso entender que a relação entre variáveis e categorias sociais permitem, também, a construção de novos lugares e novos significados sociais, isto é, a língua também modifica os espaços (Eckert, 2005, p. 22)<sup>3</sup>.

Camacho (2013), em consonância com o pensamento dela, discute que o falante não pode esvaziar-se enquanto agente de significado. O autor argumenta que Eckert (1989) revestiu o conceito da variável linguística com uma nova roupagem, ao investigar e estratificar classes de adolescentes brancos em uma área do subúrbio de Detroit. Nesse estudo, a autora leva em consideração as redes sociais, identidade e vida social de dois grupos, os *jocks* e os *burnouts*, além da hostilidade mútua entre eles.

Com isso, ela propõe o conceito de *comunidade de práticas*, nas quais as pessoas de diferentes lugares da ordem social se reúnem regularmente por meio de engajamentos e constroem suas identidades. Além disso, um mesmo indivíduo migra entre comunidades, adequando seus usos linguísticos aos ambientes e sendo moldado também por esses espaços. Essa escolha, como se o falante vestisse um personagem a depender da comunidade, é denominada pela autora *prática estilística* (Eckert, 2005).

Tendo em vista o nosso material de análise, fica impossível vincular este trabalho à terceira onda da Sociolinguística, teorizada por Eckert, pois os dados não permitem uma observação das comunidades de práticas das quais os informantes pertenciam nem sua variação de estilo. Não pretendemos, porém, abstrair as práticas sociais da linguagem e, por isso, a pesquisa, além de variacionista, filia-se à História Social da língua, segundo Burke (1995). Nessa

<sup>2</sup> Original: “These patterns pointed to questions about what underlies the primary social categories, giving rise to a second wave, characterized by ethnographic studies of more locally-defined populations” (Eckert, 2005, p. 1).

<sup>3</sup> Original: “It is this indirect nature of the relation between variables and categories that allows variation to be a resource not simply for the indexing of place in the social matrix but for the construction of new places and of nuanced social meanings” (Eckert, 2005, p. 22)

abordagem, a relação dinâmica entre a língua e as categorias sociais afetam-se, simultaneamente, na produção e na reprodução de fenômenos na linguagem.

Burke (1995) discute que há uma equivocada ideia

de que a linguagem exerce função passiva na sociedade, porque os elementos extralinguísticos impactam e moldam as construções linguísticas. No entanto, a língua é uma força ativa, um meio pelo qual alguns indivíduos ou grupos controlam ou resistem a outros indivíduos ou grupos. Sendo assim, algumas pessoas têm mais controle sobre a língua do que outras (Burke, 1995, p. 41-42).

Trazemos, a fim de preencher as lacunas deixadas por nosso material de análise, o conceito sócio-histórico, os conflitos sociais e as relações de poder da formação de Maringá por meio dos historiadores Luz (1988; 1999), Mota e Noelli (1999); Omura (1981), Tait (1999), Tomazi (1999), dentre outros, que propiciam um reconhecimento dessa comunidade que se formava.

Essa relação entre língua e história tinha sido esquecida por um tempo nos estudos realizados no Brasil, mas foi reavivada quando Tarallo (1984) anunciou seu renascimento comparando a Linguística Histórica a uma fênix, isto é, um conceito de ciência que retorna sempre. Faraco (2005) discorre que os estudos da década de 1980, então, voltam a discutir a sincronia da língua pela “diretriz metodológica de que presente pode iluminar o passado” (p. 109).

Ressalta-se que esses estudos mais recentes que incorporam a história na descrição do português brasileiro pertencem às mais diversas áreas da linguística. Castilho (2014) apresenta que a Linguística Histórica emergiu no Brasil em 1980 e foi responsável pela criação do “Projeto para a História do Português Brasileiro” (PHPB), estimulando a convivência de várias vertentes de pesquisa e abrigando “funcionalistas-cognitivistas, gerativistas e sociolinguistas” (Castilho, 2014, p. 89).

Burke (1995) mostra-se ainda não satisfeito com esses estudos, ainda que históricos e sociais, e discute que, muitas vezes, os estudos sociolinguísticos têm negligenciado o problema da dominação pelo uso da língua, ficando restrita essa preocupação aos estudos de retórica e do discurso (Burke, 1995, p. 45). Essa preocupação é bastante relevante, principalmente quando a dominação aparece em mais uma faceta no Brasil: quando a urbanização do país, que ocorreu no século XX, favorece mais uma polaridade, que é a divisão entre as prestigiadas variedades urbanas e as estigmatizadas variedades rurais. O próprio ajustamento das populações que chegaram aos centros urbanos delineou as várias mudanças

sociais, inclusive as de natureza linguística nessas comunidades (Bortoni-Ricardo, 2005).

Os estudos linguísticos contemporâneos vêm considerando o ambiente colonizado do país e autores de diversas áreas têm contribuído para estudos mais voltados à história e ao social do PB (Aguilera 2015, 2022; Altino, 2007, 2022; Biderman, 1998; Mattos e Silva, 2008; Mollica, 2023). Assim, pela impossibilidade de um estudo de língua completo que não seja histórico (Paul, 1966 [1880]), este trabalho, preocupado com uma língua cerceada por aspectos coloniais e rurais na região de Maringá, encaixa-se nessas perspectivas. Assim, Bortoni-Ricardo (2004; 2005; 2022) com suas discussões sobre ambientes rurais e urbanos servirá de base para definir melhor a comunidade que se formava e delinear, a partir dos seus conceitos, o espaço que a cidade ocupava no contínuo de urbanização, conceito que será debatido nas próximas subseções, bem como as relações de poder envolvidas no processo de urbanização de Maringá.

## 1.2 URBANIZAÇÃO DO BRASIL E O FALAR RURBANO

Bortoni-Ricardo (2005) discute a urbanização tardia e desordenada do Brasil, que não foi incentivada pela industrialização, como nos países mais desenvolvidos, mas pelo “campesinato e pelos migrantes de origem rural que procuram melhores condições de vida nas cidades e permanecem, em grande parte, à margem do sistema de produção” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 91). Em 1920, a porcentagem de moradores urbanos era de 10,7% e em 1980 esse número subiu para 67,60%, com 120 milhões de pessoas. Ressalta-se que, nesse período, qualquer sede de município ou distrito era considerada urbana, independentemente das atividades desenvolvidas por seus moradores (Bortoni-Ricardo, 2005).

Antes do século XX, o Brasil, majoritariamente rural, carregava o processo de colonização e de contatos linguísticos entre escravizados, indígenas, europeus, asiáticos etc. (Ribeiro, 2017). Ressalta-se que mudanças na língua resultam de pressões sociais, isto é, de forças que continuamente operam sobre os falares e indicam essa interconexão entre o social e o linguístico, conforme observado por Labov (2008 [1972]).

Entre as muitas lendas que se criaram no Brasil, como parte dessa pressão

social, há o discurso da homogeneidade linguística, que despreza as diferenças diatópicas e diastráticas. De acordo com Lucchesi (2015), essa vontade de homogeneização não veio de uma “assimilação dos contingentes da base da pirâmide social ao mercado consumidor e ao espaço da cidadania, mas de uma imposição da língua dominante em um processo de violenta opressão simbólica e cultural (p. 88). Nesse processo, segundo o autor, a maioria brasileira do século XX que era composta por descendentes de africanos e indígenas e que viviam nas cidades interioranas, foi condenada à pobreza, à marginalidade e ao analfabetismo.

A visão de homogeneidade não considera essa maioria de brasileiros e sempre foi pautada na norma culta em uso pelas pessoas urbanas e privilegiadas, resultado do português trazido da Europa pelos colonos, de diversas províncias, e que, postos em contato, tenderam a reduzir as particularidades de cada dialeto e agrupar-se nas zonas urbanas (Bortoni-Ricardo, 2005). Assim, apenas as grandes cidades eram investigadas e apresentadas como padrão a ser seguido.

A migração ocorrida no país em meados desse século, no entanto, por conta de urbanização, da escolarização e da globalização, alterou a distribuição da população brasileira no binômio campo-cidade e possibilitou uma mescla entre muitas variedades do PB, de origem rural ou urbana (Lucchesi, 2015). Ampliou-se, com isso, a busca pela padronização da língua – norma urbana e culta –, porque surgiram as áreas *rurbanas*, formadas por migrantes de origem rural, pelos advindos dos grandes centros e pelas comunidades interioranas semirurais, que “preservam traços rurais pré-migratórios, inclusive na linguagem” (Bortoni-Ricardo, 2022, p. 4).

Os estudos linguísticos desenvolvidos no Brasil não se atentaram, por muito tempo, para essa realidade do país, que teve sua cultura profundamente alterada no século XX e, muitas vezes, espelham-se nos modelos de pesquisa sociolinguística desenvolvidos e aplicados nos Estados Unidos, em realidades muito distintas. Pouco se conhece, de acordo com Bortoni-Ricardo (2005), do processo de transformação dos dialetos rurais brasileiros em urbanos, isto é, um português que se desenvolveu nas zonas rurais e que se distanciou da norma portuguesa, pois houve maior influência “do adstrato indígena e do *pidgin* falado pelos negros entre si e nos seus contatos com a população branca e mestiça” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 32). Por isso, um trabalho linguístico precisa entender a mobilidade urbana, a mobilidade rural e os fluxos migratórios do século XX, que

mesclaram esses falares urbanos e rurais.

Amaral (1920) foi precursor desse tipo de pesquisa, mas enfocou o estudo no desenvolvimento de um dos dialetos rurais, o que ele denomina “caipira”. Nele, muitos fenômenos rurais foram descritos e contemplados, mas a partir de comunidades de parte do estado de São Paulo, a antiga província. O autor faz um estudo que coloca o dialeto como pertencente à maioria da população do Sul do estado, em oposição à minoria culta da época. Além disso, afirma que o *caipirismo* não é apenas língua, mas manifestação de vida provinciana, de gente que foi colocada à margem, por ser ignorante e atrasada. Essa gente numerosa, então, construiu muitas vias de comunicação, intensificou o seu comércio e os pequenos centros populosos, que antes viviam isolados, “passaram a trocar entre si relações de toda a espécie, e a província entrou por sua vez em contato permanente com a civilização exterior” (Amaral, 1920, p. 1).

O dialeto caipira foi definido por muitos traços, como o frasear lento, cantado e plano; as vogais bem pronunciadas; a ditongação das vogais seguidas de /s/; supressão de vogais em paroxítonas; nasalidade de vogal, como em *inzame* < exame; elevação das vogais médias em *pirigo*, *tisôra*, *cuzinha*, *ingulir*; conservação do /r/ do infinitivo; monotongação antes de [j]; rotacismo em *vortei*; *quarquer*, *mér* com o uso do retroflexo [ɻ]; dentre outros. Após a expansão cafeeira, o Norte do Paraná foi muito influenciado por esse dialeto e por tantos outros de base rural. Depois, esses dialetos, em contato entre si e com a urbanização/escolarização, modificaram-se, e alguns traços permanecem até os dias atuais, mesmo na fala culta do Maringaense, por exemplo, como é o caso do retroflexo. Outros ainda ficam restritos aos marginalizados.

O português brasileiro pode ser analisado por meio de dois extremos: um que apresenta características prototípicas da fala rural e muito estigmatizadas, como o rotacismo do dialeto caipira, e outro elitizado, urbano e culto. Essa classificação simplória de dois pontos que se opõem, entretanto, não basta para um estudo sociolinguístico, pois a área *rurbana* brasileira não está bem definida e as variações linguísticas podem figurar-se em várias posições de um *continuum* entre esses dois extremos. Bortoni-Ricardo (2005) propõe que as variedades mais estigmatizadas são as “descontínuas”, pois são regionais e sociais mais isoladas, enquanto as variedades “graduais” estão no repertório de todos os falantes e depende apenas do grau de formalidade que eles conferem à fala.

O Brasil, até hoje, apresenta um grande contingente da população cuja língua é predominantemente oral, tendo em vista o problema de extensivo analfabetismo e a precariedade de instrução escolar. Esses fatos, conforme Bortoni-Ricardo (2005, p. 24), “impedem tanto o acesso à língua-padrão real, efetivamente usada pelas classes favorecidas, como à língua-padrão ideal, ou seja, o conjunto de critérios referenciais que determinam os padrões de correção e aceitabilidade da língua”. Conclui-se, com isso, que o emprego das variantes linguísticas de uma língua nunca é aleatório ou caótico, mas influenciado, regulado e sistematizado por fatores de natureza social ou estrutural (Mollica, 2023).

Além desse problema social, os países em desenvolvimento, principalmente os do Hemisfério Sul, tornam difícil a tarefa de estabelecer fronteira entre sociedades rurais e urbanas. “O que há, de fato, é um contínuo em que as sociedades foram evoluindo do isolamento rural até a formação de grandes metrópoles” (Bortoni-Ricardo, 2022, p. 3). Um importante geógrafo Brasileiro, Milton Santos, abandona a dicotomia entre Brasil urbano vs Brasil rural e assume os conceitos de Brasil urbano vs Brasil agrícola, porque não é tão simples assim definir uma ou outra. Consoante a sua teoria, “as regiões agrícolas contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais (Santos, 2023).

O autor problematiza as definições dos censos, que não consideram as atividades desenvolvidas nesses espaços, se técnico-científicas ou primárias. Ambas podem desenvolver uma região sócio, política e economicamente, embora em velocidades diversas. As atividades primárias, ligadas ao campo, embora tenha a capacidade de expandir um território e construir grandes cidades, retém um estilo de vida mais tradicional e conservador (Santos, 2023). Neste trabalho, intercalaremos os termos rural e agrícola, tendo em vista que os estudos de língua sempre descrevem os fenômenos linguísticos mais estigmatizados como rurais, mas concordamos com a problematização de Santos (2023), que melhor define a formação da cidade de Maringá, pertencente a uma região agrícola, principalmente no período da língua em estudo, pois é difícil delimitar essas fronteiras entre o campo e a cidade. A mesma dificuldade ocorre com as marcas linguísticas, quando se tenta defini-las como pertencentes aos extremos polos da ruralidade e da urbanidade e, por esse motivo, apresenta-se nesse trabalho o termo *rurbano*.

A partir das dificuldades de afirmar se uma variação linguística, seja do campo fonético-fonológico, lexical, morfológico, sintático ou semântico, pertence a



há itens lexicais que marcam as variedades não-padrão que são abruptos ou descontínuos, porque aparecem no contínuo de urbanização somente até determinado ponto. Há outros que são graduais, porque presentes em todas as variedades vigentes na língua. Por exemplo, o uso da primeira pessoa verbal “nós” com a forma de terceira pessoa do singular (nós chegou\*, nós vai\*, etc.) é um traço descontínuo. Já a perda dos plurais redundantes no sintagma nominal é um traço gradual (hoje é dia de todos os santo\*). Mas essa distinção nem sempre é facilmente operacionalizada (Bortoni-Ricardo, 2022, p. 6).

Bortoni-Ricardo dá um tratamento menos abstrato ao social e afirma que a posição do falante no *continuum* de urbanização está diretamente relacionada ao sociodemográfico e geográfico. As análises, portanto, devem ser complementadas com “a categoria de seu trabalho (predominantemente manual ou predominantemente intelectual), mobilidade espacial (doméstica ou internacional), participação em eventos urbanos, exposição à mídia e informação política” (Bortoni-Ricardo, 2022, p. 5).

Esta seção, portanto, faz uma retomada da história da Linguística e dos caminhos percorridos pelas variadas vertentes de estudos, o que mostra a versatilidade das óticas para o estudo da língua e suas possibilidades. Ela surgiu, como ciência, no final do século XVIII, consolidando-se no século XIX com o comparativismo e a Linguística Histórica, quando se refletia sobre as mudanças ao longo do tempo e entre línguas diversas. O comparativismo sistematizou a relação entre diversas línguas indo-europeias, enquanto a abordagem evolutiva de Schleicher, que via a língua como um organismo natural, contrastou com os neogramáticos. Esses, por sua vez, introduziram uma perspectiva psicológica, focando na mudança linguística como um fenômeno individual e social. No início do século XX, Saussure revolucionou a Linguística com o Estruturalismo, que via a língua como um sistema de signos e abandonou a abordagem histórica em favor de uma análise sincrônica. Antoine Meillet, seu discípulo, trouxe depois um viés sociológico, considerando as influências sociais sobre a língua.

A Sociolinguística emerge na década de 1960, com pesquisadores como William Labov, que, ao estudar a variação, demonstrou que mudanças na língua estão intimamente ligadas a fatores sociais. A teoria da variação de Labov estabeleceu um parâmetro para analisar a linguagem em contexto social, considerando variáveis como idade, sexo e classe social. Essa perspectiva foi expandida por Eckert e outros, que introduziram conceitos como comunidades de prática e práticas estilísticas, enfatizando a relação dinâmica entre linguagem e

identidade social. A abordagem sócio-histórica de autores como Burke e a análise da urbanização por Bortoni-Ricardo destacam a importância de considerar os contextos históricos, sociais e as relações de poder nas pesquisas linguísticas, enfocando uma comunidade específica, tendo em vista o pluralismo de um país como o Brasil. Antes, então, de ser possível a análise dos fenômenos encontrados, faz-se necessária uma contextualização em relação ao ambiente geográfico, social e histórico, onde foi instaurada a cidade de Maringá, no Norte do Paraná, no fim da década de 1940. Isso será feito na próxima seção.

## 2 UM POUCO DE HISTÓRIA: ORIGEM, FUNDAÇÃO E O MOSAICO LINGUÍSTICO DE MARINGÁ

Nesta seção, serão apresentadas a trajetória histórica e a urbanização de Maringá, desde as primeiras comunidades humanas até a primeira década subsequente à sua emancipação. A presença dos indígenas na região, o fluxo migratório diversificado durante a fase de consolidação urbana e as relações de poder consolidadas na segunda metade do século XX servirão de base para a compreensão dos dados linguísticos analisados posteriormente. Além disso, algumas pesquisas realizadas sobre a língua da região serão expostas, com o propósito de reforçar a originalidade desta investigação e destacar as diferenças frente aos trabalhos anteriores.

### 2.1 MARINGÁ: DOS PRIMEIROS VESTÍGIOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO À URBANIZAÇÃO

A cidade Maringá possui uma história recente: fundada em 1947 e emancipada em 1951, o município atraiu migrantes e imigrantes de vários lugares, devido à qualidade de suas terras roxas e virgens, como eram definidas pelos que chegavam, produtivas para o café, o chamado ouro verde da segunda metade do século XX. A propaganda que, romanticamente, popularizava o conceito de *novo Eldorado*, *terra da promessa* e *nova Canaã* contribuiu para que milhares de trabalhadores rurais se instalassem na região em busca de uma vida melhor (Tomazi, 1999). O município, que se torna comarca em 1954, planejado para abrigar 200 mil pessoas, hoje, de acordo com o censo do IBGE (2022), acomoda 409.657 munícipes e é polo de uma região metropolitana com 26 municípios, parte urbana bastante importante para a economia do estado.

Pensar em urbanização remete à maioria das pessoas a ideia dos grandes centros com histórias centenárias, a contar a partir da chegada das caravelas portuguesas, como é o caso de Salvador, de São Paulo, de Rio de Janeiro etc. O processo de metropolização, entretanto, tem tomado uma dimensão maior nas últimas décadas e estudado outro processo de concentração demográfica, nas chamadas cidades médias do interior (Wanderley, 2002). Maringá configura-se

como uma dessas cidades, que concentra, em sua urbanidade, os seguintes municípios, somando quase 700 mil habitantes: Floresta, Iguaçu, Itambé, Mandaguaçu, Marialva, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco e Sarandi (IBGE, 2022).

A fundação de uma cidade geralmente é circundada de “relatos belos e heroicos” sobre a vida de valentes pioneiros, mas o outro lado, muitas vezes apagado da história pelas instâncias de poder que silenciam os violentados, também precisa ser discutido. De suma importância para este trabalho, silenciamentos serão analisados, porque é essencial para que se entenda o panorama da época, que se reflete na formação do *corpus* desta pesquisa e na ausência de representatividade de certos indivíduos, que compunha a língua daquele momento, modificando-a, ao transmitir e acomodar as variedades. Esta subseção, por isso, introduz o contexto histórico da cidade e divide-se, para isso, em três partes: a história do local onde hoje fica situada Maringá; como ocorreu a formação da cidade; a configuração da segunda eleição municipal de 1956.

### **2.1.1 Ecos do passado: a presença indígena no Norte e no Noroeste do Paraná**

Os quase oitenta anos de Maringá – na contagem oficial –, embora guardem muita memória, evidencia de modo ínfimo o que já foi vivido na região Norte do Paraná. Os historiadores Noelli e Mota (1999) afirmam que existem registros de que populações viveram nesses territórios há, mais ou menos, sete mil anos. As pesquisas arqueológicas desenvolvidas pela região foram mais orientadas ao mapeamento dos sítios e objetos, e contam pouco, infelizmente, sobre o estilo de vida das populações pré-históricas e indígenas. Esse espaço vazio tem sido preenchido, ao longo dos anos, “por informações históricas, linguísticas e antropológicas” (Noelli e Mota, 1999, p. 15).

Os povos originários, que são até hoje, em Maringá, entendidos pelo senso comum como culturalmente homogêneo, apresentam raízes, costumes e línguas muito distintas. “Por exemplo, os Guarani, que possuem a mesma matriz cultural, falam três dialetos diferentes da ‘língua Guarani’” (Noelli e Mota, 1999, p. 17). A Tradição Humanitária, outra matriz cultural, viveu por aqui por, pelo menos, cinco mil

anos e, hoje, não há descendência reconhecida desses povos. Há dois mil anos chegaram ao Paraná os Guarani, os Kaingang e os Xokleng, que ainda resistem e sobrevivem, em número bastante reduzido. A presença de populações Xetá deixou indícios, mas não existiam muitos estudos históricos sobre elas até a década de 1990, de acordo com Noelli e Mota (1999).

Estudos linguísticos, entretanto, já estavam sendo desenvolvidos e foram ampliados posteriormente (Rodrigues, 1979). Aryon Dall’Igna Rodrigues, um dos mais conhecidos linguistas e pesquisador de línguas indígenas no PR, já investigava a língua dos Xetá e o dialeto Guarani na década de 1970 e discutia suas particularidades fonológicas. Os dados estudados foram colhidos dos indígenas da Serra dos Dourados, PR, pelo próprio pesquisador, que os comparava com dados de outras línguas e dialetos da família Guarani a fim de descrever suas semelhanças e diferenças (Rodrigues, 1979).

Na região onde fica situada Maringá, entretanto, muitas dessas populações não existem mais e já não existiam na década da formação da cidade. Sobre os Xetá, Noelli e Mota (1999) declaram que menos de dez pessoas dessa cultura sobreviveram espalhados pelo estado do Paraná. Essa quase extinção de populações inteiras tem seus responsáveis e o processo de urbanização da região movido pelo neocapitalismo é um deles.

Parte da exploração dos territórios indígenas e das guerras nos vales do Paraná foram contadas pelos historiadores Mota e Noelli (1999). Os autores discutiram o embelezamento dos discursos oficiais, que apregoavam que os territórios pela região estavam vazios, à espera dos descobridores para habitá-los. A história contada por esse viés se popularizou graças à construção discursiva incentivada e permitida pelo sistema. Entre os responsáveis pelo apagamento de muita gente estão

a história oficial das companhias colonizadoras; os discursos governamentais; os escritos que fazem a apologia da colonização; os geógrafos que escreveram sobre a ocupação nas décadas de 30 a 50 do século XX; a historiografia paranaense produzida nas universidades e, por fim, os livros didáticos que, se utilizando dessas fontes, repetem por milhares de estudantes do Estado a ideia de que as terras indígenas do terceiro planalto do Paraná constituíam um imenso ‘vazio demográfico’ pronto a ser ocupado pelos pioneiros (Mota e Noelli, 1999, p. 28).

A invasão dos europeus no Norte e Noroeste do Paraná começou no século XVI, quando as expedições portuguesas e espanholas buscavam metais e

escravos na rota rumo ao Paraguai e ao Peru. Nessa rota, passaram pelo Sul do Brasil e as expedições foram aniquilando e sendo aniquiladas nesse processo, pelos embates com os verdadeiros donos dessas terras. Alguns relatos, de líderes dessas expedições, são documentos cujas informações evidenciam a quantidade dos territórios que estavam habitados, quais grupos pertenciam à região, como era a organização política dessas populações etc (Mota e Noelli, 1999). A conquista muitas vezes foi sangrenta e feita “palmo a palmo, com o uso da espada, do arcabuz, da besta, da cruz, de doenças e de acordos” (Mota e Noelli, 1999, p. 32). Com a descoberta de diamante e ouro no rio Tibagi essas invasões acentuaram-se.

Tomaz (2010), como parte da sua pesquisa de mestrado em História sobre a formação da cidade, conta que, depois, vieram os jesuítas tentando incutir as práticas dos invasores aos nativos da região, que culminou na dispersão de muitas aldeias. Houve ainda a invasão de grandes fazendeiros dos Campos Gerais paranaenses aos campos Kaingang, no século XIX, com objetivo de expandir seus domínios. Como os povos originários que povoavam a vasta região não eram reconhecidos como “humanos”, as fronteiras eram vistas como prontas a serem conquistadas.

Em meados do século XIX, o Barão de Antonina estabeleceu uma reserva em São Jerônimo da Serra, onde “doou” aos indígenas parte das terras que já pertenciam a eles. A reserva era constituída de 14 mil alqueires de terra, mas, em 1945, por meio de acordos governamentais, os indígenas já haviam sido expropriados, restando apenas 2 mil alqueires, que também já estavam invadidos por posseiros. Um médico londrinense bastante conhecido, por exemplo, ocupava 300 alqueires das terras (Tomazi, 1999).

É possível perceber que o massacre indígena foi justificado por muitos vieses: as terras precisavam ser ocupadas por gente civilizada, em nome de um rei soberano, por questões religiosas com as expedições jesuítas e, por fim, no século XX, em nome do progresso e da urbanização, com o desmatamento de extensas áreas para o cultivo agrícola, período em que se instalaram as companhias colonizadoras e começaram a nascer as cidades. Aos indígenas cabia deixar as terras ou assimilar a cultura dominante. Hoje, segundo o IBGE (2022), sobrevivem em Maringá 294 indígenas, os verdadeiros donos dessa terra.

A inclusão de parte da história indígena, embora os dados desta pesquisa não sejam desses primeiros habitantes, visa problematizar o conceito de

“pioneiros”, frequentemente mal interpretado como os primeiros desbravadores de uma região, como se, antes deles, não houvesse vida em Maringá. Tomazi (1999) argumenta que na narrativa propagandista da cidade, o “pioneiro” é retratado como um personagem fantasmagórico e idealizado, muitas vezes associado à política ou a atividades religiosas. Esses discursos fazem parte do processo de dominação, porque não reconhecem como tal, os nativos, os caboclos ou os posseiros, mas aqueles trabalhadores que, a partir da ótica do capitalismo, venceram por meio da agricultura e foram representativos nesse processo de dominação. Essas foram as pessoas enaltecidas como desbravadoras e como mitos da fundação da cidade, porque deram uma “utilidade” para essas terras com a agricultura cafeeira (Tomazi, 1999).

Assim, optamos por utilizar a expressão “primeiros habitantes da cidade”, nesta pesquisa, uma vez que esta análise se segue à sua emancipação e se concentra em indivíduos simples que exerciam diversas profissões, em grande maioria rural, e que desempenharam um papel fundamental na fundação e no desenvolvimento urbano. O favorecimento social dos informantes da amostra sobre os demais foi estabelecido por outros critérios, como o interesse dos políticos em atrair e incentivar certos eleitores, pelo fato de serem alfabetizados ou, ainda, de serem homens e jovens, dos quais o voto realmente era requerido. Essas considerações serão desenvolvidas subsequentemente.

### **2.1.2 A base rural na formação da cidade**

No início da segunda metade do século XX, começaram a circular pela região de Maringá textos que analisavam e descreviam o seu processo de (re)ocupação. Escritores locais, historiadores, geógrafos, sociólogos, dentre outros, analisaram a formação da cidade do ponto de vista científico, mas, por muito tempo, confirmaram e reproduziram o discurso dominante, ao privilegiar certas narrativas e silenciar outros discursos, como o que desqualifica a presença do indígena (Tomazi, 1999).

Esse ponto de vista do que domina aponta a região como um sertão desconhecido e desabitado, de mata virgem/impenetrada e compactua com a ideia já discutida, do indígena como não humano. Tomazi (1999, p. 55) pontua que a

concepção de terra habitada, para o discurso do dominador, só se materializa quando a “cultura ocidental cristã ocupa determinado território”. Ainda de acordo com esse autor, a presença dos jagunços na formação da cidade servia para que a lei dos poderosos fosse implantada e respeitada, por meio da violência. Logo, apesar da prosperidade e da modernidade prometidas no processo implantação de Maringá, os métodos eram bastante conservadores e retrógrados, assim como a ideia do indígena preguiçoso e da necessidade de civilizá-lo ou de desbravar as matas.

A cafeicultura, antes, teve muito êxito no território paulista e sua expansão natural seria o estado do Paraná. Assim, fazendeiros paulistas e mineiros iniciaram as plantações de café ao Norte do estado. Nessa época, esse foi o cenário: “a exploração agrícola se fez espontaneamente, por grandes proprietários isolados e suas famílias; os colonos eram nacionais e assalariados; as técnicas agrícolas, transplantadas de São Paulo” (Omura, 1981, p. 36).

A colonização do estado, para Omura (1981, p. 36), divide-se em dois momentos: o anterior a 1930, entre os rios Itararé e Tibagi e, depois, “a iniciativa de particulares ou sob os auspícios do Estado, entre 1930 e 1960, na região oeste do Tibagi até o Rio Paraná”, com o plantio do café. Esse último movimento refletiu na superprodução do produto e na baixa dos preços em São Paulo, incentivando ainda mais o plantio no Paraná. Por outro lado, houve também incentivo da Companhia originalmente inglesa, que demarcou e loteou a região, a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), com terras doadas “pelo Governo do Estado através da venda de terras devolutas a Paraná *Plantation* Ltda.” (Omura, 1981, p. 42), situadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí.

Na Segunda Guerra Mundial, em meio aos conflitos, a Inglaterra dispôs de seus bens no exterior. O governo britânico determinou o retorno dos capitais em aplicação internacional, o que culminou na venda da até então chamada CTNP a um grupo de empresários paulistas, dentre eles: Gastão Vidigal, fundador do Banco Mercantil de São Paulo, e Gastão de Mesquita Filho (Omura, 1981). A Companhia, então, sob o domínio de investimentos nacionais, passou a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (doravante CMNP) e promoveu a ocupação das terras por meio da divisão em glebas, construção de estradas e implantação de núcleos urbanos. Primeiro veio a fundação de Londrina e depois de cidades menores, como Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Jandaia do Sul

e Mandaguari – a qual pertencia Maringá (Tomaz, 2010).

O planejamento comercial para lotear a Maringá foi apresentado pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira e a cidade foi fundada em 1947, embora os lotes foram vendidos anteriormente, a partir de 1938 (Omura, 1981). Começou, no fim da década de 1940, a intensa propaganda da CMNP que exaltava a fertilidade das terras. Principalmente difundida em São Paulo, era incentivado que os pequenos agricultores investissem, com muitas promessas de enriquecimento por meio do café, do algodão e dos cereais (Tomaz, 2010). A publicidade consistia na “distribuição de folhetos com explicações sobre as condições de aquisição das propriedades para exploração agrícola e na divulgação das vendas em jornais do Paraná e de São Paulo” (Tomaz, 2010, p. 8).

Tudo isso surtiu efeito, junto ao “parcelamento das terras em lotes pequenos, vendidos a prazo, com taxas de juros baixas, bem como o transporte, e assistência técnica e o preço relativamente baixo da terra” (Omura, 1981, p. 47), e os migrantes vieram, em busca de oportunidade de melhorar a vida. Na maioria dos casos, “eram pessoas simples, habituadas ao trabalho e dispostas a enfrentar dificuldades como a precariedade das estradas, as distâncias a serem percorridas, a falta de conforto e de assistência médica” (Luz, 1999, p. 116). Luz (1999) ainda discorre sobre a vida simples que os primeiros habitantes tinham nesse período da implantação da cidade. Esses moradores criavam galinhas, porcos e bovinos, andavam sempre em grupos por medo de assaltantes nos carregadores, sofriam com os “borrachudos” que vinham das matas, dentre outros aspectos de uma vida tipicamente rural.

Os alqueires mais afastados do núcleo urbano eram maiores e com preços mais acessíveis, o que também facilitou essa formação primeiramente rural da cidade. Esses lotes foram vendidos predominantemente para brasileiros, em especial aos ruralistas que já moravam no Paraná, seguidos dos migrantes paulistas. Omura (1981) ressalta que, embora a maioria fosse proveniente do próprio estado, em realidade eram naturais de São Paulo, que estavam migrando novamente em busca de novas oportunidades. Nesse cenário foi fundada Maringá, que foi emancipada em 1951.

Em 1956 ocorreu a primeira eleição após a instauração da Comarca da cidade, mas, diferente dos dias atuais, a eleição não era um direito assegurado a todos os cidadãos. Essa formação em lotes mais afastados e predominantemente

rurais, cujo acesso ao “centro” era dificultado, como já discutido, foi um dos fatores determinantes da abstenção de eleitores. O processo necessário para ser considerado apto à votação também era mais burocrático e menos inclusivo. A seguir, serão apresentados o cenário e as barreiras que muitos enfrentavam para exercer esse direito fundamental.

### **2.1.3 A “democrática” segunda eleição municipal em 1956**

Antes de analisar os itens linguísticos e sociais presentes no material selecionado, é preciso evidenciar algumas particularidades da eleição daquela época, tendo em vista seu caráter excludente, que não é representação fidedigna de todas as camadas sociais da população. O alistamento e qualificação de eleitores, à luz do trabalho de Omura (1981), iniciou-se na cidade em janeiro de 1952, ano de sua primeira eleição municipal. O trabalho de alistar eleitores era executado pelos partidos políticos, que possuíam funcionários que se dirigiam às casas ou às lavouras com os requerimentos para qualificar as pessoas.

Nessa visita, o qualificador, segundo Omura (1981), tirava foto das pessoas e elas apresentavam um documento e assinavam em uma folha de papel almaço. Muitos dos eleitores apenas transferiam o título que já possuíam em outra cidade. Assim, havia interferência política nessa busca. Esses requerimentos, as assinaturas e fotografias eram enviadas ao partido, que revelavam os filmes fotográficos, faziam cópias e encaminhavam tudo isso ao juiz eleitoral de Mandaguari, tendo em vista que Maringá torna-se comarca apenas em 1954. O juiz deferia a documentação, datilograva o título e determinava o preenchimento de uma ficha no cartório (*corpus* desta pesquisa), antes da entrega do título ao eleitor.

O perfil rural dos habitantes em idade alistável, o índice elevado de analfabetos – proibidos de participar do processo eleitoral – e o desinteresse da população na eleição, já que o voto não era obrigatório, reduzia a representatividade dos cidadãos. O grupo de eleitores, geralmente, era formado pelos proprietários de terra e seus parentes. Dele “normalmente se excluíam as mulheres, mesmo as alfabetizadas, devido ao elevado número de filhos pequenos e a impossibilidade de comparecimento às urnas por não ter com quem deixá-los” (Omura, 1981, p. 128). Além disso, passavam a integrar o eleitorado local pessoas

com diversos interesses, sejam eles particulares ou por compromisso com candidatos (Omura, 1981). Assim constitui-se o eleitorado desse período e a invisibilidade de muita gente da vida política e social.

A exclusão dos analfabetos será detalhadamente discutida na seção seguinte do trabalho e visa esclarecer a formação do *corpus*, que não retrata um cenário fiel da Maringá de 1956, tendo em vista esse apagamento de pessoas crucialmente importantes na formação da cidade. A marginalização das mulheres também será melhor apresentada na subseção de análise do perfil sociodemográfico. Esta subseção serve como uma introdução do panorama da época, que será melhor desenvolvido posteriormente.

Parte importante da história da cidade inclui as pesquisas linguísticas já desenvolvidas sobre o português falado localmente, com suas variedades. Apesar de ser uma cidade jovem, com menos de 80 anos na contagem oficial, essas investigações desempenham um papel crucial na compreensão das mudanças e das características distintivas dos dialetos que chegaram e que se desenvolveram, influenciados por fatores históricos, sociais e culturais. Os trabalhos acadêmicos realizados até agora são ainda poucos, mas cada um deles contribui de maneira significativa para o campo da linguística regional. Na próxima subseção, serão expostos os estudos existentes, destacando o foco da investigação e suas descobertas principais.

## 2.2 ALGUMAS PESQUISAS DE DESCRIÇÕES DA LÍNGUA EM USO DE MARINGÁ

Nesta subseção, objetiva-se revisitar o que já se produziu acerca da constituição linguística de Maringá e de suas especificidades. Alguns estudos descritivos já foram desenvolvidos, pelo viés da Sociolinguística ou do Funcionalismo, e apontam para a ruralidade dos falares. O retroflexo [ɻ], por exemplo, o conhecido “r” caipira, é marca registrada do maringaense e já foi investigado.

França (1977) em sua dissertação de mestrado publicada em 1977, fez um trabalho linguístico que parece ser o pioneiro sobre a língua da cidade, intitulado “Marcas de fala caipira Norte-Paranaense”. O estudo foi orientado pela professora

Dra. Nelyse Aparecida Melro Salzedas e discutiu aspectos da língua rural, a partir de entrevistas realizadas em 1975 e 1976. Nessa discussão, o professor e ex-político analisa o que ele denominou discurso vulgar norte-paranaense, que é a soma dos falares mineiros, paulistas, nordestinos, ou os do centro-oeste, isto é, “um depósito linguístico pautado pela diversificação” (França, 1977, p. 05). França (1977) investigou o empirismo vulgar normativo e questionou as mudanças linguísticas que estavam ocorrendo no Brasil, comparando-as com os caminhos pelos quais percorreu o Latim vulgar até chegar à Língua Portuguesa. Essa análise abrangeu tanto variáveis fonético-fonológicas, como aférese, síncope, nasalização do ditongo, dentre outras, como variáveis do nível morfossintático, como o uso do pronome “mim” em posição de sujeito e simplificação de concordância verbal ou nominal.

Botassini (2013), posteriormente, em sua tese de doutorado orientada pela professora Dra. Vanderci de Andrade Aguilera, discute crenças e atitudes linguísticas em relação ao uso dos róticos. A pesquisadora, para isso, entrevistou 16 pessoas naturais do Norte do Paraná, 16 cariocas e 16 gaúchos, todos residentes no Norte do Paraná havia, pelo menos, oito anos. Essas entrevistas foram realizadas em 2011 e 2012 e esses habitantes eram nascidos na cidade e filhos de norte-paranaenses. Verificou-se, com esse trabalho, que “os informantes mudam a variante rótica dependendo do grau de formalidade das partes que compõem a entrevista; as mulheres e os informantes com curso superior privilegiam as variantes de maior *status*; o rótico retroflexo apresenta intensa vitalidade, apesar de seu propalado desprestígio” (Botassini, 2013, p. 213).

Botassini orientou, mais tarde, duas pesquisas de mestrado que também abordaram os usos linguísticos da região. Ambas utilizaram o mesmo banco de dados do doutorado da professora e focaram apenas nos informantes naturais do Norte do Paraná. Lopes (2022) analisou a variação na fala dos pronomes de primeira pessoa e, por meio da Sociolinguística Variacionista, verificou que grau de escolaridade e sexo foram significantes para o uso dos clíticos e da colocação pronominal de acordo com a gramática prescritiva. Galuch (2022) focou na concordância verbal e discutiu fenômenos gramaticais e extralinguísticos que interferem na marcação ou não da concordância por meio dos morfemas do verbo.

Ferreira (2022), em dissertação orientada pelo professor Dr. Hércius Batista Pereira, defendeu o seguinte trabalho: “A variação de “este” e “esse” na fala dos

primeiros habitantes da cidade de Maringá - PR: uma abordagem à luz da terceira onda da sociolinguística”. O material de análise dessa pesquisa foi formado por entrevistas com os primeiros habitantes da cidade, realizadas nos anos de 1995 e 2011. A pesquisa de terceira onda da Sociolinguística procurou reconstituir a história do PB em Maringá, também enquadrando-se na vertente da História Social da Língua.

Os falares analisados nesta pesquisa e nas anteriores diferenciam-se pelo momento histórico de seu registro. Os informantes do trabalho de Ferreira (2022), por exemplo, ou os nascidos na região, de Botassini (2013), no período das entrevistas, já estão mais urbanizados, com forte influência do português culto urbano. A língua viva, heterogênea e mutável, sem dúvidas, foi modificada pelas variantes inovadoras, se comparada ao panorama linguístico do início do município, muito mais rural e com variedades originalmente e regionalmente mais dispersas.

Esta seção do trabalho contou um pouco da história regional da jovem cidade Maringá, que foi fundada após a expropriação de comunidades indígenas e a divisão realizada pela CMNP, que propagou as terras do município como fontes de enriquecimento a partir do plantio de café. Foi feita, também, uma apresentação de como funcionavam as eleições municipais e qual a origem e as peculiaridades do material que se tornou *corpus*. Na próxima seção, a exclusão de parte da sociedade na amostra e os procedimentos metodológicos que foram utilizados na pesquisa serão detalhados.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS PARA UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA, HISTÓRICA E SOCIAL DA MARINGÁ DE 1956

Esta dissertação adota os princípios teóricos de estratificação da Sociolinguística Variacionista, além de encaixar-se na vertente da História Social da Língua, fundamentando-se na concepção de estudos contemporâneos (Bortoni-Ricardo, 2004, 2005, 2022; Mollica, 2023; Paiva e Duarte, 2006) a partir do levantamento de dados, da quantificação de fenômenos variáveis e da análise de elementos extralinguísticos que cerceiam os informantes.

Ressalta-se que, como o objetivo é apresentar variações em relação à norma-padrão da língua, não será feito um estudo comparativo entre a variedade de língua-padrão e as variedades cultas, rurais e coloquiais. O intuito é apresentar as variações existentes, com análise panorâmica dos seus contextos sociais e linguísticos, tendo em vista a grande quantidade de fenômenos que foram encontradas. Nesta seção, apresentaremos o *corpus* (objeto de estudo) e os procedimentos metodológicos seguidos para a análise.

#### 3.1 FORMAÇÃO DO CORPUS

O material de análise consiste no cadastro eleitoral de 1956, a segunda eleição da cidade após sua emancipação em 1951. As eleições para o executivo municipal eram as mais valorizadas pelos eleitores interioranos da época pela ideia de maior poder associado a suas escolhas. Compareciam, por esse motivo, à votação em percentual mais elevado (Omura, 1981). Essa eleição, em específico, apresentou o menor índice de abstenção da primeira década da cidade, devido à instalação da zona eleitoral no município e “ao processo competitivo desenvolvido pelos concorrentes aos diversos cargos, amparados por uma bem estruturada campanha eleitoral” (Omura, 1981, p. 154-155). Omura (1981), ainda, apresenta a eleição de 1956 como a primeira do município:

em 9 de novembro de 1956 foram realizadas pela primeira vez eleições no município, para escolha de prefeito e vereadores, visto que as eleições realizadas em 1952 haviam se processado sob jurisdição da Comarca de Mandaguari (Omura, 1981, p. 156).

Essa eleição, em específico, foi escolhida para a coleta de dados, já que, por

meio dela, se percebe a força do crescimento populacional do município. Dados de Omura (1981) dão conta de que o número de eleitores inscritos saltou de pouco mais de 5 mil em 1952, na primeira eleição, para mais de 12 mil em 1956 e representou em torno de 20% da população. Ainda segundo a autora, essa representatividade permaneceu estável até 1966. Além desses fatores, a documentação dos processos eleitorais disponível para pesquisa pública no Acervo Histórico de Maringá inicia-se pelos registros de 1956. Esse fundo eleitoral foi doado pelo Cartório Eleitoral para a Prefeitura de Maringá no início dos anos 1990 e o processo de transferência do acervo foi capitaneado por dois servidores públicos, ambos já falecidos.

O cidadão brasileiro portou documento comprobatório de direito ao voto desde 1881, a partir do decreto 3.029/1881 que ficou conhecido como Lei Saraiva, resultado de um projeto que, bem resumidamente, inaugurou as eleições diretas e discutiu acaloradamente a exclusão dos analfabetos desse direito. Dentre as justificativas para a exclusão, estava a associação explícita entre o analfabetismo e a falta de vontade de estudar, a ignorância, a marginalidade, a periculosidade, a perturbação dos trabalhos eleitorais e a ameaça à ordem pública no dia das eleições (Leão, 2012).

O sistema eleitoral brasileiro já experimentou onze modelos de título de eleitor. O primeiro que incluía fotografia dos titulares foi emitido de 1956 a 1986, coincidindo com a primeira eleição de Maringá após a instalação de sua Comarca. Logo, os processos de qualificação eleitoral disponíveis no Acervo são constituídos de cadastro de migrantes como novos eleitores, por meio do preenchimento de uma ficha, títulos de eleitor antigos e folhas de comprovante de votação.

A documentação que constitui o Fundo Eleitoral custodiado pelo Arquivo Público Municipal, mantido pela Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá, acumulou-se em volume bastante significativo, que foi salvo da incineração pelos servidores, anteriormente citados, que se interessaram por manter a memória dessas eleições iniciais, com tantos rostos e histórias. Essa ação, ainda, incentivou e possibilitou esta pesquisa de descrição linguística. Dentre esses processos de qualificação eleitoral, interessa a este trabalho as fichas de cadastro, que deviam ser preenchidas pelo próprio requerente, a fim de comprovar, também, sua alfabetização. Essa ficha, disponível a seguir, era preenchida diante do escrivão do cartório, que atestava o preenchimento a punho do eleitor:

Figura 2 – Fichas do processo de qualificação eleitoral

SENHOR JUIZ ELEITORAL DA 66 ZONA  
*Maringá*

[Redacted]

(Nome por extenso do requerente)  
com 35 anos de idade, nascido em 12 de Janeiro de 1921  
natural de Rio Grande do Sul Município de Coxias.  
casado

filho de [Redacted] e de [Redacted]

Comercia residente em Maringá Rua Princesa Isabel  
Proleto (Cidade, Rua, Centro, Vila, ou Povoador)

requer a sua inscrição como eleitor, para o que oferece o seguinte documento comprobatório de suas declarações Título de Eleitorado

(art. 7º da Resolução N. 5295)

*Maringá* 27 de Junho de 1956  
[Redacted]  
(assinatura do requerente)

Juiz Eleitoral

Data: \_\_\_\_\_  
No data acima, (assin) em cartório, este assina \_\_\_\_\_  
Escritório e subscrisse

Certidão: \_\_\_\_\_  
Certifico que em cumprimento ao disposto em \_\_\_\_\_  
competente e expedir o título eleitoral

Atesto que a presente fórmula foi preenchida em minha presença pelo requerente, de seu próprio punho.

Data supra.  
[Redacted]  
(Escrivão ou funcionário responsável)

(Nome por extenso do requerente)

com 25 anos de idade, nascido em 16 de Fevereiro de 1937  
 natural de Tamarana Paraná  
(Município e Estado)

filho de [redacted] Sorteiro  
(Estado civil)

e de [redacted]  
(Profissão) residente em Proresta  
(Cidade, Rua, Bairro, Vila ou Povoador)

requer a sua inscrição como eleitor, para o que oferece o seguinte documento comprobatório de suas declarações Sua  
Título de eleitor  
(art. 7.º da Resolução N. 5.255)

Proresta, 23 de Junho de 1956

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Maringá. Acervo Gerência de Patrimônio Histórico. Fundo Eleitoral. FE.07.C/1956

Essa contextualização aponta para o perfil estabelecido dos informantes do *corpus*, que, embora heterogêneo, interligava-se pela questão da alfabetização, que causou a exclusão de muitos indivíduos essenciais à construção da cidade.

Leão (2012), ao discutir a Lei Saraiva, informa que a taxa de analfabetos ficava em torno de 82% das pessoas acima de 5 anos. A autora ainda expõe que a eleição afastava da sociedade essas pessoas e afixava um rótulo de inferioridade humana, que sustentava uma relação de poder que durou muito tempo. Da proibição ao voto facultativo dos analfabetos, passou-se mais de um século, até a

Emenda Constitucional n. 25, de 1985, e a Constituição de 1988. No entanto, do estigma do analfabetismo, desse os analfabetos não se livraram. A compreensão do analfabetismo como ignorância, cegueira, dependência, incapacidade e outras interpretações converteram-se em senso comum que persiste até ao tempo presente (Leão, 2012, p. 614).

O conceito de analfabeto também passou por muitas transformações. Até a primeira metade do século XX, a pessoa era considerada alfabetizada se soubesse assinar o próprio nome. Depois de 1950, a UNESCO definiu que era preciso saber ler e escrever um bilhete simples. Apenas na década de 1990 surgiu o conceito de analfabetismo funcional, que classificava as pessoas conforme séries concluídas no ensino regular (Freire e Barbosa, 2011). No segundo contexto apresentado, encaixam-se os informantes deste estudo, logo, o nível exigido para participar

dessa atividade social, a eleição, era diferente do atual. Essa questão justifica, em parte, algumas marcas presentes na escrita dos eleitores observados.

As fichas que constituem o material de análise pertencem às dez primeiras caixas armazenadas no Acervo Histórico e qualquer caixa constitui uma amostra bem diversificada dos habitantes da cidade. Dessas caixas, todas as fichas foram analisadas com o uso de luvas e máscara a fim de conservar a documentação. Dentre elas, aquelas que exibiam alguma variação do PB em relação à norma-padrão da língua foram selecionadas, fotografadas e, posteriormente, tanto os dados linguísticos quanto os extralinguísticos disponíveis foram digitalizados em uma planilha.

O estudo foca na influência dos condicionadores externos na variação linguística, já que forças internas e estruturais de uma comunidade de fala atuam diretamente nas variações linguísticas e o valor social dos fenômenos estereotipa, indica e marca a identidade do falante *rurbano* (Bortoni-Ricardo, 2005). Os desvios à norma-padrão da língua relacionados ao letramento, entretanto, foram excluídos, resultando 567 informantes que apresentavam pelo menos uma amostra de variação fonético-fonológica ou morfossintática.

Altino (2022) apresenta que analisar variáveis linguísticas traz a possibilidade de fazer um inventário, documentar os espaços – geográfico e social – e facilitar um estudo histórico da formação da língua. Nesse sentido, um estudo variacionista pode fornecer uma visão panorâmica dos falares de Maringá. Ressalta-se, ainda, que mesmo em um contexto formal de língua escrita, como o preenchimento do documento em cartório, características linguísticas variáveis da oralidade foram observadas. Considera-se, então, que essas variações foram, sem dúvidas, mais produtivas em contextos informais dos quais participavam esses habitantes e essas fichas são instrumentos capazes de reconstruir uma antiga fase da língua dos migrantes que formaram Maringá, tendo em vista que as variações permitem conhecer sua maneira de dizer e sua identidade.

### 3.2 METODOLOGIA

O estudo analítico-descritivo, que envolve quantificação e interpretação dos elementos variáveis, foi desenvolvido a partir de coleta das variações no *corpus*, as

quais ficaram agrupadas em cerca de 50 fenômenos. Todo dado cuja configuração apontava para uma variação fonético-fonológica, morfossintática ou lexical foi inserido em uma planilha eletrônica. Essa ferramenta de cruzamento de dados foi escolhida tendo em vista que o material apresentou uma quantidade grande de fenômenos, com baixa frequência de dados na maioria dos casos. Além disso, não se pretendia um trabalho preditivo de mudança na língua – que exigiria um programa mais específico da metodologia laboviana – e, sim, descritivo, que apresentasse os falares da cidade. Os dados em análise demonstravam a presença de variáveis tanto binárias quanto *eneárias* (Scherre e Naro, 2023). Assim, optou-se pela descrição estatística dos dados por meio da consolidação de frequências de uso. O uso do pacote *Varbrul* foi descartado, uma vez que este software trabalha com variações binárias baseadas em um modelo de regressão logística, com pretensões preditivas do comportamento linguístico.

O trabalho diferencia-se da maioria dos trabalhos da Sociolinguística, pois, geralmente, a coleta de dados é feita mediante entrevistas orais. Além do mais, o desejo do pesquisador de centrar a pesquisa em uma variação específica muitas vezes é frustrada, visto que os informantes não produzem os dados exatos esperados. Enfatiza-se que, “mesmo com foco na fala, a Sociolinguística Variacionista não exclui a escrita de suas possibilidades de análise, visto que nela a variação também pode se manifestar” (Oliveira, 2017, p. 6). Nesse caso, os dados estavam registrados na escrita e não sofreram interferência do investigador linguista, embora houvesse uma autoridade presente no momento do preenchimento da ficha – o escrivão do cartório – que, certamente, instigava atenção à escrita. Ainda assim, a influência de marcas regionais e da oralidade puderam ser observadas e, como não se pretendia encontrar variação específica, as variantes que permaneceram, mesmo na linguagem escrita e monitorada, apontam para a possibilidade de uma forte produtividade em momentos de fala.

Além das variações linguísticas, a planilha desenvolvida correlacionava o fenômeno à caixa referência da ficha, pertencente ao patrimônio histórico de Maringá, a fim de referenciar o dado na descrição deste trabalho, e apresentava a vinculação da variante ao nome do informante, à idade, ao sexo, à naturalidade (cidade e estado ou país) e à profissão. Essas eram as informações presentes na ficha, que proporcionaram uma riqueza de detalhes sociais e que permitiram esta pesquisa pelo viés da História Social da Língua e da Sociolinguística Variacionista.

A informação de naturalidade, por exemplo, exigiu uma padronização, visto que os informantes apresentavam, muitas vezes, desvios de letramento ao preencher a cidade de sua origem ou, ainda, preenchiam com o nome de um distrito ou de uma cidade que não existe mais, porque foi renomeada ou anexada a outra maior. Foi preciso, por esses motivos, consultar todas as cidades na Plataforma Leis Municipais, que gerencia Normas Oficiais e funciona desde 2000, a fim de padronizá-las para uma análise correta e coerente. Após esse momento de cópia de informações disponíveis, catalogamos as ocorrências encontradas a partir dos estudos linguísticos do PB e, para isso, a obra “Fonética e fonologia do português” de Cristóvão Silva (2017) embasou a classificação dos fenômenos fonético-fonológicos e os estudos do português popular e culto de Castilho (2014) embasaram a classificação morfossintática.

Devido à ampla diversidade de variação observada, cuja classificação resultou em aproximadamente cinquenta fenômenos distintos, foi necessário fazer um recorte, dado o curto período para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, para a delimitação dos fenômenos a serem analisados, foi estabelecido como critério a identificação daqueles que exibiam trinta ou mais ocorrências, uma vez que a soma desses fenômenos representava mais de 70% do total observado, oferecendo, assim, um panorama substancial dos usos linguísticos que chegavam à cidade.

Apesar do recorte, nove fenômenos fonético-fonológicos, um morfossintático e sete itens lexicais que mais variaram foram analisados. Ressalta-se, por isso, que a investigação privilegiou o perfil socioeconômico dos eleitores e algumas pesquisas de referência que discutiram cenários linguísticos semelhantes. Não se almejou analisar exaustivamente cada um deles, porque extrapolaria o objetivo geral da pesquisa de apresentar um quadro geral dos usos linguísticos vigentes em Maringá no ano de 1956. Trabalhos posteriores poderão dedicar-se ao aprofundamento da análise de cada fenômeno específico, com base nas evidências e no contexto delineado nesta investigação.

Pelo contexto particular do material analisado, que requeria o preenchimento de lacunas a partir de vocábulos específicos que complementavam um texto predefinido, as variações fonético-fonológicas mostraram-se significativamente mais frequentes e produtivas, se comparadas às ocorrências de variação morfossintática, por exemplo. O intuito da investigação foi distribuir a investigação de forma igualitária entre os fenômenos, seguindo um padrão de análise, porém os

subsistemas da língua (fonética, morfologia, sintaxe etc.) emergiram do *corpus* de forma desbalanceadas, graças à sua natureza. Assim, as subseções não possuem a mesma extensão, mas cada fenômeno foi investigado a partir das mesmas variáveis, linguísticas e extralinguísticas.

A seção seguinte apresentará a análise dos dados e será dividido em cinco subseções. Primeiro, na seção 4.1, será feita uma análise do perfil social dos informantes, por meio das variáveis naturalidade; sexo; profissão (grau de escolaridade) e idade.

Depois, em 4.2, os fenômenos fonético-fonológicos a seguir serão analisados: monotongação; abaixamento da vogal alta posterior, elevação das vogais médias, redução de palavra proparoxítona, supressão de fonema inicial, rotacismo, supressão de /r/, ditongação e despalatização. Eles serão interpretados no batimento entre teoria sociolinguística e história da língua e, para isso, foram definidas sete variáveis independentes. Três de natureza linguística (tonicidade ou atonicidade na sílaba em que ocorre o fenômeno; posição em relação à sílaba tônica – se pretônica ou postônica; contexto anterior e posterior ao fenômeno – natureza da consoante ou vogal contígua) e quatro variáveis extralinguística: naturalidade, sexo, profissão (grupo socioeconômico) e grupo etário. Essa subseção será dividida e tratará isoladamente cada fenômeno a partir da quantidade de indivíduos que o produziu e quais foram as motivações da variação. Nessa parte, autores variados que estudaram os fenômenos separadamente serão trazidos para uma breve análise (Aguilera, 1989; Altino, 2022; Araújo, 2012; Castilho, 2014; Ferreira Netto, 2011; Paiva e Duarte, 2006; Pedrosa e Hora, 2007).

Na sequência, em 4.3, será analisado o fenômeno morfossintático de concordância nominal, único que contabilizou as trinta ocorrências, dividido em simplificação da concordância de número e não concordância de gênero. Essa análise terá como base as discussões de Castilho (2014) e de Lucchesi (2009).

Na subseção 4.4, a variedade de léxico por meio de diferentes grafias será abordada com base nas discussões de Biderman (1998). No nível lexical, observa-se uma recorrência de termos e as mudanças na grafia são tantas e tão salientes, que, embora associadas a fenômenos fonético-fonológicos ou morfossintáticos, serão tratadas como parte da variação lexical. Serão, portanto, quantificados e apresentados os termos que mais variam graficamente e serão analisadas, por meio das variáveis naturalidade, sexo, profissão e idade, a forma mais frequente

desses itens.

Em 4.5, por fim, será feito um fechamento que retoma todos os fenômenos e interpreta-os a partir de uma análise mais geral, que sintetiza a configuração linguística do processo de formação da cidade e de saída de um ambiente completamente rural para a consolidação de um urbano, além de responder aos questionamentos e confirmar, ou não, as hipóteses levantadas na introdução. Essa interpretação qualitativa será feita a partir das variáveis sociais, na tentativa de compreender quais variações linguísticas são mais graduais ou mais descontínuas naquele contexto histórico.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção de análise, conforme já apresentado, compreende cinco subseções, que discutem, respectivamente, o perfil dos informantes, as variações fonético-fonológicas, morfossintáticas e lexicais encontradas e faz um fechamento entre o social e o linguístico a partir do panorama geral dos usos que circulavam por Maringá em 1956.

### 4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Antes dos fenômenos linguísticos, é preciso conhecer o perfil socioeconômico dos primeiros habitantes de Maringá representados na amostra<sup>4</sup>, que são importantíssimos para uma interpretação consistente dos dados, visto que a análise é feita no batimento entre elementos linguísticos e extralinguísticos. Assim, analisar o perfil a partir da naturalidade, do sexo, das profissões e da idade, além de uma discussão geral sobre o grau de escolaridade dos informantes, constitui parte essencial da análise pela História Social da Língua.

#### 4.1.1 Variável Naturalidade

A naturalidade dos eleitores do *corpus*, representada no quadro a seguir, ilustra o panorama já discutido anteriormente, com maioria dos migrantes sendo paulistas que vieram em busca da “terra prometida”, tendo em vista a propaganda que foi feita pela CMNP e a naturalidade de seus novos diretores paulistas. Além disso, a onda da expansão cafeeira, que já havia penetrado o Oeste de São Paulo, tinha como caminho certo o Norte e o Noroeste do estado do Paraná (Luz e Omura, 1976).

---

<sup>4</sup> Como em nossa perspectiva o social e o linguístico se complementam e as “variáveis são vistas como indicadores de posições, de atividades e de características sociais” (Camacho, 2013, p. 258), a descrição do perfil dos informantes faz parte da análise, porque revela a faceta social do uso da língua.

Quadro 1 – Quantidade de informantes por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem De informantes</b>	<b>% do total da amostra</b>
Alagoas (AL)	7	1,23%
Áustria (AT)	1	0,18%
Bahia (BA)	24	4,23
Brasileiro naturalizado (BR)	1	0,18%
Ceará (CE)	6	1,06%
Espírito Santo (ES)	5	0,88%
Itália (IT)	2	0,35%
Minas Gerais (MG)	83	14,64%
Pernambuco (PE)	9	1,59%
Paraná (PR)	54	9,52%
Rio de Janeiro (RJ)	8	1,41%
Rio Grande do Norte (RN)	1	0,18%
Rio Grande do Sul (RS)	8	1,41%
Santa Catarina (SC)	15	2,65%
Sergipe (SE)	2	0,35%
São Paulo (SP)	341	60,14%
<b>Total Geral</b>	<b>567</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria

Os paulistas, os mineiros e os paranaenses representam quase 85% da amostra, respectivamente representados por 60,14% (341); 14,64% (83) e 9,52% (54). Os nordestinos são 8,64% (49), quantidade relevante e que indica a força nordestina na formação da cidade, advindos de Alagoas, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e, principalmente, Bahia. Essa representatividade é apagada dos discursos dominantes, que preferem associar a formação da cidade aos estrangeiros europeus, ainda que na amostra representem, respectivamente, 0,71% - dois italianos, um austríaco e um que informa ser naturalizado brasileiro. Os nordestinos, geralmente “são apresentados como mão de obra nas fazendas dos migrantes europeus, paulistas, mineiros etc.” (Fernandes, 2016, p. 183)

Os nossos dados, entretanto, vão ao encontro do trabalho de doutorado da historiadora Luz (1988), que, ao discutir a migração no estado, aponta os migrantes do Nordeste representando cerca de 9,2% do total da população maringense em 1970. Além disso, ao analisar os títulos eleitorais emitidos entre 1956 e 1972, Fernandes (2015) conclui porcentagem parecida de representatividade, identificando 7.888 eleitores naturais do Nordeste, isto é, 9,4% de todo eleitorado.

Além disso, Fernandes (2015) apontou para a diversificada atuação dos nordestinos nos setores indispensáveis ao desenvolvimento do município rumo à

urbanização. De acordo com esse estudo, foi constatado que

as atividades desempenhadas por esses migrantes concentraram-se basicamente na área urbana (68,8%), sendo 48,3% no setor terciário e 20,5% no secundário. O percentual dos que desempenhavam funções no setor primário situou-se em 27,4%. Os inativos representaram 3,6%, e as profissões indefinidas, 0,2% (Fernandes, 2015, p. 158).

A nossa amostra indica a mesma direção. Dentre eles, 44,9% são lavradores e 2,04% são agricultores, ou seja, a maioria – 53,06% – atua em setores urbanos. Há 18,37% de operários, 18,36% de comerciantes, 4,08% de motoristas e, com um representante e 2,04% da amostra aparecem estes: tecelã, prático de farmácia, sapateiro, bancário e oficial de justiça, além de um que não preencheu a profissão.

Um dado da nossa amostra destoa do apresentado por Luz (1988). Em seus estudos da migração que ocorreu entre 1944 e 1980 por meio dos registros do casamento civil, a representatividade dos nascidos no próprio estado é muito maior. Ocupando o segundo lugar, atrás dos 63% de paulistas, a autora contabilizou 33% de pessoas na região de Maringá nascidas no próprio estado. No *corpus*, os paranaenses são pouco menos de 10%. Percebe-se, entretanto, que o período analisado pela autora é muito grande. São mais de 40 anos e houve alguns processos de migrações dentro da própria região, tendo em vista o declínio do café nas décadas posteriores a 1960, que justificam essa divergência.

Assim, as regiões do país que contribuíram para a formação de Maringá foram, em ordem quantitativa de migração, a Sudeste, a Sul e a Nordeste, com um destaque aos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Desses estados, a cidade de origem dos eleitores também é interessante, pois, a esmagadora maioria, quase 100% da amostra, vem de cidades interioranas e rurais. Da capital São Paulo, por exemplo, há 5 informantes. Não apareceram, ainda, no nosso *corpus*, informantes do Norte ou do Centro Oeste do Brasil.

#### **4.1.2 Variável Sexo**

No fim do século XIX, iniciou-se a República no Brasil e as eleições diretas excluíam do exercício eleitoral “os menores de 21 anos, as mulheres, os conscritos para o serviço militar e os analfabetos” (OMURA, 1981, p. 91). Omura (1981) informa que em 1935 as mulheres foram incluídas desde que fossem alfabetizadas.

Os problemas estruturais já discutidos se mostraram determinantes na amostra, pois a divisão por sexo ficou estabelecida assim:

Quadro 2 – Divisão do corpus por sexo

<b>sexo</b>	<b>Contagem de informantes mulheres</b>	<b>% do total da amostra</b>
F	64	11,29%
M	503	88,71%
<b>Total Geral</b>	<b>567</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria

Pouco mais de 11% do *corpus* é formado pelas mulheres e o cenário de representatividade piora quando se observa a origem dessas mulheres. São todas oriundas de estados do Sul e do Sudeste. O índice de analfabetismo provavelmente influencia esse panorama, tendo em vista que, de acordo com Gaspar (1957), na década de 1950 mais de quinze milhões de brasileiros estavam nessa condição, isto é, 51% da população e que, ainda hoje, a taxa de analfabetismo do Nordeste, por exemplo, é quatro vezes maior que a do Sudeste. O Norte fica em segundo lugar do ranking (IBGE, 2022).

Quadro 3 – Mulheres da amostra a partir da naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes mulheres</b>	<b>% do total da amostra</b>
ES	2	3,13%
MG	4	6,25%
PR	8	12,50%
RS	4	6,25%
SC	5	7,81%
SP	41	64,06%
<b>Total Geral</b>	<b>64</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria

As mulheres nordestinas ou estrangeiras, por exemplo, embora constituíssem uma parte significativa da população, acabaram por se tornar invisíveis na amostra em questão. Este fenômeno se deve, em grande parte, ao fato de que essas mulheres ocupavam posições ainda mais “à margem da ação política” (Omura, 1989, p. 91).

A variável sexo é bastante importante, pois, em consonância com Labov (2008 [1972]), “na fala monitorada, as mulheres usam menos formas estigmatizadas do que os homens [...] e são mais sensíveis do que os homens ao

padrão de prestígio” (p. 281). Assim, espera-se que, nos dados, a mulher produza em maior percentual aquelas variáveis que são menos desprestigiadas. Além disso, Labov (2008 [1972], p. 348) também aponta que a “diferenciação sexual da fala frequentemente desempenha um papel importante no mecanismo da evolução linguística”, deixa claro, porém, ser “um grave erro formular o princípio geral de que as mulheres sempre lideram o curso da mudança” (Labov, 2008 [1972], p. 347). Assim, no contínuo de urbanização, verificaremos se o sexo feminino também indica uma acomodação à variedade mais prestigiada da língua nos diversos fenômenos analisados.

#### **4.1.3 Variável Profissão**

É possível que se tenha uma noção – ainda que vaga – da classe social a que pertencem os informantes pelo levantamento das profissões exercidas por eles. Entre os homens, há lavradores e agricultores, operários, motoristas, comerciantes e comerciários, carpinteiros, mecânicos, barbeiros, oficiais de justiça, bancários, hoteleiros, alfaiates, dentista, entre outros. O perfil é variado e as profissões indicam que os informantes, em maioria, se incluem na classe social de renda média baixa.

Faz-se necessário ainda, tendo em vista o objetivo de analisar a comunidade pelo viés da dominação econômica e social, diferenciar os termos “lavrador/agricultor” e “comerciário/comerciante”. Lavrador é “que(m) trabalha na lavoura” (Houaiss, 2011, p. 579) e agricultor é “que(m) se dedica à agricultura; cultivador, lavrador” (Houaiss, 2011, p. 34). Embora esse último possa ser usado como sinônimo de lavrador, o dicionário apresenta outro sentido para o vocábulo, ampliando seus sentidos. Outros dicionários também apontam para a semelhança de sentidos entre as duas palavras (Ferreira Netto, 2011; Nascentes, 2018). Henrique Brunswick (1899), entretanto, em seu dicionário de sinônimos, é o que diferencia com mais precisão esses termos. Ele afirma que, embora na língua corrente eles possam designar indistintamente o indivíduo que explora as terras, cultiva ou é o proprietário, em sentido mais rigoroso, os vocábulos se divergem entre si. O autor então apresenta que o agricultor é o proprietário da terra que explora, cuja lida com o cultivo se faz por arte e por gosto. O lavrador, por outro

lado, é o que trabalha com a terra como funcionário ou, ainda, um fazendeiro que tem outros lavradores a seu serviço. Há, portanto, uma hierarquia social atrelada ao uso dos vocábulos, ainda que os dois envolvam o trabalho no espaço rural. Outra diferenciação relaciona-se às palavras “comerciante” e “comerciário”, pois ambas apareceram como profissões. Alguns informantes também completaram o campo disponível apenas com a palavra “comércio”. O Houaiss (2011) define comerciante como “que(m) trabalha **com** comércio” e comerciário “que(m) trabalha **no** comércio” (p. 209, negritos nossos). A troca de preposições aponta para a hierarquia desses perfis sociais, tendo em vista que o comerciante é o dono do estabelecimento em que se pratica comércio, enquanto os comerciários e quem preencheu como comércio são as pessoas que trabalham para ele, na prática comercial.

Entre as mulheres as profissões são menos variadas, mas apontam para o mesmo perfil socioeconômico. Há 50 domésticas, 3 operárias, 3 comerciantes e apenas 1 representante das seguintes profissões: carroceira, lavradora, costureira, professora, funcionária, zeladora, cabeleireira e enfermeira. Além dessas, uma eleitora não informou a profissão. É importante pontuar que as mulheres, mesmo quando trabalhavam na lavoura tanto quanto os maridos, se definiam como domésticas, pois o espaço do plantio, muitas vezes, fazia parte do doméstico.

Tait (1999) entrevista pioneiras na tentativa de recuperar parte da história desse período no qual não se falava em participação social feminina. Uma das entrevistadas, que a autora chama de Mariana, expõe que “o trabalho das mulheres era de lavadeira ou costureira ou arrumadeira de casa. Comércio de jeito nenhum. Só trabalho dentro de casa. Só trabalho doméstico” (Tait, 1999, p. 300). Augusta, por sua vez, outra informante, diz que mulher “tomava conta da casa. Trabalhava na roça. Ajudava na roça” (Tait, 1999, p. 300). Percebe-se, pela correção feita no discurso de Augusta, que a mulher, embora fosse lavradora, sempre discursava como ajudante do marido e doméstica. Apenas uma informante escreveu ser “lavradora”.

Em termos de urbanização, a amostra dividiu-se praticamente ao meio, quando dividimos as profissões tipicamente rurais e as mais urbanizadas em dois grupos. Embora as profissões do segundo grupo sejam consideradas, hoje, estritamente urbanas, na época giravam em torno da agricultura, como os trabalhos domésticos, a vigilância e o comércio. Até mesmo os professores da década de

1956 que ensinavam a ler e a escrever, eram pessoas de base rural, atuando em escolas rurais e falantes de dialetos rurais. Por esses motivos, estabelecemos a divisão entre profissões do campo e profissões da cidade, entendendo todos os informantes como pertencentes à base rural e, por isso, *rurbanos*<sup>5</sup>.

**Profissões do campo:** Lavrador (a) (276); Agricultor (6).

**Profissões da cidade:** Operário (54); Doméstica (50); Motorista (39); Comerciante / comércio / comercial (33); Comerciante (19); Carpinteiro (13); Pedreiro (7); Mecânico (6); Barbeiro (4); Eletricista (4); Foguista (3); Industrial (2); Alfaiate (2); Bancário (2); Ferroviário (2); Oficial de justiça (2); Carroceiro (a) (2); Zelador(a) (2); Marceneiro (2); Senador (1); Maquinista (1); Construtor (1); Cabeleireira (1); Costureira (1); Dentista (1); Ourives (1); Balconista (1); Pintor (1); Professor de música (1); Confeiteiro (1); Relojoeiro (1); Prático farmácia (1); Enfermeira (1); Funcionária (1); Professora (1); Sapateiro (1); Açougueiro (1); Tecelã (1); Vulcanização (1); Hoteleiro (1); Funcionário público (1); Garçom (1); Viajante (1); Fiscal (1); Condutor (1); Guarda noturno (1); Guardiã (1). Além desses, nove informantes deixaram o campo da profissão sem preenchimento.

Tabela 1 – Profissões agrupadas a partir da urbanização

<b>Profissões</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total da amostra</b>
Campo	282	49,73%
Cidade	276	48,68%
Sem informação	9	1,59%
<b>Total</b>	<b>567</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria

Luz (1999) já discutia a ruralidade dos processos econômicos da cidade e afirmava que se dirigiram para a região nos primeiros anos de colonização os peões, derrubadores da mata; os empreiteiros, encarregados de comandar a derrubada da mata e a formação de lavoura; os sitiantes, donos de pequenas propriedades agrícolas que trabalhavam com suas famílias no cultivo; os colonos ou lavradores, trabalhadores rurais que cultivavam terras alheias em troca de parte

<sup>5</sup> Os termos “profissões do campo” e “profissões da cidade” foram estabelecidos, tendo em vista a dificuldade de estabelecer fronteiras entre as atividades desenvolvidas nesses espaços, nesse momento histórico. Como já discutimos a partir de Santos (2023), que divide o Brasil em agrícola e urbano, Maringá pode ser considerada, até hoje, uma cidade agrícola, e não urbana, pela importância do campo em seu desenvolvimento e pelo estilo de vida mais tradicional e conservador.

da colheita; os corretores de imóveis, funcionários da CMNP que se encarregavam de vender e de mostrar os lotes aos compradores e os carroceiros, condutores e donos de carroças que transportavam as mercadorias. Percebe-se, pelo nosso *corpus*, que havia outras profissões na cidade em número mais reduzido, mas que, de igual modo, contribuíram para a sua formação.

A fim de estabelecer o perfil *rurbano* da comunidade estabelecida em Maringá, em 1956, que agrupou pessoas de origem campestre rumo à urbanização, usamos a definição de Bortoni-Ricardo (2022), que estabelece algumas variáveis, já discutidas em capítulo anterior, para entender um espaço como urbano: saneamento básico, construção de alvenaria, água tratada, entre outras. Maringá, então, figura-se como uma comunidade *rurbana*, porque não apresenta todas essas características. Luz (1999) conta que “o povoado que se formava tinha apenas uma rua principal e algumas transversais. Era uma nova ‘boca de sertão’ que se abria. Em direção a Paranavaí, havia somente um caminho estreito e mal-acabado; para Campo Mourão, existia uma picada que ia até o rio Ivaí” (p. 113, aspas simples da autora). Em relação às moradias, “as famílias de pioneiros chegavam ao lote que haviam adquirido e se acomodavam, a princípio, num rancho de palmito, que servia como primeiro abrigo até que se pudesse construir uma habitação melhor e mais segura” (Luz, 1999, p. 115). O acesso à água era por meio dos córregos próximos e, quando possível, poços eram perfurados (Luz, 1999).

Além disso, o isolamento da comunidade também era real na década de 1950, pois o comércio era realizado dentro da própria comunidade, entre o “Maringá velho” – centrinho urbano com hotel, casa de secos e molhados, farmácia e padaria – e a zona rural, cujo trecho se fazia a pé, a cavalo ou em carroças. O acesso ao médico dependia do deslocamento a outras cidades, como Marialva ou Mandaguari e, quando chovia, Maringá ficava ainda mais isolada, devido à precariedade das estradas de terra que ficavam intransitáveis (Luz, 1999). Esses fatos corroboram com a afirmação de que o aspecto rural desse ambiente e dessa comunidade que se formava é inquestionável.

Em relação ao grau de escolaridade, tão importante para pesquisas de sociolinguística, não se pode traçar um perfil seguro dos informantes do nosso *corpus*, embora seja possível que se tenha uma ideia das pessoas que possuíam uma formação mais elevada a partir das profissões que exerciam, por exemplo, o

dentista, os bancários, o oficial de justiça, os professores, o prático de farmácia, o funcionário público e o senador, ainda que, todas essas profissões de prestígio, que hoje, geralmente, são desempenhadas por pessoas com ensino superior, na época facilmente desempenhavam-se com nível técnico e aprendizados práticos.

Além disso, já discutimos o conceito de analfabetismo e que era atestada a alfabetização por meio da escrita de um bilhete ou de uma simples leitura. Assim, é comum encontrar falta de letramento nas profissões mais prestigiadas ou, ainda, deparar-se com profissões mais primárias, como pedreiros, lavradores, operários, dentre outros, cujos informantes não variaram a língua e demonstraram a escrita em concordância com a norma-padrão. Evidencia-se, ainda, que as escolas rurais começavam a ser implantadas nesse período, iniciando o processo de alfabetização das populações do campo. Observe alguns exemplos:

Figura 3 – Letramento de um migrante lavrador

(Nome por extenso do requerente)

Lauro Lafrada  
(Estado civil) (Profissão)

com 29 anos de idade, nascido em 2 de Janeiro de 1927  
natural de Abadequara Minas Geras  
Município e Estado

filho de \_\_\_\_\_  
e de \_\_\_\_\_

residente em Camargo Maringá  
(Cidade, Rua, Número, Bairro, Vila, ou Focodo)

requeira a sua inscrição como eleitor, para o que oferece o seguinte documento comprobatório de suas declarações

Cito de Leitor  
(art. 7.º da Resolução N. 5.335)

Maringá de Junho de 195  
(Cidade)

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Maringá. Acervo Gerência de Patrimônio Histórico. Fundo Eleitoral. FE.08.C/1956

Figura 4 – Letramento de um migrante motorista

natural de Caxambu Estado de Minas Gerais  
(Município e Estado)  
Sorteiro  
(Estado civil)  
 filho de [REDACTED]  
 e de [REDACTED]  
Motorista, residente em Maringá Vila Obora  
(Profissão) (Cidade, Rua, Bairro, Vila ou Fovado)  
Jureiro S. P., requer a sua inscrição como eleitor, para o que ofe  
 rece o seguinte documento comprobatório de suas declarações Sertidão  
Nascimento  
(art. 7.º da Resolução N. 5.235)

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Maringá. Acervo Gerência de Patrimônio Histórico. Fundo Eleitoral. FE.01.C/1956.

Figura 5 – Letramento de um migrante bancário

com 32 anos de idade, nascido em 8 de Junho de 1934  
 natural de Santa Estorina Estado de Vitória  
Município e Estado  
Sorteiro  
(Estado civil)  
 filho de [REDACTED]  
 e de [REDACTED]  
Bancário, residente em Maringá  
(Profissão) (Cidade, Rua, Bairro, Vila, ou Fovado)  
R. N. Brasil 3799, requer a sua inscrição como eleitor, para o que ofe  
 rece o seguinte documento comprobatório de suas declarações  
Certidão de nascimento  
(art. 7.º da Resolução N. 5.235)  
Maringá 27 de Junho de 1956

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Maringá. Acervo Gerência de Patrimônio Histórico. Fundo Eleitoral. FE.07.C/1956.

Nas fichas, é possível entender o conceito de alfabetizado/letrado, o perfil dos informantes e a realidade do país e dos primeiros habitantes da cidade. Na primeira imagem, há a grafia de “lafrador”, que indica troca entre as fricativas labiodentais /f/ e /v/, pela proximidade de articulação e produção dos sons, fenômeno muito comum na oralidade, e que confunde muito quem está em período de letramento e aquisição do sistema alfabético de escrita (Tfouni; Pereira e Assolini, 2019). Na terceira ficha, vemos a troca de /l/ por /r/ em “sorteiro” e as grafias de “sertidão” e “nascimento”, que apresentam desvios ao padrão na escrita das sibilantes, escritas por um bancário da cidade, posição social que aponta para alto grau de prestígio e urbanidade para a época. A norma culta, entretanto, não é

um padrão desses documentos, tendo em vista o período analisado e a ruralidade da comunidade.

A escolarização das comunidades rurais, emergente no país, chegou à Maringá no mesmo período da CTMN e foi instaurada a primeira escola primária rural da cidade em 1947, que tinha como objetivo, não apenas ensinar a ler e a escrever, mas, também, “hábitos de higiene e a valorização da vida no meio rural para modernizar o campo” (Zanferrari e Schelcauer, 2020, p. 7). As turmas eram mistas, com crianças e adolescentes de todas as idades em uma mesma sala de aula, e contavam com apenas um professor. Esse é o contexto da amostra, com o início de alfabetização formal das crianças no campo e maioria de adultos sem acesso ao letramento.

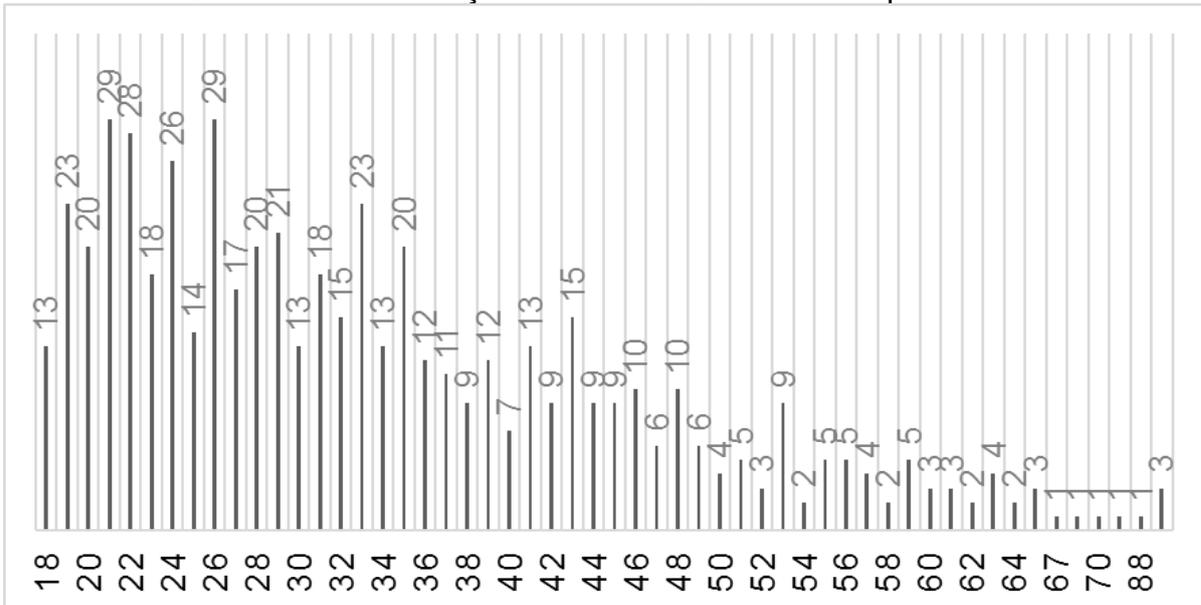
#### **4.1.4 Variável idade**

Nesta categoria, analisaremos a faixa etária a partir da seguinte divisão: a) 18 a 30 anos; b) 31 a 50 anos; c) mais de 51 anos. Acreditamos que essa divisão contempla as principais fases da vida do eleitor, a partir do delineamento da época: início da fase adulta (geralmente, primeira geração que frequentou escola nas zonas rurais<sup>6</sup> e, em 1956, nessa idade, a maioria dos informantes já adquiria responsabilidades sociais como trabalho, voto e formação de família); idade adulta (filhos crescendo, trabalho mais acentuado, menos escolaridade); fim da idade adulta produtiva e a velhice, a partir de uma visão neocapitalista, tendo em vista os trabalhos braçais desempenhados pela maioria dos informantes. Assim poderemos analisar se o grupo etário dos mais jovens, com mais possibilidade de acesso à escola e à urbanização, foi influenciado por variáveis de prestígio, a partir das variações encontradas. As idades dos informantes, antes e após o agrupamento, dividem-se assim:

---

<sup>6</sup> Em 1950, havia 64% da população brasileira vivendo na zona rural (Bortoni-Ricardo, 2005). Os migrantes de Maringá, lavradores em sua maioria, faziam parte dessa população do campo, que começou a ter acesso à escola a partir do século XX no Brasil.

Gráfico 1 – Distribuição dos eleitores da amostra por idade



Fonte: autoria própria

Tabela 2 – Idades dos informantes agrupadas em três grupos etário

Idade	Contagem de informantes	% do total da amostra
18 – 30 anos	271	47,8%
31 – 50 anos	231	40,7%
51 anos +	62	10,9%
Sem informação	3	0,53%
<b>Total</b>	<b>567</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria

Pelos dados, percebe-se a força jovem na amostra eleitoral, em que cerca de 88% dos eleitores estavam na faixa etária entre 18 e 50 anos, com pico de representatividade nas idades de 21 a 26 anos. Três informantes não preencheram a data de nascimento nem o campo disponível para a idade.

Assim, finaliza-se a análise do perfil social desses informantes, assim como a do espaço geográfico sob o qual estabeleceu-se a cidade de Maringá. A partir dessas quatro variáveis apresentadas e da história contada, a análise dos dados encontrados será exposta na subseção a seguir.

#### 4.2 VARIAÇÃO FONÉTICO-FONOLÓGICA

Esta subseção, dividida em oito, versa sobre as análises dos dados de variação fonético-fonológicas do *corpus*. Como alguns fenômenos apresentaram

baixa produtividade, foram selecionados para análise aqueles que apresentaram mais de trinta ocorrências e estão expostos no quadro a seguir. Os selecionados a partir desse critério reúnem, aproximadamente, 80% das ocorrências da amostra desses subsistemas da língua em variação:

Tabela 3 – distribuição de todos os fenômenos fonético-fonológicos

Fenômenos encontrados	Quantidade de fenômenos	% do total da amostra
1 Monotongação	213	18,16%
2 Abaixamento da vogal alta posterior	204	17,39%
3 Elevação das vogais médias	121	10,32%
4 Redução de palavra proparoxítona	93	7,93%
5 Supressão de fonema inicial	91	7,76%
6 Rotacismo	80	6,82%
7 Supressão de /r/	57	4,86%
8 Ditongação	46	3,92%
9 Despalatização	32	2,73%
Outros fenômenos <sup>7</sup>	249	21,23%
<b>Total Geral</b>	<b>1173</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria

O uso do termo “fonético-fonológico” em toda a descrição do trabalho foi pautado na discussão do texto base utilizado para a análise desses fenômenos: “Fonética e fonologia do português”, de Cristóvão Silva (2017). Nele, a autora propõe o estudo da “Fonologia de Uso”, no qual os níveis fonéticos e fonológicos são analisados de forma indissociáveis, pois

informações empíricas – tradicionalmente reservadas ao domínio da Fonética – oferecem evidências para a organização abstrata do componente fonológico. A informação sonora redundante e previsível – tradicionalmente descartada – é essencial para o mapeamento fonológico” (Cristóvão Silva, 2017, p. 223).

Essa concepção de estudo foi selecionada, porque o *corpus* é de língua escrita, logo, não há uma notação especial necessária para uma análise puramente fonética. A nossa descrição dos dados, então, atinge um certo nível de abstração fonológica e infere estruturas a partir de generalizações fono-ortográficas, como foi feito em trabalhos anteriores, entre eles o de Cagliari (1995), que estudou os elementos prosódicos do português arcaico por meio de cantigas escritas.

<sup>7</sup> Esses fenômenos fonético-fonológicos menos produtivos serão apresentados em uma tabela completa na seção “Anexos” desta pesquisa.

Cagliari (1995) discute que uma escrita de base alfabética interpretada como puramente fonética é aquela em que a relação entre a letra e o som seja sempre a mesma. Essa relação era feita pelos primeiros estudos filológicos de escrita latina e permaneceu no alfabeto grego, que dava o nome às letras a partir de seus sons, como fazemos até hoje. Entretanto, uma mesma letra pode representar vários sons e vice-versa. A autora pondera, ainda, que a relação entre letras e sons fornece apenas uma das possibilidades de interpretação, visto que conhecemos a língua e o significados das palavras. Em um sistema ortográfico,

os sons não precisam ser transcritos foneticamente, bastando serem transcritos de maneira a permitir a leitura, ou seja, o reconhecimento da palavra, enquanto unidade da escrita. Ao reconhecer a palavra, o falante da língua estará automaticamente reconhecendo o seu significado e os sons envolvidos na sua pronúncia (Cagliari, 1995, p. 39).

Uma ausência crucial sentida por Cagliari (1995) ao analisar as cantigas é a pronúncia das palavras, pela impossibilidade de contato com um falante do português arcaico, ainda que se conheça o significado das palavras. Ela ainda afirma que a escrita do texto literário anulava a variação linguística, no intuito de que a leitura fosse fácil para todos os falantes da língua. Esse problema relacionado a uma língua morta não ocorre no nosso *corpus*. Acrescentamos, por isso, que, ao conhecer as palavras e a história dos informantes, como origem, perfil socioeconômico e idade, podemos, em muitos casos, inferir até mesmo a pronúncia utilizada por ele a partir da forma que escreviam, mantendo a variação linguística em muitos fenômenos.

Optamos por diferenciar na nossa análise, então, a letra do fonema, pondo este entre barras transversais, de modo a generalizar os alofones<sup>8</sup>, a partir da letra alfabética utilizada pelos informantes. Quando possível, optamos pela transcrição fonética do vocábulo e pelo uso dos colchetes, nos contextos linguísticos em que um fone específico retrata, indubitavelmente, o som. Se houver alofones, esse fonema será padronizado de acordo com Cristóvão Silva (2017).

A fim de esclarecer essas diferenças, ressalta-se que, ao interpretar a fala como um contínuo, “os sons tendem a ser modificados pelo ambiente em que se encontram” (Cristóvão Silva, 2017, p. 119). Com isso, uma mesma letra, o “r”, por exemplo, pode ser foneticamente representado por [r; h; ʁ; x; γ; h]. Esses fones que

---

<sup>8</sup> “Unidade que se relaciona à manifestação fonética de um fonema, Alofones de um mesmo fonema ocorrem em contextos exclusivos” (Cristóvão Silva, 2017, p. 135).

representam o fonema /r/<sup>9</sup> são chamados alofones e são identificados por meio de distribuição complementar, isto é, duas possibilidades de ocorrência em ambientes exclusivos. Em outras palavras, “onde uma das variantes ou alofone ocorre, a outra variantes não ocorrerá” (Cristófaró Silva, 2017, p. 129).

O “t” também possui os alofones [t] e [tʃ] quando antecede a vogal [i] e suas variantes. Assim, na palavra “tipo”, todos os falantes do português brasileiro compartilham a representação fonêmica /'tipo/, mas, foneticamente, podem realizar como [ˈtʃipó], [ˈtʃipó], dentre outros, por isso, “em termos de análise fonêmica, dizemos que os alofones [t] e [tʃ] são variantes posicionais do fonema /t/” (Cristófaró Silva, 2017).

Após justificar a anotação predominantemente entre barras transversais, as especificidades de cada fenômeno serão detalhadas a seguir, durante a análise dos dados encontrados. As vogais, consoantes e semivogais obedecerão a anotação simbólica do Alfabeto Fonético Internacional (IPA).

#### 4.2.1 Monotongação

Os ditongos existem desde o latim e, posteriormente, mantiveram-se em todas as línguas românicas. Na passagem para o português, os ditongos do latim clássico, que eram quatro – /ae/; /oe/; /aw/ e /ew/ – ou se ampliaram em novos ditongos ou se monotongaram e, hoje, o PB possui trinta e seis ditongos (Aragão, 2014). Definindo-os em uma perspectiva normativa, eles ocorrem quando há uma formação vocálica juntando uma vogal e uma semivogal. “Denominam-se semivogais as vogais *i* e *u* quando assilábicas, isto é, quando acompanham a vogal em uma mesma sílaba” (Bechara, 2009, p. 50, *itálicos nossos*). As semivogais *i* (e) serão representadas por /y/ e *u* (o) por /w/.

Esses ditongos podem ser crescentes, quando a semivogal vem antes da vogal – água, cárie – ou decrescente, quando a vogal aparece antes da semivogal – rei, doido (Bechara, 2009). Esses sons vocálicos que não ocupam o pico da

<sup>9</sup> /r/, neste trabalho, envolve todos os róticos, isto é, todos os sons da letra “r”. Isso inclui o r-fraco [r], que ocorre na fala de todos os brasileiros em posição intervocálica (caro, por exemplo) e na segunda posição do grupo consonântico da sílaba (como em bravo); o r-forte /R/, que pode ser realizado por vários alofones [ʁ; h; ʁ; x; ʁ] em posição intervocálica (carro) ou em início de palavra (rato) e o /R/ em posição pós-vocálica no fim das sílabas [ʁ; h; ʁ; x; ʁ], como em “porta” (Cristófaró Silva, 2017).

sílaba, são chamados na literatura de semivocoide, semicontoide, semivogal, vogal assilábica ou *glide* e referem-se “às vogais sem proeminência acentual nos ditongos” (Cristóvão Silva, 2017, p.73).

Verifica-se, na literatura vigente, que nem todos os autores classificam os ditongos em crescentes e decrescentes. Autores como Camara Jr., por exemplo, analisam os ditongos crescentes como compostos por duas vogais, e atribuem a denominação ditongo apenas aos decrescentes, que, segundo ele, são os verdadeiros ditongos (Aragão, 2014). Há, também, divergências nas nomenclaturas dos ditongos, que podem ser

*pesados* ou *verdadeiros*, com duas posições na rima e constituem uma sílaba complexa, e *leves* ou *falsos*, com uma só posição na rima, tendendo a desaparecer. *Estáveis*, em que a vogal assilábica encontra-se depois da silábica, [V+SV], *variáveis* em que a vogal assilábica encontra-se anterior ao núcleo silábico, [S.V. + V]. *Fonológicos*, que têm valor distintivo / 'ma - 'maw/ e *fonéticos* se são apenas realizações diferentes de um mesmo grupo vocálico pronunciado na mesma sílaba, como em ['kayΣa - 'kaΣa<sup>10</sup>] (Aragão, 2014, p. 2091).

Na oralidade, é tendência comum à história do português e à de outras línguas românicas que haja perda da distinção entre ditongos e vogais em contexto palatal, ou seja, a monotongação, nas palavras caixa, peixe, beijo e queijo, que são pronunciadas de Norte a Sul do país como caxa, pexe, beju, queijo (Castilho, 2014, p. 206). Isso ocorre tanto entre os falantes do português popular quanto entre os falantes da variedade mais culta e urbana. Logo, de acordo com Bortoni-Ricardo (2022), a monotongação de ditongos pode ser enquadrada como um traço gradual.

No *corpus*, encontramos a monotongação de /aw/; /ãw/; /ay/; /ey/; /ɛw/; /ow/; /yo/, como apresentada na tabela a seguir. As diferenças entre as vogais e as vogais nasais compondo o ditongo serão marcadas com a utilização do til (~), como em /aw/ e /ãw/. O e aberto ou fechado também será diferenciado quando sozinho, tendo em vista o acento agudo utilizado pelo informante, em /e/ e /ɛ/ ou em ditongos – /ew/ e /ɛw/.

<sup>10</sup> ['kayʃa - 'kaʃa ] – De acordo com o IPA.

Tabela 4 – Quantificação e classificação das monotongações encontradas.

<b>Tipos de monotongação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total do fenômeno</b>
monotongação do ditongo /ey/	110	51,64%
monotongação do ditongo /ãw/	48	22,54%
monotongação do ditongo /ow/	30	14,08%
monotongação do ditongo /yo/	14	6,57%
monotongação do ditongo /aw/	7	3,29%
monotongação do ditongo /ay/	2	0,94%
monotongação do ditongo /ɛw/	2	0,94%
<b>Total Geral</b>	<b>213</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: autoria própria

A quantidade encontrada desse fenômeno aponta para a grande influência da oralidade no preenchimento do documento que compõe o material de análise. A variação mais produtiva é a monotongação de /ey/, que ocorreu, principalmente, nas palavras seguintes (transcritas grafematicamente): Eletoral; Soltero/Sortero; Inletor; Banderante; Janero; Feverero; Romera; Reberão; Ciquera; Cartera e Pechoto. Essa é uma monotongação muito produtiva, pois ocorre em um ditongo leve e fonético – /ey/ – que, de acordo com Aragão (2014), tende a desaparecer nos usos da língua. Resumida a conceituação de monotongação, salienta-se que, mesmo muito presente na fala dos brasileiros, esses fenômenos,

quando transpostos para a escrita, tornam-se fator de forte censura e discriminação, já que resultam em transgressão de regras ortográficas. Em geral, na fala, esses fenômenos passam despercebidos; [...] Na escrita, no entanto, são sempre estigmatizados (Melo e Silva, 2015, p. 17)

Nesta pesquisa, um mesmo informante, monotongou vários vocábulos, evidenciando a produtividade e a naturalidade desse fenômeno. Uma operária paulista de 22 anos, por exemplo, apresentou a monotongação diversas vezes, como exposto a seguir, revelando como as normas linguísticas prescritas da escrita podem divergir das práticas reais, pela interferência da oralidade e da língua em uso.

Figura 6 – Exemplos de monotongação de [ey]

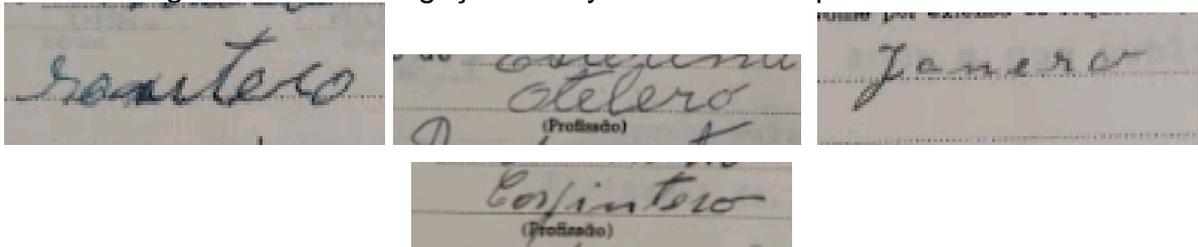


Fonte: Arquivo Histórico do Município de Maringá. Acervo Gerência de Patrimônio Histórico. Fundo Eleitoral. FE.07.C/1956

Paiva (1996) analisou a supressão de /y/ e /w/ na cidade Rio de Janeiro e seu trabalho apontou para um fenômeno norteador por fatores linguísticos, não sociais. Ela discutiu que a supressão de /w/ ocorre de forma mais irrestrita, enquanto o apagamento de /y/ é determinado por contexto fonético seguinte: as palato-alveolares [ʃ; ʒ] e o tepe [r].

Essa teoria confirma-se, parcialmente, nos nossos dados, porque houve uma monotongação do ditongo oral /ey/ em Pechoto – seguido de [ʃ] – e os nomes paroxítonos cujo ditongo ocorre na sílaba tônica seguido de /r/ – provavelmente pronunciados como tepe [r] – são os que mais favorecem a monotongação e somam 70% (78 ocorrências) desse fenômeno: solte[y]ro, carpinte[y]ro, jane[y]ro, hotele[y]ro, carte[y]ra, fevere[y]ro, Morangue[y]ra, marcene[y]ro, Rome[y]ra, Sique[y]ra, Fe[y]ra, Cruze[y]ro, dentre outras.

Figura 7 – Monotongação de /ey/ em contexto que antecede o /r/



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Maringá. Acervo Gerência de Patrimônio Histórico. Fundo Eleitoral. FE.01.C/1956.

Outros contextos, porém, também apresentaram a monotongação de /ey/, nas palavras eleter; elitor; inleter, eleteral, dentre outras, seguidas da oclusiva /t/. Esse contexto representou 30% do fenômeno. A monotongação de /ay/ foi pouco produtiva, apresentando ocorrências apenas na palavra Pa[y]çandu (antiga gleba de Maringá e hoje uma cidade da região). Nota-se que o contexto seguinte de sibilante também corrobora com a hipótese de Paiva (1996).

O ditongo nasal /ãw/ complica um pouco a análise, tendo em vista que os ditongos nasais no PB são fenômenos fonéticos da oralidade e podem ser grafados com terminações -am ou -em, como em “eles falam/falaram”: [‘fa.lãw]; [fa’.la.rãw]. Por esse motivo, não é possível afirmar se houve realmente monotongação nos seguintes vocábulos encontrados ou se houve apenas alteração gráfica, tendo em vista que “certidão” apareceu com as grafias “certidan” e “certidon”; as cidades “São Paulo”, “São Manoel”, “São José do Rio Preto” e “São Carlos” foram grafadas

como “San” ou “Son”; “Ribeirão” ficou registrado como “Ribeiran”; para “Rincão” grafou-se “Rincon” e “Sertãozinho” apareceu como “Sertonzinho”.

Nesses casos, todas as ocorrências foram em sílaba tônica final, a exceção de “sertonzinho” que, por receber um sufixo diminutivo, apresenta outra tonicidade em relação ao vocábulo raiz “sertão”. O resultado é favorável à teoria de Paiva (1996), pois a autora defende que as semivogais com tonicidade (traço [+ acento]) estão associadas a menores probabilidades de supressão de ditongo devido à maior força expiratória. Assim sendo, a ditongação /ãw/ de /cer.ti.'dãw/, quando grafada como “certidan”, pode, ainda, ser realizada foneticamente na oralidade, como fazemos em “amaram” /a.ma.rãw/. No caso de “certidon”, foneticamente, o informante modificou o ditongo e, provavelmente, realiza como /cer.ti.'dõw/, mas não se pode afirmar seguramente que houve monotongação para /cer.ti.'dã/ ou /cer.ti.'dõ/. Outros trabalhos, como as dissertações de Freitas (2017)<sup>11</sup> e de Ribeiro (1990)<sup>12</sup>, têm mostrado que há, sim, monotongação nesses contextos de tonicidade. Uma ocorrência de “Sun Paulo” é a única certeza de monotongação de /ãw/.

A monotongação de /ow/ foi a terceira mais produtiva e apresentou as formas seguintes: açogueiro; Campo Morão; Goveia; lavora; Lorenço; Orinhos; outubro/otubru; Rebosa; soteiro/sotero e Viradoro. Em 86,66% dos casos, a sílaba monotongada é a átona que antecede, imediatamente, a sílaba tônica e, para o grupo contexto fonológico seguinte, foram encontradas oclusivas /g/; /t/ e fricativas /r/; /v/; /s/. O contexto fonológico de /r/, pronunciado como tepe [r], e de sibilante [s] favorecem a monotongação de /ow/ na sílaba anterior, quanto o ditongo forônico, em todos os casos encontrados: lavora; Rebosa; Viradoro.

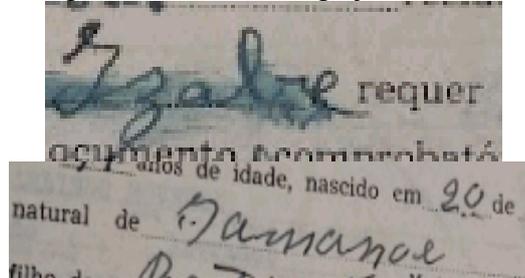
A perda da semivogal [w], em /aw/, ocorreu nas palavras “Palo” (São Paulo) e “arraia” (arraial) – na qual o // pós-vocálico é vocalizado e pronunciado como [w] na maior parte do país, com exceção de alguns dialetos do Sul, os quais mantiveram um traço do português europeu, que pronunciariam [a.xay.'at] (Cristóvão Silva, 2017, p. 162). A monotongação desse ditongo foi mais produtiva em sílaba tônica de palavra paroxítona, pois os dados apresentaram 85,71% de redução de ditongo nesse contexto e 14,28% em sílaba tônica final. A monotongação de /ɛw/, por sua vez, ocorreu duas vezes em sílabas finais tônicas,

<sup>11</sup> Bruna Faria Campos de Freitas analisou a monotongação na fala dos mineiros de Uberaba.

<sup>12</sup> Denise Aparecida Sofiati de Barros Ribeiro estudou ditongos decrescentes orais no sudoeste do Paraná.

como em “Rua Princesa Isabel” e “São Manoel”. A saliência da tonicidade e a posição da sílaba no fim da palavra não impedem que esse ditongo se desfaça:

Figura 8 – Monotongação de /ɛw/



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Maringá. Acervo Gerência de Patrimônio Histórico. Fundo Eleitoral. FE. 06 e 08.C/1956.

O ditongo /yo/, por fim, perdeu a semivogal /y/ 14 vezes e representa apenas 6,57% da amostra. Hora (2012) analisa a supressão da semivogal em ditongo crescente como um fenômeno social, relacionado à escolarização, tendo em vista que os menos escolarizados o aplicam independentemente do grau de saliência fônica entre as vogais, como em “paciença” e “edifício”, enquanto os mais escolarizados apenas o produzem em contextos de som menos perceptíveis, como “espéci” ou “árdu”. Os dados encontrados foram todos salientes – “centenaro; comerciario; comércio; jullio; manisipo (município); operaro; profiçonal/profisonal” – e produzidos por operários (7); doméstica (1); motorista (1); comerciário (3) e lavradores (2). O grau de escolarização é um dado que não temos, mas, por meio do papel social desempenhado a partir das profissões e da discussão sobre a cidade em sua formação, podemos concordar com Hora (2012).

Ao analisar por informante, tendo em vista que alguns apresentaram mais de uma variação desse fenômeno, constatou-se que a monotongação foi produzida por 164 indivíduos, de todas as regiões do país. O estado do Espírito Santo foi o que apresentou maior porcentagem do fenômeno (60%), seguido pelo Rio Grande do Sul (37,5%) e pelos estados Paraná, Bahia, Pernambuco e Ceará, que empataram na porcentagem de 33,3%. Os estados Rio Grande do Norte e Sergipe não apresentaram essa variação nem os italianos e o austríaco, e o único informante naturalizado Brasileiro monotongou, porém é preciso levar em consideração sua representação reduzida na amostra:

Tabela 5 – Monotongação por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>Informantes total da amostra<sup>13</sup></b>	<b>% do total</b>
AL	1	7	14,3%
BA	8	24	33,3%
BR	1	1	100,0%
CE	2	6	33,3%
ES	3	5	60,0%
MG	27	83	32,5%
PE	3	9	33,3%
PR	18	54	33,3%
RJ	2	8	25,0%
RS	3	8	37,5%
SC	2	15	13,3%
SP	94	341	27,6%
<b>Total Geral</b>	<b>164</b>	<b>567</b>	<b>28,9%</b>

Fonte: autoria própria

Na variante sexo, a porcentagem ficou bastante equilibrada. 28,83% dos homens e 29,69% das mulheres apresentaram algum tipo de monotongação. Logo, essa variável não se mostrou como um diferencial para que se produza tal fenômeno.

Tabela 6 – Monotongação por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>Informantes total da amostra</b>	<b>% do total</b>
F	19	64	29,7%
M	145	503	28,8%
<b>Total Geral</b>	<b>164</b>	<b>567</b>	<b>28,9%</b>

Fonte: autoria própria

A variável profissão, que nos ajuda a compreender um pouco do *status* socioeconômico dos informantes, também não apresentou muitas divergências. Os eleitores que produziram a monotongação pertencentes ao grupo de profissão mais urbanizado representaram 29,8% do total desse grupo e 29% dos lavradores e

<sup>13</sup> As tabelas trarão a quantidade de indivíduos que apresentaram cada fenômeno em números naturais, como na coluna à esquerda dessa, intitulada “contagem de informantes” e o percentual de representação em relação ao total de indivíduos de cada variável, como na coluna à direita, intitulada “% do total”. Para tornar mais claro, a porcentagem apresentada na tabela de naturalidade, por exemplo, representa o tanto de alagoanos, baianos etc. que apresentou o fenômeno. Esta coluna, no entanto, não será repetida nas tabelas das seções seguintes, visto que o número total de informantes sempre será o mesmo, divididos por naturalidade, sexo, profissão e grupo etário.

agricultores também monotongaram. Esse fato aponta para uma variante desprestigiada na escrita, mas com alto percentual de produtividade na oralidade, evidenciando a Maringá como espaço agrícola e rural cujos informantes, pouco escolarizados, imprimiram a variação oral na língua escrita. Até mesmo a monotongação dos ditongos mais salientes e atrelada à baixa escolaridade foi bastante encontrada. Assim, figura-se como um traço descontínuo, no contínuo de urbanização.

Tabela 7 – Monotongação por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>Informantes total da amostra</b>	<b>% do total</b>
Campo	80	282	29%
Cidade	84	276	29,8%
Sem informação	2	9	22,2%
<b>Total Geral</b>	<b>164</b>	<b>567</b>	<b>28,9%</b>

Fonte: autoria própria

Em relação à variável idade, a porcentagem também se manteve parecida entre os três grupos etário da amostra e não foi variável favorecedora da variação, pois a flutuação das ocorrências é pouca se compararmos os mais jovens com os mais velhos:

Tabela 8 – Monotongação a partir dos grupos etários

<b>Grupo etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>Informantes total da amostra</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	83	271	30,6%
31 – 50 anos	61	231	26,4%
51 anos +	20	62	32,3 %
<b>Total Geral</b>	<b>164</b>	<b>567</b>	<b>28,9%</b>

Fonte: autoria própria

A grande produtividade do fenômeno no *corpus* ocorreu porque a população da época, assim como a atual, de acordo com Castilho (2014), apresenta esse fenômeno o tempo todo na oralidade, independentemente do seu nível de instrução, da idade, do sexo ou da região em que vive. Hora (2012) afirma categoricamente que, para estudar esse fenômeno, na linguagem cotidiana e oral, “os aspectos sociais já nem são mais levados em consideração” (p. 349).

Essas afirmações relacionam-se mais aos ditongos decrescentes, pela variedade de estudos da monotongação de /ey/ e /ow/, por exemplo, fenômeno de grande produtividade e que pode ser considerado um traço gradual na fala dos brasileiros. Quando transpostos à escrita, atrelam-se à baixa escolarização e à interferência da oralidade (Hora, 2012). Além disso, a monotongação dos ditongos crescentes e mais salientes, como é o caso de [yo] em [mu.ni.'si.po] ou [o.pe.'ra.ro], que foram encontrados em nossos dados, é fenômeno descontínuo e está relacionado ao perfil da formação de Maringá e seus dialetos rurais. Por isso, não há como dissociar o social da interpretação, visto que os falantes cultos e urbanos produzem o mesmo fenômeno o tempo todo, em contexto menos saliente, mas não sofrem estigma, pelo fato de que tiveram acesso à uma forma culta e elitizada de língua escrita.

#### 4.2.2 Abaixamento da vogal alta posterior

Os fenômenos de alternância vocálica são analisados em muitos estudos do PB, com enfoque maior nos fenômenos de elevação das vogais. Amaral (1996) afirmou que não havia, entretanto, relatos de estudos sobre o abaixamento de vogais altas no Sul do país, embora já fosse um fenômeno bastante recorrente no dialeto estudado por ele, da campanha do Rio Grande do Sul<sup>14</sup>, nos municípios de Bagé, Uruguiana, D. Pedrito, Bagé e Piratini.

O nosso *corpus* apresenta poucos gaúchos – oito – e, ainda assim, o fenômeno do abaixamento da vogal alta posterior foi muito recorrente, nas palavras “título”, “água”, “Garanhuns” (cidade do Pernambuco), “junho”, “número”, “Presidente Prudente e Quatá” (cidades de São Paulo), a partir das seguintes grafias: titolo; titollo; titol; titolu; titola; didolo; Agoa Boa; Garanhos; jonho; numero; Prodente; Qoata.

Quando abordam esse fenômeno, as gramáticas normativas “costumem creditar os processos de abaixamento de /i/ e de /u/, no português falado, à influência da escrita sobre a fala - caracterizando-os como meros processos de hipercorreção, sem influência fonológica” (Amaral, 1996, p. 36). Com a sua

---

<sup>14</sup> Região de fronteira com o Uruguai.

recorrência, entretanto, fazem-se necessárias investigações que o expliquem.

Chamou a atenção o fato de que 98% das ocorrências foram em contexto de sílaba posterior à tônica e, em 97%, a consoante que antecede é uma oclusiva, /t/, e a seguinte é uma líquida, a lateral /l/, na palavra “título”. O estudo sobre a língua do Sul do país de Amaral (1996) mostra a consoante /l/ no contexto seguinte e a consoante oclusiva precedente como favorecedoras ao abaixamento da vogal alta posterior, mas apontam para a tonicidade da sílaba anterior como um obstáculo, pois o abaixamento geralmente ocorre em sílabas pretônicas, como em “Prodente” ou “Qoatá”, pois a tonicidade em uma sílaba com a vogal média ou baixa influencia no abaixamento da vogal alta, em uma espécie de neutralização. Dada essa peculiaridade do nosso *corpus*, de abaixamento de /u/ em contexto postônico, e que o fenômeno foi o segundo mais recorrente, observamos os dados extralinguísticos para entender a motivação:

Tabela 9 - Abaixamento da vogal alta posterior por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
AL	3	42,9%
AT	1	100,0%
BA	3	12,5%
BR	1	100,0%
CE	1	16,7%
ES	2	40,0%
IT	2	100,0%
MG	22	26,5%
PE	1	11,1%
PR	23	42,6%
RJ	3	37,5%
RN	1	100,0%
RS	3	37,5%
SC	4	26,7%
SE	1	50,0%
SP	132	38,7%
<b>Total Geral</b>	<b>203</b>	<b>35,8%</b>

Fonte: autoria própria

Os informantes da região Sudeste apresentaram percentuais semelhantes e significativos: 37,5% no Rio de Janeiro, 38,7% em São Paulo, 26,5% em Minas Gerais e 40% no Espírito Santo. No Nordeste, a variabilidade da representatividade oscilou entre 11% e 100%, refletindo o limitado número de informantes de alguns estados – um ou dois. Cerca de 12% dos nascidos na Bahia, que representava a

maior força dos migrantes nordestinos, realizaram o abaixamento da vogal alta posterior. No Sul, o destaque foi o Paraná, com 42,6% dos informantes apresentando o fenômeno, além de 37,5% dos gaúchos e 26,7% dos catarinenses. Observou-se, ainda, que 100% dos participantes estrangeiros da amostra abaixaram o /u/.

Tabela 10 – Abaixamento da vogal alta posterior por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	18	28,1%
M	185	36,8%
<b>Total Geral</b>	<b>203</b>	<b>35,8%</b>

Fonte: autoria própria

Em concordância com outros trabalhos, a fala masculina é a que mais aplica a regra do abaixamento (Amaral, 1996) e o perfil socioeconômico por meio da análise de profissões mostrou um leve favorecimento dos trabalhadores rurais na produção do fenômeno, pois aparecem 38,4% dos informantes do meio rural e 32,6% pertencentes a profissões mais urbanizadas. A urbanização e a escolarização apresentaram certa influência contra o abaixamento de /u/.

Tabela 11 – Abaixamento da vogal alta posterior por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	106	38,4%
Cidade	92	32,6%
Sem informação	5	55,6%
<b>Total Geral</b>	<b>203</b>	<b>35,8%</b>

Fonte: autoria própria

As mulheres, que são mais propensas à aceitação da norma de prestígio, não apontaram para uma mudança e mostraram-se mais conservadoras do traço. Elas são, em maioria, 'donas de casa' e permanecem nesse ambiente rural isolado ainda mais que os homens, nesse período. No entanto, as variáveis da tabela anterior apontam para uma descontinuidade desse traço no contínuo de urbanização, tendo em vista a leve diminuição de percentual nas profissões mais urbanizadas e relacionadas a um maior nível de escolaridade.

O abaixamento da vogal alta posterior como traço descontínuo também se sustenta pela tabela que mostra a idade dos informantes que apresentaram o

fenômeno, porque os mais velhos, com mais de 51 anos, foram os que mais apresentaram o abaixamento de /u/, em disparidade com os mais jovens, como exemplificado na tabela a seguir, o que indica uma mudança em direção ao padrão da escrita, prestigiado e urbano:

Tabela 12 – Abaixamento da vogal alta posterior /u/ por grupo etário

<b>Grupo etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	78	28,8%
31 – 50 anos	89	38,5%
51 anos +	36	58,1%
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>35,8%</b>

Fonte: autoria própria

Como todos os estrangeiros apresentaram o fenômeno e a variável extralinguística com maior desproporção foi a idade, fez-se necessária a análise dos sobrenomes desses informantes, porque o uso de “titolo” em vez de “título” remeteu-nos à possibilidade de uma interferência da língua italiana. A conhecida “grande imigração” para o Brasil formou comunidades enormes de italianos, principalmente no Sul do país, pela necessidade de mão de obra na agricultura cafeeira, tendo em vista o fim do trabalho escravo. Soares *et al.* (2011) expõe que, em terras brasileiras, “entre 1870 e 1920, desembarcaram 1,4 milhões de imigrantes italianos, 42% dos mais de 3 milhões de estrangeiros que vieram para o Brasil no mesmo período” (p. 174).

Vieram, primeiro, para o RS e SC e ocuparam a Serra Gaúcha, como pequenos agricultores, cultivadores de uva e produtores de vinho. Depois, no Paraná, longe de ser a maioria, os italianos se estabeleceram perto de Curitiba, na colônia de Alessandra, formada em 1872, e em Morretes. Apesar de ser o Sul o primeiro representante do fluxo migratório italiano, São Paulo atraiu em maior número as comunidades pela cafeicultura. Do 1,4 milhão de imigrantes que veio para o país, 70% concentrou-se em São Paulo” (Soares *et al.*, 2011, p. 176).

Esses imigrantes, na década da formação de Maringá, já haviam se estabelecido em outras regiões e constituído famílias, com filhos e netos. Na decadência do café em SP, já discutida anteriormente, essas mesmas famílias e seus descendentes vieram para o Norte do Paraná, tendo em vista a prática adquirida com o cultivo do café. Assim, essa migração de descendentes italianos à cidade pode ter causado impacto no fenômeno linguístico do abaixamento de /u/.

A maior representatividade desse fenômeno atribuída percentualmente aos migrantes com mais de 50 anos (quase 60%) leva à reflexão em relação à interferência da língua materna, aprendida com os pais na infância, os estrangeiros adultos vindos da Itália no fim do século XIX ou início do século XX, em coexistência com o português aprendido mais tarde, em outros ambientes sociais, como trabalho, igreja, comércio etc.

Dentre os informantes do *corpus*, os sobrenomes que conseguimos comprovar, por meio de uma obra intitulada *Dicionário das famílias brasileiras* de Carlos Eduardo de Almeida Barata e de Antônio Henrique da Cunha Bueno, como originalmente italianos são estes: Casagrande; Fávaro; Ferrarini; Ciotti; Piva; Meneghetti (Barata e Bueno, 1999). Essa obra, fonte de nossa pesquisa, catalogou 18 mil sobrenomes, em suas mais de 2500 páginas, mas enfocou, para isso, documentos dos primeiros séculos de colonização do país, até o século XIX. Esse fato deixou de fora muita gente que veio pouco depois, como pode ser o caso dos nossos informantes. Sobrenomes como Capoia, Triviralli, Dainuzzi, Cavalli, Garbelini, Ferrarezi, Novelli, Cioti, Faleri, Marchini, Calvi, Zavattin, Picioli, dentre outros, foram os responsáveis pela produção desse fenômeno.

A origem dos nomes familiares, com presença significativa de italianos, permite que se compreenda a grande quantidade de uma variação que não é típica do PB. Assim, a elevada frequência de “título” pode ser atribuída à presença significativa de italianos e seus descendentes na região de Maringá, visto que essa forma é compatível com o uso escrito e oral do italiano. Provavelmente, com a escolarização em ascensão, a urbanização (contato maior com dialetos urbanos) e a diminuição do contato com a outra língua, os jovens reduziram o abaixamento de /u/, apontam para um traço em descontinuidade no *continuum* de urbanização. Estudos da língua mais recente são necessários para essa comprovação.

#### **4.2.3 Elevação das vogais médias**

As vogais médias átonas /e/ e /o/ operam em concorrência com as vogais /i/ e /u/, respectivamente, a depender do contexto vocálico. Há quem diga que em posição postônica final apenas ocorrem as pronúncias /i/, /u/ e /a/ (Camara Jr., 1999). Nesse caso, Camara Jr. (1999) supõe sempre haver elevação das vogais,

ainda que outros autores tenham afirmado que, na região sul do Paraná, ocorre a realização das vogais átonas finais /e/ e /o/ (Ferreira Netto, 2011; Altino, 2022). O fato de manter a vogal média é estigmatizado e, no PB, o alçamento vocálico estabelece uma variável mais prestigiada e tende a generalizar-se (Ferreira Netto, 2011).

Esses fatos, relacionados à fonética e à fonologia da língua oral, quando transpostos à escrita, são desprestigiados, pois trocar as vogais e alçá-las foge à norma-padrão do português. Há, no entanto, um equívoco em atribuir os diversos usos da língua à fala popular, “quando esses mesmos usos também compõem fartamente na fala e na escrita dos ‘falantes cultos’, inclusive na escrita monitorada” (Bagno, 2007, p. 19, aspas simples do autor). Como a heterogeneidade da língua se manifesta também na escrita, os dados exibiram elevação de /e/ 85 vezes e elevação de /o/ 36, totalizando 121 ocorrências, com elevação de /e/ bastante superior.

#### 4.2.3.1 Elevação de /e/

A elevação de /e/, muito mais produtiva que a de /o/, foi quantificada e exemplificada na tabela a seguir:

Tabela 13 – Elevação de /e/ e sua posição no vocábulo

<b>Posição da elevação de /e/</b>	<b>Quantidade de fenômenos</b>	<b>Exemplos</b>
Postônica final	39	Monti; Identidadi; Loti; Di
Pretônica	34	Iguatimi; Ciará; Capitinga; Avinida
Núcleo de sílaba átona seguida de /r/ ou /s/	12	Sirtidão; Doris; Cirtificado, Istrada
<b>Total Geral</b>	<b>85</b>	

Fonte: autoria própria

A posição postônica final é favorecedora da ocorrência de elevação de /e/. Além disso, essa elevação é exclusivamente, no *corpus*, impulsionada pelas precedentes consoantes oclusivas /t/ e /d/, fenômeno já apontado em Altino (2022). No fim da sílaba pretônica, o fenômeno continua sendo favorecido na sequência dessas oclusivas e também inclui as bilabiais /p/ e /b/ e as fricativas /v/ e /s/ como favorecedoras. Por fim, nos contextos internos à palavra, nos quais a vogal não é a

última posição da sílaba, mas aparece seguida se /r/ ou /s/, a posição varia e aparece anterior – circunflexo – ou posterior – doris – à tônica, sendo mais provável o contexto pretônico. Os contextos extralinguísticos serão discutidos na sequência:

Tabela 14 – Elevação de /e/ por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
AL	4	57,1%
BA	5	20,8%
CE	2	33,3%
ES	1	20%
MG	24	28,9%
PE	1	11,1%
PR	4	7,4%
RJ	2	25%
RS	1	12,5%
SC	2	13,3%
SP	28	8,2%
<b>Total Geral</b>	<b>74</b>	<b>13,1%</b>

Fonte: autoria própria

Altino (2022), em um artigo sobre as vogais médias no ALPR e ALiB/PR<sup>15</sup>, faz uma discussão ao relacionar a manutenção das vogais médias, sem alçamento, ao contato entre línguas. A autora pontua que as regiões nas quais se aglomeraram imigrantes italianos e poloneses, mais ao sul do Paraná, os dialetos são influenciados por essas línguas estrangeiras na manutenção das vogais médias. Esse fato é observado no *corpus*, pois os migrantes da região Sul apresentam por volta de 10% de alçamento de /e/. Número semelhante aparece entre os migrantes paulistas e vale lembrar a discussão já realizada sobre o processo migratório dos italianos, que primeiro povoaram São Paulo em grande quantidade, principalmente as zonas rurais e interioranas, das quais derivam nossos informantes. Mais de 20% dos informantes nascidos nos outros estados do Sudeste elevaram a vogal, assim como os do Nordeste, que variaram entre 20% e 57% a depender do estado. Os alagoanos foram os que mais produziram o fenômeno.

Em relação à variável sexo, o comportamento entre homens e mulheres é semelhante, com índices próximos aos 15%, com a elevação entre as mulheres

<sup>15</sup> Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) - Atlas Linguístico do Paraná (ALPR).

mais evidente, o que corrobora com a afirmação de que a força feminina lidera a mudança em direção ao prestígio. Nesse sentido, como manter as vogais médias em posição final de palavra é estigmatizado, provavelmente as mulheres produziam mais o alçamento na oralidade, que interferiu no preenchimento das fichas.

Tabela 15 – Elevação de /e/ por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	9	14,1%
M	65	12,9%
<b>Total Geral</b>	<b>74</b>	<b>13,1%</b>

Fonte: autoria própria

A urbanização é um fator importante, pois houve uma variação entre os informantes mais urbanizados e os mais rurais. Estes elevaram a vogal /e/ muito mais que aqueles, como pode ser observado a seguir, sinalizando um traço que, pelo menos na língua escrita, tende a ser descontinuado a depender do contato com o ambiente mais urbano e com a escolarização:

Tabela 16 – Elevação de /e/ por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	44	15,9%
Cidade	28	9,9%
Sem informação	2	22,2%
<b>Total Geral</b>	<b>74</b>	<b>13,1%</b>

Fonte: autoria própria

O grupo etário também foi variável que apresentou uma divergência entre informantes que alçaram a vogal em questão. Veja a seguir:

Tabela 17 – Elevação de /e/ por naturalidade

<b>Grupo Etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	33	12,2%
31 – 50 anos	37	16,0%
51 anos +	4	6,5%
<b>Total Geral</b>	<b>74</b>	<b>13,1%</b>

Fonte: autoria própria

Os informantes mais velhos, com mais de 50 anos, elevaram a vogal bem menos que os mais jovens. Isso marca a possibilidade de diminuição na influência

entre línguas europeias e o PB, que favorecia a manutenção das vogais médias e, até mesmo, incentivava o abaixamento de /u/ e de /i/, fenômenos presentes no *corpus*. Os mais jovens, nascidos no Brasil, com menos contato com os antepassados italianos e mais urbanizados, adquiriu a língua oral mais prestigiada, isto é, a da pronúncia “di Minas; di São Paulo; Certidão di nascimento”, dados da amostra. Assim, embora seja um traço estigmatizado na escrita, aponta para um traço gradual do contínuo, que atinge todas as idades e tende a se generalizar cada vez mais.

#### 4.2.3.2 Elevação de /o/

A elevação do fonema /o/ ocorre com menor frequência em comparação à elevação do fonema /e/. Adicionalmente, essa elevação manifesta-se exclusivamente na posição final da sílaba, independentemente de estar em contexto medial ou final da palavra, conforme ilustrado na tabela subsequente:

Tabela 18 – Elevação de /o/ e sua posição no vocábulo

<b>Posição da elevação de /o/</b>	<b>Quantidade de fenômenos</b>	<b>Exemplos</b>
Postônica final	26	Fevereiro; Rio; Sertificadu; Operáriu, Solteiru
Pretônica	10	Muranguera; Rumeira; Itabapuna; Bunifácio
<b>Total Geral</b>	<b>36</b>	

Fonte: autoria própria

A elevação do fonema /o/ é favorecida na posição postônica final. A consoante que antecede o fenômeno de elevação apresenta maior diversidade em comparação com a elevação do fonema /e/. Entre as consoantes antecedentes à elevação de /o/, identificam-se a oclusiva /d/, a lateral /l/, a semivogal /y/, exemplificada em topônimos como "Claudiu" (cidade em Minas Gerais) e "riu", além de róticos. Em contextos intrapalavras, a variedade de consoantes antecedentes é ainda mais ampla, incluindo a nasal /m/, róticos, oclusivas /p/, /b/, /t/, a fricativa /f/ e a lateral /l/. Discussões sobre os contextos extralinguísticos pertinentes seguirão subsequentemente à apresentação das tabelas que quantificam os informantes que variaram o uso de /o/:

Tabela 19 – Elevação de /o/ por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
BA	2	8,3%
CE	1	16,7%
MG	7	8,4%
PE	1	11,1%
PR	2	3,7%
RJ	1	12,5%
RS	1	12,5%
SP	13	3,8%
<b>Total Geral</b>	<b>28</b>	<b>4,9%</b>

Fonte: autoria própria

O fenômeno foi observado percentualmente mais uniforme entre os migrantes, apresentado na escrita de 8% a 16% dos informantes de cada estado, com exceção dos migrantes do próprio Paraná e de São Paulo, que apresentaram uma porcentagem bastante reduzida, pouco mais de 3%.

Tabela 20 – Elevação de /o/ por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	3	4,7%
M	25	5,0%
<b>Total Geral</b>	<b>28</b>	<b>4,9%</b>

Fonte: autoria própria

O comportamento entre homens e mulheres apresentou praticamente um empate no favorecimento desse fenômeno. Já as outras variáveis não se mostraram favorecedoras à elevação de /o/, seja a do perfil mais urbanizado a partir das profissões ou a divisão por grupo etário:

Tabela 21 – Elevação de /o/ por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	16	5,8%
Cidade	12	4,3%
<b>Total Geral</b>	<b>28</b>	<b>4,9%</b>

Fonte: autoria própria

Tabela 22 – Elevação de /o/ por grupo etário

<b>Grupo Etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	14	5,2%
31 – 50 anos	11	4,8%
51 anos +	3	4,8%
<b>Total Geral</b>	<b>28</b>	<b>4,9%</b>

Fonte: autoria própria

Com base nesses dados, pode-se afirmar que os falantes que migraram à cidade de Maringá na primeira década de sua emancipação elevavam muito mais a vogal média /e/ que a /o/ em contexto da última sílaba da palavra em posição postônica. Além disso, esse fenômeno, sem dúvidas, foi muito mais produtivo na linguagem cotidiana oral. Hoje, com a urbanização, a escolarização e a maior acessibilidade à norma-culta que naquele período, provavelmente essas porcentagens diminuiriam em uma escrita monitorada. No âmbito da oralidade, contudo, considerando os estudos de autores que já destacaram o prestígio e a urbanidade das elevações para /i/ e /u/, e corroborado pelas observações de Altino (2022), sustenta-se que existe uma tendência à neutralização e redução das vogais nas posições finais das palavras em todo o estado do Paraná. Essa tendência já tinha sido introduzida à formação de Maringá com seus primeiros habitantes.

#### 4.2.4 Redução de palavra proparoxítona

A redução das palavras proparoxítonas, também conhecida como *síncope*, trata-se da redução fônica de um ou mais fonemas em sílaba postônica. Teve origem no latim vulgar e até hoje vive no PB (Castilho, 2014). Na Maringá de 1956 também foi bastante produtiva, encontrado na ficha de 90 informantes. Seguem alguns exemplos: tito, titro ou tilo (título); namro ou numro (número); domésca (doméstica); corgo (córrego) e chacra (chácara).

Um dos motivos para que haja esse fenômeno, de acordo com Araújo (2012), que estudou o fenômeno em 25 capitais brasileiras por meio do Projeto ALiB, está no fato de que o PB é uma língua majoritariamente proparoxítona e o grupo

das proparoxítonas é o mais reduzido. Por isso, a redução da palavra regulariza ao padrão acentual do PB.

O fenômeno ocorre em todas as línguas românicas e pode ser encontrado até nas falas dos mais escolarizados do português brasileiro a depender da situação (Araújo, 2012). Os estudos no PB mostram, no entanto, que maior urbanidade e maior escolaridade são os fatores que exercem maior influência na improdutividade de síncope das proparoxítonas (Lima, 2008; Araújo, 2012). Esse fato aponta para uma variação extremamente estigmatizada, tendo em vista a relação entre o desprestígio social ligado ao desprestígio do uso linguístico. O percentual de informantes que reduziram a proparoxítona a partir da variável naturalidade, aparece distribuído assim:

Tabela 23 – Redução de palavra proparoxítona por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
AL	1	14,3%
BA	7	29,2%
CE	2	33,2%
ES	1	20%
MG	20	24,1%
PE	1	11,1%
PR	9	16,7%
RJ	2	25%
RS	1	12,5%
SC	3	20%
SP	43	12,6%
<b>Total Geral</b>	<b>90</b>	<b>15,9%</b>

Fonte: autoria própria

Os informantes que vieram de Ceará, de Bahia, de Minas Gerais e de Rio de Janeiro foram os que mais apresentaram essa variação, em mais de 20% das fichas da amostra. Na sequência, estão, respectivamente, os nascidos em Santa Catarina e Espírito Santo, com 20% de representatividade. Depois, os paranaenses representam 16,7%, o alagoano, 14,3%, os gaúchos e paulistas, 12%, e o pernambucano 11%. Dentre os estados que mais exportaram informantes, Minas Gerais e Bahia foram os que representaram maior número dessa supressão de fonemas: quase 30% dos seus eleitores.

Tabela 24 – Redução de palavra proparoxítona por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	13	20,3%
M	77	15,3%
<b>Total Geral</b>	<b>90</b>	<b>15,9%</b>

Fonte: autoria própria

O confronto percentual dos resultados na variável sexo demonstrou que as mulheres reduziam as proparoxítonas mais que os homens. Já foi discutido que as mulheres ficavam ainda mais à margem da vida social que hoje em dia. O fato de viver no lar com os trabalhos domésticos e socializar pouco, mazelas do patriarcalismo, são fatores que precisam ser levados em consideração, não apenas o sexo em si. Nesse caso, as informantes não contribuíram com a língua de prestígio e conservaram mais os traços rurais.

Tabela 25 – Redução de palavra proparoxítona por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	42	15,2%
Cidade	46	16,3%
Sem informação	2	22,2%
<b>Total Geral</b>	<b>90</b>	<b>15,9%</b>

Fonte: autoria própria

A variável urbanização não foi suficiente para diferenciar os informantes como propagadores ou não da variante desprestigiada e ambos os grupos da amostra apresentaram síncope em cerca de 15% das fichas.

Tabela 26 – Redução de palavra proparoxítona por grupo etário

<b>Grupo Etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	32	11,8%
31 – 50 anos	45	19,5%
51 anos +	11	17,7%
<b>Total Geral</b>	<b>90</b>	<b>15,9%</b>

Fonte: autoria própria

A pesquisa de Araújo (2012) demonstrou que a esmagadora maioria dos jovens mantém a proparoxítona enquanto os mais idosos (45 anos ou +) usam a

variante sem prestígio. Esse estudo, no entanto, com dados recentes, levou em consideração o mercado de trabalho atual e a escolarização, bem diversa da década de 1950. No nosso *corpus*, não houve muito essa interferência, à luz que a população mais jovem também era rural e com baixa ou nenhuma escolaridade. O grau de frequência à escola, infelizmente, não estava presente na documentação e, em concordância com muitos trabalhos sobre esse fenômeno, é a variável social mais influente. O traço, embora descontínuo em outros estudos, perante os nossos dados mostrou-se gradual, por não diminuir entre os jovens nem entre as mulheres nem, ainda, no grupo de profissões mais urbanizadas.

#### 4.2.5 Supressão de fonema inicial

A supressão de fonema inicial é um fenômeno estudado desde os neogramáticos, que simplificaram a nomeação chamando as mudanças de sons no interior de uma palavra de metaplasmos. Dentro dessa generalização, apresentaram a “aférese”, isto é, a perda do som inicial do vocábulo (Castilho, 2014). Castilho (2014) exemplifica a aférese da passagem do latim para o português – *attonitu* > tonto – e nos usos atuais com a subtração de até > té, atribuindo-a a uma característica do PB popular.

Vieira (2012) em sua pesquisa de doutorado apresentou métodos e historiografia-linguística dos estudos realizados no Brasil sobre aférese. Nesse percurso, afirma que

pensar no processo da aférese fora do contexto de fala leva a resultados imprecisos, pois esse fenômeno ocorre em função da soma de um conjunto de fatores sociais, pragmáticos e linguísticos que atuam nesse apagamento, e não somente em função de questões estruturais específicas (Vieira, 2012, p. 138).

Ainda de acordo com o mesmo autor, há estudos que apontam a influência de línguas crioulas como favorecedora desse fenômeno em outros contextos, mas afirma que não é o caso do PB e de seu contato com línguas africanas. O fenômeno, para ele, “tem sua base no latim vulgar, sendo tão antigo quanto à própria história dessa língua” (Vieira, 2012, p. 98).

No nosso *corpus*, a supressão do fonema inicial ocorreu 91 vezes, mas em duas delas a subtração foi de um som consonantal, em “ítulo – ítulu” (título). Assim,

pode-se afirmar que o fonema vocálico inicial é fator favorecedor desse apagamento, o que chamamos aférese: 97,8% dos casos. A vogal média-alta /e/ foi a que mais foi suprimida (80,2%), seguida da vogal alta /i/ (4,4%) e, depois da baixa /a/ (13,2%). As demais vogais não sofreram subtração.

A tonicidade da palavra também é fator importante, pois apenas as consoantes suprimidas pertenciam à sílaba tônica. Além disso, uma maior distância da sílaba tônica favorece o apagamento do fonema inicial, pois palavras oxítonas, com uma ou mais sílabas entre a supressão e a tônica foram as que mais apresentaram o fenômeno: *guatimi* (*Iguatemi*), *leitoral* (*eleitoral*), *venida/vinida* (*avenida*), *pauçu* (*Ipaussu*); *dentidade* (*identidade*). Vieira (2012) atribui a aférese à lei do menor esforço. Para ele,

esse fato ocorre devido à tendência natural do falante em reduzir os fonemas que não são relevantes para a distinção da palavra, no campo semântico. Por exemplo, nos termos “*amizade* > *Ømizade*, *apertanu* > *pertanu*”, a queda do fonema /a/ não altera o significado dos termos e conseqüentemente não compromete compreensão do falante. Essa lei ocorre não somente por fatores fonológicos, mas também sociais, pois a comunidade linguística se identifica nesse processo de redução de fonemas (Vieira, 2012, p. 102).

O fenômeno foi mais produtivo com os migrantes nascidos no ES e no RJ, estados vizinhos, dos quais 40% e 25%, respectivamente, apagaram o fonema inicial, como observado a seguir:

Tabela 27 – Supressão de fonema inicial por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
BA	2	8,3%
CE	1	16,7%
ES	2	40%
MG	7	8,4%
PR	4	7,4%
RJ	2	25%
RS	1	12,5%
SC	2	13,3%
SP	64	18,8%
<b>Total Geral</b>	<b>85</b>	<b>15%</b>

Fonte: autoria própria

Os estados mais ao sul, RS e SC, apresentaram semelhante percentual do fenômeno (12,5% e 13,3%), mas o PR destoou, representando 7,4% do fenômeno entre os falantes naturais do estado. 18,8% dos paulistas suprimiram o fonema

inicial enquanto os naturais da BA e de MG representaram percentual parecido, ambos com 8% da amostra.

Tabela 28 – Supressão de fonema inicial por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	16	25,0%
M	69	13,7%
<b>Total Geral</b>	<b>85</b>	<b>15%</b>

Fonte: autoria própria

As mulheres apresentam o fenômeno em porcentagem maior que a dos homens. Ribeiro (2017), ao comparar duas comunidades rurais de Minas Gerais, obteve dados que apresentaram as mulheres como mais propensas a manter a vogal inicial, “enquanto os homens se mostraram mais conservadores, utilizando a variante desprestigiada” (Ribeiro, 2017, p. 124). Nosso trabalho vai de encontro a esses dados, apontando as mulheres como mais conservadoras.

Tabela 29 – Supressão de fonema inicial por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	42	15,2%
Cidade	40	14,2%
Sem informação	3	33,3%
<b>Total Geral</b>	<b>85</b>	<b>15,0%</b>

Fonte: autoria própria

As profissões, tendo em vista o perfil dos primeiros habitantes da cidade, não divergiram percentualmente, visto que o fenômeno característico da fala da comunidade rural concorre com a variante de prestígio urbana e perpassa os trabalhadores *rurbanos* na mesma intensidade.

Tabela 30 – Supressão de fonema inicial por grupo etário

<b>Grupo etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	29	10,7%
31 – 50 anos	44	19%
51 anos +	12	20%
<b>Total Geral</b>	<b>85</b>	<b>15%</b>

Fonte: autoria própria

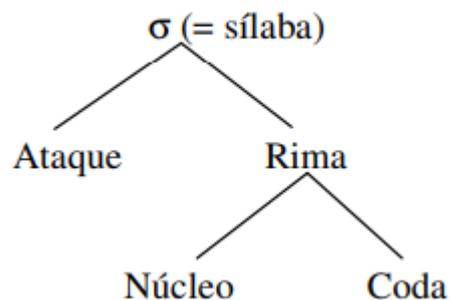
A faixa etária aponta para uma mudança em curso, visto que o percentual caiu para a metade entre os mais jovens, de 18 até 30 anos, tendo em vista o

contato com o prestígio da urbanização e, provavelmente, com a escolarização. Esse fato aponta para um traço gradual na oralidade, mas que tende a ser descontinuado na escrita com a urbanização. O material já apontou essa mudança em curso.

#### 4.2.6 Rotacismo

O rotacismo é um fenômeno fonético-fonológico no qual se substitui a consoante líquida lateral /l/ pela vibrante /r/. Essa substituição pode ocorrer em encontros consonantais ou em coda silábica. A estrutura de uma sílaba é representada da seguinte maneira:

Figura 9 – A estrutura de uma sílaba



Fonte: (Pedrosa e Hora, 2007, p. 3)

No PB, primeira posição do ataque pode ser preenchida por qualquer consoante e o núcleo é preenchido pelas vogais. Na segunda posição do ataque, podem figurar as consoantes /r/ e /l/, que formam os grupos consonantais /pr/, /bl/, /fl/, /vr/ etc. A coda silábica, por sua vez, é a posição pós-núcleo, preenchida pelas consoantes /r/, /l/, /n/, /s/ e pelas semivogais (Pedrosa e Hora, 2007). A coda silábica é a posição “mais débil da estrutura silábica, por isso, é bastante suscetível à variação em qualquer que seja a sua posição dentro da palavra, acentuando-se ainda mais na posição final (Pedrosa e Hora, 2007, p. 3-4). Com isso esclarecido, foi possível encontrar rotacismo frequente no *corpus*, tanto em encontros consonantais, como exemplificado em (1), quanto em coda silábica, seja ela medial (2a) ou final (2b):

- (1) craro; Pratina; greba; tituro; Froriano.  
 (2a) agricultor; barconista; sorteiro; Leopordina, Artinho.  
 (2b) eleitorar; profissionalr.

Tabela 31 – Quantidade de rotacismo

Rotacismo	Quantidade dos fenômenos	% do total do fenômeno
Encontros consonantais	22	27,85%
Coda medial	35	44,30%
Coda final	12	15,19%
Primeira posição de ataque	10	12,66%
<b>Total Geral</b>	<b>79</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria

Rotacismo não é um fenômeno exclusivo dos falantes de português, mas, no Brasil, está associado ao falar rural das camadas populares e sofre estigma, principalmente quando acentuado pelo uso do [ʎ], marca do dialeto caipira. Bagno (2007), porém, aponta que a troca do /l/ pelo /r/ em grupos consonantais fez parte da formação da língua portuguesa padrão, em um processo do qual resultou as palavras seguintes: branco, escravo, praga, fraco etc. Esse processo continua a ser produtivo, por ser uma tendência natural da língua. O estigma, então, ocorre porque o problema nunca está naquilo que é falado, mas em quem fala e, por isso, Bagno (2007) afirma que o preconceito linguístico decorre do preconceito social.

Além das formas mais comuns ao PB, apresentadas anteriormente em (1) e (2), foi possível encontrar a troca dos fonemas /l/ por /r/ na primeira posição de ataque da sílaba, quando não há encontro consonantal, como em ereitor; tituro; Penáporis, Caferândia. Esse caso peculiar extrapola a motivação fonética, que é a articulação próxima dos dois fonemas consonantais que favorecem a troca, porque esses fenômenos apenas foram produzidos por brasileiros descendentes de japoneses. Essa constatação foi possível a partir dos sobrenomes encontrados em 100% dos casos: Tokuda; Yamagata; Issomura; Watanabe; Kague; Iquematsu; Tamura.

Isso ocorre, de acordo com Monteiro (2012), porque na língua japonesa há o fonema /r/, mas não o /l/ e que, em virtude dessa semelhança de articulação, os filhos de japoneses que, provavelmente, tiveram o primeiro contato em casa com

essa língua, apresentam dificuldades em distinguir os dois fonemas, quando falam em português. Essa análise só é possível por meio da historicidade imbricada à língua, porque o *corpus* não apresentou estrangeiros nascidos no Japão, mas a história recente dessas pessoas no país e na região de Maringá influenciou o aparecimento desses dados do material de análise, tendo em vista o contato entre línguas em seu processo de formação.

Tabela 32 – Rotacismo por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
AL	1	14,3%
MG	9	10,8%
PE	3	33,3%
PR	13	24,1%
RJ	2	25%
SC	1	6,7%
SP	41	12%
<b>Total Geral</b>	<b>70</b>	<b>12,3%</b>

Fonte: autoria própria

Alagoas e Pernambuco são os estados que representam o nordeste e 14,3% e 33,3% dos seus informantes usaram o rotacismo. 25% dos cariocas, 12% dos paulistas e 10,8% dos mineiros apresentaram o fenômeno, representando o Sudeste. O Sul apresentou 24,1% de paranaenses e 6,7% de catarinenses que escreveram vocábulos com róticos no lugar da lateral ///. Percentualmente, os informantes do Sul apresentaram mais a variante, 18,2% do total, e o Sudeste foi o que menos trocou a vibrante pela lateral, 11,9%. Interpreta-se, então, que o rotacismo é produzido no Brasil inteiro e outros fatores são necessários para entender esse estigmatizado fenômeno.

Tabela 33 – Rotacismo por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	9	14,1%
M	61	12,1%
<b>Total Geral</b>	<b>70</b>	<b>12,3%</b>

Fonte: autoria própria

O fator sexo não exerceu uma influência muito significativa na manifestação do rotacismo; contudo, observa-se que as mulheres, tradicionalmente mais

receptivas às mudanças linguísticas, apresentaram uma tendência ligeiramente superior à dos homens na preservação do traço fonético característico de contextos rurais.

Tabela 34 – Rotacismo por profissão e porcentagem

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	35	12,7%
Cidade	34	12,1%
Sem informação	1	11,1%
<b>Total Geral</b>	<b>70</b>	<b>12,3%</b>

Fonte: autoria própria

A dificuldade de separar o território da Maringá de 1956 entre partes agrícolas a urbanas, bem como as profissões exercidas nesses espaços, fica evidente na análise desses usos linguísticos, em que o rural e o urbano se equivalem e apresentam, mais uma vez, percentual quase idênticos.

Tabela 35 – Rotacismo por grupo etário

<b>Grupo etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	43	15,9%
31 – 50 anos	19	8,2%
51 anos +	5	9,7%
<b>Total Geral</b>	<b>70</b>	<b>12,3%</b>

Fonte: autoria própria

A variável idade apresenta uma curiosa perspectiva de análise, tendo em vista que os mais velhos apresentam percentual de rotacismo em menos de 10% da amostra enquanto os mais jovens dobraram esse percentual, dos quais 15,9% trocaram a consoante /l/ pela /r/. Esse fator mostra-se interessante, tendo em vista o estigma do fenômeno, que ainda é acentuado pelo retroflexo, predominante na região de Maringá. Pode tratar-se de questão identitária e precisa de mais investigações sobre os resultados dessa tabela.

#### 4.2.7 Supressão de /r/

Os dados indicaram 54 ocorrências de apagamento do /r/. Dentre eles, 40 ocorreram em posição de coda silábica, seja ela medial ou final, como em

ce(r)tidão; ma(r)ço; come(r)ciante; lavrado(r); eleito(r). Outras 14 ocorrências apareceram na segunda posição de ataque da sílaba, nas palavras lav(r)ador e ist(r)ada. Apenas três ocorrências estavam em posição inicial, como em Ma(r)ingá; feverei(r)o e car(r)oceira. Essas últimas, como foram pouco significativas numericamente, podem representar alguma falha de letramento ou mesmo uma falta de atenção à escrita pelo nervosismo do preenchimento de um documento. No caso de “caroceira”, ainda, pode indicar uma falante descendente de italianos, por exemplo, que utiliza o tepe [r] mesmo em posição inicial de sílaba, em contextos de vibrante múltipla. Spessatto (2021) realizou um trabalho no oeste de Santa Catarina com jovens que ainda mantêm essa marca do contato entre as línguas. Ainda que a informante seja nascida em São Paulo, o sobrenome da informante “Cacenzza”, parece ser italiano.

Callou, Moraes e Leite (1998) apontam que o preenchimento do /r/ em posição de coda silábica tem sido avaliado por ângulos diversos: por um lado, alguns consideram-no uma pronúncia estereotipada, isto é, um demarcador social, mas com indícios de recuperação, inclusive em hipercorreções; outros predizem seu completo desaparecimento dialetos não-padrão.

Observa-se que todas as formas de supressão de /r/ no material foram não verbais e que, nos dados, a posição da coda igualmente favoreceu o apagamento, pois 21 ocorreram em coda medial, ou interna, e 19 em coda final. Em relação a esse assunto, Paiva e Duarte (2006) pontuam que

o apagamento da vibrante em posição final, apesar da sua manutenção na escrita, não é sensível à avaliação por parte dos falantes; a supressão do mesmo segmento em posições mediais, no entanto, é saliente, percebida e avaliada como “mau português” (p. 145-146).

Bortoni-Ricardo (2004) afirma que em posição de final de palavra, em “todas as regiões do Brasil, o /r/ pós-vocálico, independentemente da forma como é pronunciado, tende a ser suprimido” (p. 85). Além disso, quando o falante da língua suprime o /r/ ao escrever, “faz isso porque na língua oral ele já não utiliza mais esse /r/” (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 85).

São múltiplas as variantes para o /r/ pós-vocálico: vibrante alveolar [r], fricativa velar [x], fricativa glotal [h̥], aspirada [h], tepe [r] ou um som retroflexo [ɻ] (Cristófarro Silva, 2017). Essas variações são bastante evidentes entre as regiões do país. Enquanto a região Norte do Paraná usa a estigmatizada retroflexa, os falantes de outras regiões variam, tendo em vista elemento tão multiforme.

Em relação às ocorrências na segunda posição de ataque da sílaba, não foram encontrados estudos no Brasil, pois esses enfocam sempre a variação em coda silábica. Dada a quantidade de ocorrências, pode-se afirmar que a sílaba que antecede a final é favorecedora do apagamento, seja ela marcada ou não por tonicidade. A oclusiva /t/ e a fricativa /v/ que antecedem e a vogal /a/ após o /r/ foram os contextos nos quais houve o apagamento.

Tabela 36 – Supressão de /r/ por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
AL	1	14,3%
BA	8	33,3%
CE	1	16,7%
MG	6	7,2%
PE	2	22,2%
PR	2	3,7%
SC	2	13,3%
SP	32	9,4%
<b>Total Geral</b>	<b>54</b>	<b>9,5%</b>

Fonte: autoria própria

Os informantes do Nordeste apresentaram o maior apagamento do /r/: 33% dos baianos, 22% dos pernambucanos, 16% dos cearenses e 14% dos alagoanos realizaram o fenômeno. Os paranaenses, por exemplo, que sofrem estigma pela marcação saliente do retroflexo, foram os que menos apresentaram essa supressão na escrita, 3,7%. Ela pode ter sido favorecida nos estados do Nordeste, porque em muitos lugares da região pronuncia-se o /r/ glotal ou aspirado, [h/h]. Tendo em vista sua pouca saliência fonética, acabou mais suprimido na escrita, se comparado ao /r/ do paranaense [ɹ] que é bastante saliente. Necessita-se de mais investigação em relação a essa teoria na qual a aspiração do rótico é mais favorecedora, ou não, do fenômeno.

Tabela 37 – Supressão de /r/ por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	3	4,7%
M	51	10,1%
<b>Total Geral</b>	<b>54</b>	<b>9,5%</b>

Fonte: autoria própria

Na década de 1950, em Maringá, os informantes homens apagaram o /r/

consideravelmente mais que as mulheres. Nesse caso, leva-se em conta que o sexo feminino, quando engajado na política e na posição de eleitor, tendia a uma maior escolarização, urbanização e polidez. Isso se comprova nos dados abaixo, que aponta para o fenômeno como um fenômeno descontínuo no *continuum* de urbanização:

Tabela 38 – Supressão de /r/ por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	38	13,8%
Cidade	16	5,7%
<b>Total Geral</b>	<b>54</b>	<b>9,5%</b>

Fonte: autoria própria

Nota-se que em profissões exclusivamente rurais, o fenômeno mais que duplicou a porcentagem, tendo em vista sua estigmatização na escrita, como falta de letramento, e a formalidade do contexto analisado, que não permitia o “mau português”.

Tabela 39– Supressão de /r/ por grupo etário

<b>Grupo etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	36	13,3%
31 – 50 anos	17	7,4%
51 anos +	1	1,6%
<b>Total Geral</b>	<b>54</b>	<b>9,5%</b>

Fonte: autoria própria

Os jovens que migraram para Maringá nessa primeira década da cidade eram majoritariamente do universo rural, que, provavelmente, não tiveram a oportunidade de participar da escola ou, ainda, de comunidades de prática urbana. Dentre as profissões que apontavam para maior escolaridade, como enfermeira, professor de música, funcionário público, oficial de Justiça, ourives, dentista, prático de farmácia, professora, hoteleiro, bancário e senador, pouquíssimas eram desempenhadas por jovens com menos de 30 anos, o que possibilita uma análise do fenômeno extremamente atrelado, além da ruralidade, à falta de escolarização. O estigma social nesse fenômeno pode ser fruto do preconceito em relação à classe trabalhadora primária e aos nordestinos do país.

O crescimento gradativo de rotacismo dos mais jovens aos mais velhos abre

muitos questionamentos sobre suas motivações e um estudo de terceira onda da sociolinguística pode explicar se esses dados encontrados são marcas de resistência por meio da conservação do fenômeno, parte de uma construção identitária.

#### 4.2.8 Ditongação

A ditongação, oposto da monotongação já analisada, também existe desde o latim e, como toda língua moderna, que é modificada pelo tempo e subjacente à fala popular, continua ocorrendo. Na gramática latina, por exemplo, havia os vocábulos “abaxa” e “baxo”, que no PB contemporâneo aparece, nos dicionários, ditongado – abaixa e baixo – e os falantes monotongam na fala, desobedecendo às regras de uma língua padrão (Aragão, 2014). O que favoreceu a ditongação nessas palavras, ao decorrer do tempo, foi a proximidade da consoante fricativa, que Cristóvão Silva (2017) classifica como pós-alveolar: O fonema [ʃ] em /'c[ay].xa/ ou o fonema [ʒ] em band[ey]ja. Esse fenômeno, essencialmente fonético causado por necessidades eufônicas, é realizado nas falas de forma corriqueira (Aragão, 2014). Ainda consoante a Aragão (2014), está ligado aos contextos fonéticos imediatos ou à velocidade de elocução.

Castilho (2014), no mesmo sentido, relaciona a ditongação à oralidade do PB e ao português popular. Os falantes cultos, segundo ele, mantêm apenas as vogais, nas palavras com vogais tônicas seguidas de sibilante no final, como *mês*, *atrás* e *luz*, mas é típico do falar popular e do dialeto caipira as formas /'meys/, /a'trays/ e /'luys/, isto é, a formação de um ditongo. Assim, de acordo com Castilho (2014) e Amaral (1920), nesse contexto, pode ser considerado um traço descontínuo. Nos contextos palatais, porém, como nas palavras *bandeija* ou *feichar*, Castilho (2014) aponta para variantes regionais. Assim, é traço gradual, pois não se relaciona à gradação dos falares urbanos em oposição ao rurais. Na amostra, a ditongação apareceu 46 vezes, realizada por 43 informantes, como exposto nas próximas tabelas.

No contexto linguístico de ocorrência de vogal final seguida de sibilante, houve, na amostra, ditongação de /cruys/, muito comum à fala do PB. O aparecimento de [aw] e [ow] em contextos nos quais o [w] substituiu um /r/, como

em milital (militar), eleitou (eleitor) e lavradou (lavrador), aponta para hipercorreção, tendo em vista o fenômeno oposto, que é o rotacismo, ser muito estigmatizado, como a ocorrência de palavras como /carção/, para “calção”, ou /quarter/, para “quartel”. França (1977) afirma que o “sertanejo”, referindo-se aos habitantes rurais de Maringá, quando fora de seu meio corriqueiro, deixa a linguagem espontânea de lado, porque acha que fala mal e “capricha” para se expressar melhor. Isso resulta em palavras como /pomal/, para “pomar”. A troca da semivogal [w] pelo /r/, como em /quarquer/, entre as pessoas rurais de Maringá foi discutida pelo autor, que afirma ser um “hábito linguístico vulgar de parte do Estado de São Paulo e Sul de Minas Gerais” (p. 92). O oposto, no entanto, aponta para hipercorreção, a fim de evitar um fenômeno muito característico dos falantes do dialeto caipira.

Interessa ressaltar que o português das pessoas do campo, sem escolarização, tão estigmatizado, guarda marcas do português arcaico e é muito conservador em relação a alguns fenômenos. Apareceram, por exemplo, no nosso corpus, as grafias “bão”, “cãodutor” e “garção”, alteração no ditongo que pertence ao dialeto caipira (Amaral, 1920), que remonta à segunda fase do português arcaico, na qual os fonemas finais das palavras [õw] mudaram para [ãw], “uma forma curiosamente não aceita na língua culta” (Castilho, 2014, p. 190). Todos os informantes do *corpus* que produziram essa forma do português arcaico não fazem parte daquelas profissões que indicam uma maior urbanidade.

Outro momento em que ocorreu ditongação foi em contexto nasal, na sílaba medial e tônica, com muitos aparecimentos das formas “casameito; congoinha; juinho; juinho; noveinbro”. Apareceram, ainda, muitos registros dos seguintes vocábulos: eileitor; eileitoral; eileitoural; euleitor. Identificou-se, então, que a ditongação predomina em contextos de vogal média alta anterior /e/, com 41,30%, assim como aponta o trabalho de Brod *et al.* (2014), que analisou os falares da região Sul do Brasil. A vogal baixa central /a/, que, de acordo os autores, também é favorecedora, não ocorreu muito na amostra e representou 8,69%, mesma quantidade que a vogal nasalizada /ã/. Houve muita ditongação de vogal média posterior /o/ e alta posterior /u/, respectivamente 23,91% e 15,21 %.

Registrou-se, por fim, a grafia “Santianna”, cujo fenômeno fonológico parece apontar para o fenômeno fonético de ditongação decrescente /ya/, em /santyana/. Como essa ditongação ocorreu posteriormente à oclusiva /t/, que, segundo Cristófarro Silva (2017), possui dois alofones [t] e [tʃ] quando ocorre seguido de [i] e

suas variantes, infere-se, portanto, que a pronúncia tenha sido [sã.'tʃya.na]. Essa inferência pode ser feita porque o informante que apresentou essa grafia é natural da Bahia e esse fenômeno de ditongação após a palatalização do /t/ em [tʃ], além de típico da oralidade, marca um regionalismo não padrão do Nordeste. Entretanto, de acordo com Santana e Reis (2016), essa ditongação ocorre apenas após uma outra sílaba ditongada, como em oito ['oy.tʃju], peito ['pey.tʃju], muito ['muy.tʃju]. A fonética [sã.'tʃya.na] foge desse padrão descrito no estudo de Santana e Reis (2016) sobre os dialetos do Nordeste.

Tabela 40 – Ditongação por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
BA	6	25%
CE	2	33,3%
MG	5	6%
PE	1	11,1
PR	4	7,4%
RJ	1	12,5%
RN	1	100,0%
SC	2	13,3%
SP	21	6,2%
<b>Total Geral</b>	<b>43</b>	<b>7,6%</b>

Fonte: autoria própria

Os 43 informantes que ditongaram na escrita de um vocábulo que, padronizado, não apresenta ditongo gráfico estão representados acima. O único eleitor natural do Rio Grande do Norte ditongou. Depois, os estados que mais marcaram esse fenômeno na escrita foram, respectivamente, Ceará (33,3%), Bahia (25%); Santa Catarina (13,3%) e Rio de Janeiro (12,5%). Em relação a São Paulo, Minas Gerais e Paraná, maiores representantes da amostra, ditongaram cerca de 7% de seus informantes.

Tabela 41 – Ditongação por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	2	3,1%
M	41	8,2%
<b>Total Geral</b>	<b>43</b>	<b>7,6%</b>

Fonte: autoria própria

A variante sexo revela uma tendência maior da ditongação entre os homens, 8,2%, comparado às mulheres, 3,1%. Nesse caso, elas mostraram-se mais propensas à aceitação da variedade de maior prestígio da escrita, em concordância com a norma-padrão.

Tabela 42 – Ditongação por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	25	9,1%
Cidade	18	6,4%
<b>Total Geral</b>	<b>43</b>	<b>7,6%</b>

Fonte: autoria própria

O grupo mais relacionado ao trabalho do campo se mostrou mais favorecedor da ditongação, no qual quase 10% apresentaram o fenômeno, enquanto 6,4% do grupo mais urbanizado escreveu vocábulos ditongando-os.

Tabela 43 – Ditongação por grupo etário

<b>Grupo Etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	21	7,7%
31 – 50 anos	18	7,8%
51 anos +	2	3,2%
<b>Total Geral</b>	<b>43</b>	<b>7,6%</b>

Fonte: autoria própria

Os eleitores de todas as idades também ditongaram. Os dois grupos mais jovens representaram uma saliência na ditongação, que representou 7% da amostra. O grupo mais velho apresentou apenas 3% dos informantes que ditongaram. Assim, é uma variável que se mantém entre os mais jovens, parecendo ser um traço gradual, sem tendência de mudanças em relação à norma-padrão nas gerações mais novas.

#### 4.2.9 Despalatização

A junção das consoantes “l+h” ou “n+h” formam, na norma culta do PB, respectivamente, os fonemas palatais /ʎ/ e /ɲ/, em palavras como estas: vermelho, agulha, alho, zoroelho, banho, fronha. A consonância palatal molhada, por exemplo, que é como Amaral (1920) nomeia a /ʎ/, não existe no dialeto caipira, assegura

categoricamente o autor. Ocorre, portanto, a realização de variação como em “aio”, para alho, ou “vermeio” e “vermelio”, para vermelho.

No português culto, o fonema /ʎ/ sempre ocorre no interior do vocábulo (normalmente) em posição intervocálica. As poucas exceções, em posição inicial, como em *lhano* ou *lhama* que “são empréstimos do espanhol ou, no caso do pronome *lhe*, normalmente enclítico ou mesoclítico, isto é, - realiza-se como sílaba interna ou final de vocábulo” (Aguilera, 1989, p. 173). Quando o falante

substitui os fonemas /ʎ/ por /li-/ly/ ou /ɲ/ por /ni-/ny/ – consoante seguida de vogal ou semivogal – ocorre um fenômeno chamado despalatização, com a realização de alveolar + iode, que retoma fenômeno historicamente anterior: miliu > milyu > milho (Aguilera, 1989).

No corpus, ocorreu 32 vezes a troca das consoantes /lh/ por /li/ ou de /nh/ por /ni/, que pode ser uma questão de letramento, mas não se pode excluir o fato de que também pode ser esse fenômeno fonético-fonológico da despalatização, da oralidade, transposto à escrita, tendo em vista sua produtividade no PB, principalmente nos dialetos rurais. No material de análise, as palavras que apresentaram essa variação são estas, descritas como estavam no material: julio, jullio, juliu, junio, juio, e velio. O /ʎ/ ou o /ɲ/ que foi substituído estava precedido de vogais /u/ ou /ɛ/ e antecedia a vogal final /o/ ou /u/.

Aguilera (1989), em pesquisa realizada na zona rural paranaense, constatou que, quando a palatal /ʎ/ estava precedida de /u/, o fenômeno ocorria em 60% dos casos, na pronúncia da palavra *aguinha* < *agulhinha*. A autora problematiza, nesse estudo, a falta de trabalhos sobre esse fenômeno e questiona sobre quais fatores favorecem-no ou desfavorecem-no: “uso restrito do vocábulo na zona rural? escolaridade? faixa etária?” (Aguilera, 1989, p. 177). Assim, procuramos analisar a motivação extralinguística para que a troca de /ʎ/ por “li” ou de /ɲ/ por “ni” ocorra.

Tabela 44 – Despalatização por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
AL	1	14,3%
BA	1	4,2%
BR	1	100,0%
MG	8	9,6%
SE	1	50,0%
SP	20	5,9%
<b>Total Geral</b>	<b>32</b>	<b>5,6%</b>

Fonte: autoria própria

Os migrantes do sul do país não apresentaram o fenômeno. Paulistas, mineiros e baianos tiveram pouca representatividade (respectivos 5,9%; 9,6%; 4,2%) pelo numeroso grupo de informantes que havia no material de análise e por apresentarem a contagem mais significativa de indivíduos que despalatizaram o fonema. Logo, é preciso de mais investigação dos fenômenos para afirmar que os sulistas não o produzem ou que os 5% a 10% realmente representam os indivíduos da Bahia, de São Paulo ou de Minas Gerais que apresentam esse fenômeno. Aragão (2000), ao discutir sobre a despalatização em Ceará e em Fortaleza, expõe que o traço é frequente na oralidade do Nordeste e que não é estigmatizado.

Tabela 45 – Despalatização por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	2	3,1%
M	30	6,0%
<b>Total Geral</b>	<b>32</b>	<b>5,6%</b>

Fonte: autoria própria

O comportamento da variável sexo aponta para os homens mais propensos a despalatizarem os fonemas /l/ou /ɲ/ e a divisão dos trabalhadores do campo e dos trabalhadores da cidade apresentou-se como variável interessante à análise:

Tabela 46 – Despalatização por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	22	8,0%
Cidade	10	3,5%
Sem informação	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>32</b>	<b>5,6%</b>

Fonte: autoria própria

Os agricultores e lavradores, pertencentes ao ambiente indubitavelmente rural, foram os mais representativos nessa análise e 8% deles trocaram os fonemas em questão, enquanto apenas 3,5% das profissões mais urbanizadas apresentaram essa variação. A pesquisa da Aguilera (1989) no meio rural aponta para a mesma direção, isto é, a produtividade de uso pertencente ao português das zonas rurais. Assim, parece ser traço descontínuo no processo de urbanização.

Tabela 47 – Despalatização por grupo etário

<b>Grupo Etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	11	4,1%
31 – 50 anos	18	7,8%
51 anos +	3	4,8%
<b>Total Geral</b>	<b>32</b>	<b>5,6%</b>

Fonte: autoria própria

A variável idade ficou estabelecida de 4% a 8% entre os grupos, isto é, as realizações fonéticas de “li” /ly/ ou de “ni” /ny/ não sofreram muito condicionamento dessa variável, que flutuou entre os 3 campos, aumentando no grupo mediano, dos informantes entre 31 e 50 anos e diminuindo entre os mais jovens e os mais velhos.

#### 4.3 VARIAÇÃO MORFOSSINTÁTICA

Uma grata surpresa foi encontrar representação de usos tão comuns do português brasileiro, de nível sintático, em um material de análise que solicitava apenas o preenchimento de lacunas e apontava para variação apenas no nível fonético-fonológico. Os fenômenos morfossintáticos encontrados dividiram-se assim:

Tabela 48 – Fenômenos morfossintáticos encontrados na amostra

<b>Fenômeno</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total de fenômenos</b>
Concordância	30	81,08%
Outros fenômenos <sup>16</sup>	7	18,92%
<b>Total Geral</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria

Como estabelecemos metodologicamente analisar apenas fenômenos que apresentassem mais de 30 ocorrências, a fim de manter a coerência com o restante da análise, será discutida somente a concordância nominal, tanto de

<sup>16</sup> Esses fenômenos morfossintáticos sintáticos menos frequentes serão apresentados na seção “Anexos” desta pesquisa.

número quanto de gênero presentes no *corpus* e apresentadas, respectivamente, por 17 e 12 informantes.

### 4.3.1 Concordância nominal de número e de gênero

Concordância nominal ocorre entre itens de um mesmo sintagma. O adjetivo, os determinantes e os quantificadores, por exemplo, de acordo com a norma-padrão da língua, devem apresentar marcação de gênero ou de número de acordo com o núcleo nominal da construção a que pertencem. Essa concordância nem sempre ocorre, principalmente em contextos informais do uso da língua. A falta de concordância é, então, segundo Castilho (2014), fenômeno da fala popular brasileira de Norte a Sul do país, enquanto na fala culta e urbana, há uma tendência na manutenção da concordância nominal com redundâncias de marcação.

#### 4.3.1.1 Simplificação da concordância de número

A concordância variável de número no interior do sintagma é familiar nas discussões sobre as origens do PB desde o século XIX. Há pesquisadores que defendem as fontes dessa variação como o contato entre línguas que ocorreu no território brasileiro, enquanto outros discutem ser um processo natural de derivação da língua que também ocorreu na língua portuguesa europeia (Baxter, 2009).

Em termos fonético-fonológicos, a falta de concordância de número é favorecida pelo princípio da saliência fônica, quando as formas de singular e plural se distinguem mais fortemente, “como em a colher/as colheres (em contraste, por exemplo, com o menino/os meninos)” (Castilho, 2014, p. 203). Isso se deve ao fato de que

a língua tende a eliminar a redundância da marcação. Por que tanto {-s} se espalhando ao longo do sintagma nominal, como em os livros antigos? Economia, pessoal! Basta dizer os livro antigo, como no francês *les vieux livres* (em que os morfemas de plural não soam na língua falada), e todo mundo se entende! (Castilho, 2014, p. 461, itálicos do autor).

Além disso, a marcação nos vocábulos é distribuída pelo mecanismo de

“gatilho”, ou seja,

marcas no item anterior levam a marcas no item seguinte, ausência de marca no item anterior leva à ausência de marca no item seguinte. Em *milhares de coisas*, a marcação de *milhares* levou à marcação de *coisas*. Inversamente, em *umas porçãoØ de coisaØ*, a ausência de marcação em *porção* levou à sua ausência em *coisa*” (Castilho, 2014, p. 461, itálicos do autor).

No *corpus*, as simplificações ocorrem em: Avenida das indústria(s); Campo(s) Gerais; Campos Novo(s); Dois Córrego(s); Três ponta(s); Mina(s) Gerais e Minas Geral. Em 7 ocorrências, isto é, 41,18% dos casos, a marcação do plural aconteceu no determinante (preposição e quantificador) ou no substantivo, quando precedia o adjetivo, geralmente em topônimos compostos. É chamativo o fato de que, em 10 casos, 58,82%, a marcação apareceu no item final do sintagma, como em “meu registro de nascimentos”, “Campo Gerais” e “Mina Gerais”, apresentando forte marcação de plural em posição pós-núcleo do sintagma, o que não coincide com as teorias que apontam para o princípio de economia, cuja marcação de plural ocorre no primeiro item ou com a estratégia de “gatilho”, na qual a marcação, ou não, no primeiro item define a marcação subsequente.

Uma investigação feita na comunidade rural e multilíngue Hevélitica (Bahia), em comparação com o dialeto dos tongas em São Tomé, também revelou que o princípio da marca do plural no termo precedente levar à marca no subsequente não se aplica. A não marcação de plural em primeira posição leva à marca na segunda. Isso ocorre pelo contato que essa comunidade rural teve com as línguas africanas kwa, banto e iorubá (Baxter, 2009). Como Maringá recebeu pessoas rurais de várias regiões do país, esse contato entre línguas africanas e o português europeu pode fazer parte da história dos migrantes que apresentaram essa marcação não prototípica de plural nos sintagmas.

A ausência de concordância foi encontrada apenas entre informantes naturais de MG e de SP, dentre os quais 14,5% dos mineiros apresentaram essa simplificação, sobressaindo-se ao número de paulistas, que foi pouco representativo. Veja na tabela a seguir:

Tabela 49 – Simplificação de concordância de número por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
MG	12	14,5%
SP	5	1,5%
<b>Total Geral</b>	<b>17</b>	<b>3,0%</b>

Fonte: autoria própria

Em relação ao sexo, apenas os homens apresentaram a falta de concordância, enquanto as mulheres apresentaram adequação total à norma culta de concordância de número nos sintagmas nominais em todos os casos.

Tabela 50 – Simplificação de concordância de número por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de indivíduos</b>	<b>% do total</b>
M	17	3,4%
<b>Total Geral</b>	<b>17</b>	<b>3,0%</b>

Fonte: autoria própria

A profissão não foi fator impactante na variação, e os grupos apresentaram semelhante percentual. Os que apresentaram o fenômeno eram, em maioria, lavradores e construtores (pedreiro ou carpinteiro), profissões que também apontam para uma baixa escolaridade.

Tabela 51 – Simplificação de concordância de número por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	7	2,5%
Cidade	9	3,2%
Sem informação	1	11,1%
<b>Total Geral</b>	<b>17</b>	<b>3,0%</b>

Fonte: autoria própria

A idade apresentou diferenças, como visto no quadro a seguir, pois os informantes mais velhos, acima de 50 anos, simplificaram mais. Os mais jovens mostraram-se mais preocupados em manter, na escrita, uma variedade mais urbana e culta.

Tabela 52 – Simplificação de concordância de número por grupo etário

<b>Grupo etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	7	2,6%
31 – 50 anos	5	2,2%
51 anos +	5	8,1%
<b>Total Geral</b>	<b>17</b>	<b>3,0%</b>

Fonte: autoria própria

Conforme a análise de vários fenômenos estigmatizados, os informantes mais velhos de Minas Gérias mostraram-se mais conservadores e mais rurais em relação à concordância de número nos sintagmas nominais. A vida mais urbanizada com o acesso à escola nas cidades interioranas influenciou os informantes jovens em direção à norma culta. A escolarização se mostra a variável mais importante na marcação de plural em todos os itens do sintagma, em vários estudos. Logo, nesse contexto e em concordância com Castilho (2014), a simplificação de concordância de número pode ser considerada um traço descontínuo, no contínuo de urbanização.

#### 4.3.1.2 Não concordância de gênero

A constituição da categoria gramatical gênero apresenta-se de formas diferentes nas línguas naturais. Nas línguas românicas, verifica-se a perpetuação da oposição entre o masculino e o feminino do latim clássico e o desaparecimento do gênero neutro (Lucchesi, 2009). O latim culto apresentava vocábulos nesse sistema tripartido de gênero, mas, no latim vulgar, do qual deriva o português, o gênero já havia se resumido às formas masculina e feminina. Mais tarde, na primeira fase do português arcaico, algumas palavras eram uniformes em relação ao gênero, como o núcleo do sintagma “*hum/hua pastor português*”. Na segunda fase, mais palavras passam a receber a marcação do feminino: “*hua pastora portuguesa*” (Castilho, 2014, p. 190).

A norma-padrão do PB define que entre os itens de um sintagma (artigo, adjetivo, pronome e numeral) a marcação de gênero precisa concordar com o núcleo substantivo, como “a minha sobrinha linda”. Em uma construção como

as *fotos coloridas*, por exemplo, o gênero feminino do substantivo foto é indicado apenas pela morfologia de feminino do artigo e do adjetivo. Portanto, a análise da categoria gramatical do gênero compreende, por um lado, a sua estruturação no léxico da língua e, por outro lado, a sua manifestação na estrutura sintagmática da sentença (Lucchesi, 2009, p. 296, *itálicos do autor*).

Às vezes, essa marcação diverge e Castilho (2024) classifica essa divergência de uso como fenômeno da língua popular e, depois, dá indícios de regionalidade, quando expõe que há falta de concordância de gênero entre falantes do “Vale do Ribeirinha (SP) e na baixada cuiabana” (p. 208). Lucchesi (2009), por sua vez, ao estudar o contato do português brasileiro com línguas africanas por meio da Sociolinguística de Labov e da Teoria da Gramática de Chomsky, usa o Vale do Ribeirinha como exemplo para afirmar que

a variação na concordância de gênero não é comum entre as variedades rurais do português. Só se registra um nível significativo de variação na concordância de gênero em certas comunidades rurais que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história (p. 275).

Como as histórias dos informantes da amostra são contadas em poucos dados e sintagmas curtíssimos, faz-se necessária uma exposição dos dados sociais encontrados a fim de ilustrar as poucas discordâncias de gênero entre os itens de um sintagma. Estas são as variações encontradas: Vila novo; meu sertidão; meu filho Maria Luiza; sua título de eleitor; titola de eleitor; título de eleitora (quando o informante era do sexo masculino); serviços doméstica; doméstico (profissão de uma informante). Alguns deles estão nas seguintes imagens:

Figura 10 – Falta de concordância de gênero

residente em *Maringá Vila Novo*  
(Cidade, Rua, Bairro, Vila, ou Povoado)

(Proissão) *Lashackan*, requer a sua inscrição como eleitor, para o que oferece o seguinte documento comprobatório de suas declarações *meu sertidão*  
*nascimento de meu filho Maria Luiza de Souza*  
(art. 7.º da Resolução N. 5.235)

rece o seguinte documento comprobatório de suas declarações *Sua*  
*título de eleitor*  
(art. 7.º da Resolução N. 5.235)

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Maringá. Acervo Gerência de Patrimônio Histórico. Fundo Eleitoral. FE.07.C/1956.

Lucchesi (2009) discute que os fatores linguísticos que condicionam essa variação são estes: o princípio da simplicidade, no qual a concordância se aplica mais em estruturas simples (determinante + nome) e falha nas complexas; o princípio da integração, no qual os determinantes e modificadores à esquerda recebem mais marca de feminino que os à direita; princípio da saliência, no qual a força das marcas mórficas do nome núcleo provocam a aplicação da regra de concordância.

No *corpus* deste estudo, a complexidade das estruturas mostrou-se fundamental para a não concordância de gênero, tendo em vista que, em 16,67% dos casos, o sintagma era simples, como em “vila novo” ou “solteira” (informante masculino). Em 83,33% dos casos tratava-se de sintagmas mais complexos, como “meu filho Maria Luiza”; “sua título de eleitor”. O princípio da integração foi, de fato, muito influente, pois a concordância com o núcleo ocorreu mais pelo(s) determinante(s) à esquerda. Os itens à esquerda do núcleo foram os que mais discordaram com ele, em 75% dos casos em que o sintagma era constituído por mais que um vocábulo-núcleo. Em 25% dos casos, a não concordância ocorreu à esquerda do núcleo. A saliência não favoreceu, de fato, a concordância, visto que os sintagmas cujo núcleo são “vila”, “filho”, “título”, “serviços”, respectivamente palavra feminina terminada em -a e masculinas terminadas em -o(s), apresentaram discordância entre os termos. Apenas “certidão”, em “meu certidão”, é palavra feminina terminada em -o, que pode ter induzido a esse uso, pela falta de associação “homonímia entre a vogal temática e o morfema -a de feminino” (Lucchesi, 2009, p. 277).

A frequência por naturalidade mostra oito paulistas, dois mineiros, um paranaense e um baiano que apresentaram essa discordância com a norma. Uma das informantes paulistas foi uma mulher de descendência japonesa que apresentou o uso “doméstico”. Além da discordância de gênero entre a informante e a profissão exercida, apresentou-se rotacismo, mostrando que o contato entre línguas pode ter influenciado, como não é um fenômeno muito comum no português do Brasil nem nos dialetos rurais, como afirma Lucchesi (2009). A quantificação do fenômeno por naturalidade dos informantes ficou dividida como exposto a seguir:

Tabela 53 – Falta de concordância de gênero por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
BA	1	4,2%
MG	2	2,4%
PR	1	1,9%
SP	8	2,3%
<b>Total Geral</b>	<b>12</b>	<b>2,1%</b>

Fonte: autoria própria

Excetuando-se a informante de descendência japonesa, cujo sobrenome é Taguchi, os outros informantes apresentam sobrenomes muito comuns no país, que não apontam para contato linguístico europeu: Souza, Silva, Barros, Lima e Freitas. Isso chamou a atenção porque a divergência de gênero no português é um estereótipo no Brasil tido como um fenômeno que ocorre entre os estrangeiros que aprendem o português como segunda língua, e os dados fazem refletir que o contato do PB com a língua asiática ou europeia não é a única possibilidade de transmissão “irregular” desse fenômeno. Lucchesi (2009) discute esse fenômeno como herança do contato do português brasileiro com as línguas africanas no processo de escravização e afirma que

essa relação histórica entre a variação na concordância de gênero e o processo de transmissão linguística irregular se reforça com o fato de que a perda das marcas flexionais através das quais se realiza o mecanismo sintático de concordância de gênero e número é muito geral nos processos de crioulização (p. 275).

Ao observar a comunidade multilíngue Hevélitica, Lucchesi (2009) afirma que, ainda hoje, esse fenômeno está encaixado na estrutura linguística desse dialeto da Bahia e gira em torno de 5% do total de ocorrências elicitadas. É interessante que as ocorrências encontradas nesta pesquisa representam 4,2% dos advindos da Bahia, estado mais representativo do fenômeno.

Tabela 54 – Falta de concordância de gênero por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	2	3,1%
M	10	2,0%
<b>Total Geral</b>	<b>12</b>	<b>2,1%</b>

Fonte: autoria própria

O sexo não se mostrou variável influente na concordância ou não gênero, embora, percentualmente, os homens concordaram um pouco mais. Os grupos de

profissões da cidade favoreceram mais a não concordância de gênero e as profissões que representaram o grupo foram estas: carpinteiro, operários e domésticas. Sem dúvidas, em conformidade com Castilho (2014), é fenômeno diretamente relacionado à escolarização, tendo em vista as profissões mais braçais expostas na amostra pelo viés desse fenômeno.

Tabela 55 – Falta de concordância de gênero por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	4	1,4%
Cidade	7	2,5%
Sem informação	1	11,1%
<b>Total Geral</b>	<b>12</b>	<b>2,1%</b>

Fonte: autoria própria

Tabela 56 – Falta de concordância de gênero por grupo etário

<b>Grupo etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	7	2,6%
31 – 50 anos	5	2,2%
51 anos +	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>12</b>	<b>2,1%</b>

Fonte: autoria própria

A variável etária, por fim, mostrou que todos os que apresentaram divergência de gênero eram dos dois grupos mais jovens, mais especificamente entre 21 e 45 anos, talvez advindos de comunidades em que o contato entre línguas foi maior. O objetivo nesta subseção não é posicionar-se a favor da controversa afirmação de que o PB se formou por meio de crioulização, mas não é possível apagar ou negar certas influências que resultaram do contato entre o português brasileiro e tantas outras línguas dos povos africanos escravizados aqui no Brasil. Lucchesi (2009) chegou à conclusão de que o ambiente multilíngue de uma comunidade rural da Bahia, Hevéllica, em contato com o português e com línguas da África resultou em um padrão estrutural muito parecido com as línguas crioulas africanas, principalmente na questão da não concordância de gênero entre os itens de um sintagma nominal. O autor considerou que isso ocorreu por meio da transmissão linguística irregular da língua a partir desse contato, visto que em outras comunidades esse fenômeno não é atestado. Nesse sentido, é interessante investigar melhor esse fenômeno a partir dessa possibilidade de convivência

multilíngue desses informantes em específico, antes de suas vindas à Maringá.

#### 4.4 VARIAÇÃO LEXICAL

O acervo lexical de uma comunidade, isto é, a nomeação das coisas, sempre aguça a curiosidade tanto de estudiosos da língua quanto de leigos, graças a esse tesouro vocabular de um país tão extenso como o Brasil. As diferenças no léxico são um patrimônio dos habitantes de determinado lugar, como símbolo de herança cultural e de identidade. Além disso, o léxico é adquirido por meio do social, seja ele por meio de uma educação formal ou dos eventos informais e exerce um “papel importante na categorização/conceitualização do universo, ao fornecer ao indivíduo um estoque de nomes já codificados” (Biderman, 1998, p. 103). Além disso, ainda de acordo com Biderman (1998), os falantes, também, utilizam os vocábulos livremente e etiquetam processos próprios de conceitualização das coisas e, por esse motivo, “o significado estático das palavras registrado pelos dicionários não parece restringir as atividades cognitivas dos falantes” (Biderman, 1998, p. 103).

A mudança no léxico, sendo assim, ocorre porque mudanças culturais da sociedade operam sobre a língua, o que faz que palavras envelheçam e morram, junto aos costumes e às instituições. Muitas palavras desapareceram, explica (Biderman, 1998), porque o objeto designado por elas não existe mais, como *aguazil*, *candeeiro*, *castiçal*, *ceroula*, *senzala*. Elas só aparecem em contextos específicos em textos ou histórias do passado. Outras palavras surgem ou mudam de significações o tempo todo e, como apresenta Biderman (1998), demonstram a rede complexa que se tece no interior do léxico de uma língua.

As variações fonético-fonológicas encontradas interferiram na grafia dos vocábulos de tal modo que esta subseção apresenta a frequência de uso dos itens lexicais e suas variantes registradas nos documentos, tendo em vista o objetivo principal do trabalho: formar um quadro linguístico do que circulava na cidade, inclusive o léxico. Por isso, os vocábulos que apresentavam mais de trinta ocorrências de várias formas, diferentes da normatizada em dicionário, serão expostas na sequência. Dentre as formas encontradas, a que apresentar maior número de ocorrências terá análise desenvolvida por meio do padrão já

estabelecido na pesquisa: variáveis naturalidade; sexo; profissão e grupo etário.

#### 4.4.1 Título e suas variáveis

A palavra “título” foi a que mais apresentou variedade de grafia – 319 formas documentadas diferentes da padrão: Titolo (192); Tito (55); Titilo (14); Titlo (10); Tituro (7); Titro (4); Titol (4); Titulu (3); Titolu (2); Titor(2); Tilo (2); Didolo (2); Titola (2); Titule (1); Titos (1); Titilu (1); Titlu (1); Titu (1); Titluo (1); Tituo (1); Itulo (1); Titio (1); Ítolo (1); Tilos (1); Tintulo (1); Titul (1); Titula (1); Titiulo(1); Feitulo (1); Titelu (1); Título (1); Titelo (1); Titollo (1).

A palavra “titolo” foi a que mais se repetiu, utilizada por 192 informantes. Entretanto, suas particularidades já foram bastante discutidas, tendo em vista que 97% do fenômeno do abaixamento de /u/ ocorreu justamente nessa grafia. Assim, as porcentagens apresentadas naquela análise se mantêm parecidas e as motivações para esse uso já foram investigadas e descritas. Assim, optou-se por analisar a segunda grafia mais recorrente: Tito.

Diferentemente do uso da palavra “titolo”, nenhum estrangeiro da amostra apresentou a forma “tito”, mas predominaram no uso dessa forma os eleitores baianos (20,8%); seguidos dos cearenses (16,7%), mineiros (14,5%), cariocas (12,5%), pernambucanos (11,1%) e paulistas (9,1%). Esse termo lexical aponta para influência maior do Nordeste e do Sudeste. Os nascidos no Sul do país que escreveram “tito” representam cerca de 5%, excetuando os gaúchos, que não apresentaram o uso desse vocábulo.

Tabela 57 – Grafia de “tito” por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
BA	5	20,8%
CE	1	16,7%
MG	12	14,5%
PE	1	11,1%
PR	3	5,6%
RJ	1	12,5%
SC	1	6,7%
SP	31	9,1%
<b>Total Geral</b>	<b>55</b>	<b>9,7%</b>

Fonte: autoria própria

A variável sexo não foi favorecedora desse uso, pois cerca de 10% dos homens e das mulheres grafaram a palavra “tito”.

Tabela 58 – Grafia de “tito” por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	7	10,9%
M	48	9,5%
<b>Total Geral</b>	<b>55</b>	<b>9,7%</b>

Fonte: autoria própria

Os grupos profissionais também exibiram uma distribuição percentual semelhante, embora tenha sido observado que o grupo mais urbanizado contribuiu mais significativamente para o uso dessa palavra em Maringá, 11%.

Tabela 59 – Grafia de “tito” por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	24	8,7%
Cidade	31	11%
<b>Total Geral</b>	<b>55</b>	<b>9,7%</b>

Fonte: autoria própria

A idade mostrou os informantes mais jovens usando menos essa palavra, 6,6%, enquanto o grupo entre 31 e 50 anos dobrou o uso em relação aos mais novos: 13%. Entre os mais velhos, a porcentagem ficou em cerca de 10%. Esses dados evidenciam uma oposição entre os dois grupos mais idosos em relação ao mais jovem, embora as duas faixas acima de 30 anos não apresentem um crescimento contínuo.

Tabela 60 – Grafia de “tito” por grupo etário

<b>Grupo Etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	18	6,6%
31 – 50 anos	30	13%
51 anos +	6	9,7%
Sem informação	1	33,3%
<b>Total Geral</b>	<b>55</b>	<b>9,7%</b>

Fonte: autoria própria

Dado que a redução de palavras proparoxítonas é frequentemente estigmatizada na sociedade, o emprego de "tito" não é percebido como indicativo de prestígio, o que sugere uma tendência de diminuição no uso da palavra ao

longo do tempo, à medida que a sociedade se adapta cada vez mais à vida urbana. Na amostra, a variável idade é única que aponta para uma atenuação do uso desse item lexical entre o grupo mais jovem em oposição aos grupos de informantes mais velhos.

#### **4.4.2 Eleitor(a) e suas variáveis**

A palavra “eleitor(a)” apresentou 116 formas documentadas diferentes da padrão: Leitor (50); Elitor (6); lleitor (5); Eleito (5); Enleitor (5); eileitor (4); Elietor (3); Eletor (3); leitore (2); Eleitou (2); Inleitor (2); Eleitror (2); Delitor (2); Aleitor (2); Leitol (1); eleitor (1); eleitora (1); Eleitore (1); Inlitor (1); Eltora (1); Leitori (1); Emleitor (1); lletor (1); Alitor (1); Inletor (1); eiletro (1); Leidor (1); Leitora (1); Eleitora (1); Euleitor (1); Leitou (1); Disleitor (1); ileitori (1); Eelitor (1); Enletou (1); Eleistro (1); Ereitor (1).

O uso mais expressivo de grafia variável na palavra “eleitor” apresentou 50 ocorrências de apagamento na vogal inicial, a discutida aférese, em “leitor”. Os informantes que mais pronunciavam e, conseqüentemente, grafaram assim são os nascidos no Sudeste: Espírito Santo (20%); Rio de Janeiro (12,5%) e São Paulo (11,7%). Entre dez e vinte por cento das pessoas que vieram para Maringá desses lugares usavam a palavra “leitor” ao referirem-se aos votantes de uma eleição. Minas Gerais, estado do qual vieram muitas pessoas, pertencente ao Sudeste, diferenciou-se dos demais e apresentou baixa porcentagem desse uso, pouco mais de 2%. Paraná e Santa Catarina, estados do Sul, apresentaram comportamento baixo, semelhante ao dos mineiros, mas figuraram aproximados a 5% do total da amostra.

Tabela 61 – Grafia de “leitor” por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
BA	2	8,3%
ES	1	20%
MG	2	2,4%
PR	3	5,6%
RJ	1	12,5%
SC	1	6,7%
SP	40	11,7%
<b>Total Geral</b>	<b>50</b>	<b>8,8%</b>

Fonte: autoria própria

As mulheres usaram essa variável lexical em torno de 10% a mais que os homens, tornando a variável interessante pela divergência entre os percentuais:

Tabela 62 – Grafia de “leitor” por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	11	17,2%
M	39	7,8%
<b>Total Geral</b>	<b>50</b>	<b>8,8%</b>

Fonte: autoria própria

Em relação aos grupos profissionais, os trabalhadores do campo destacaram-se um pouco mais no uso de “leitor”, embora as atividades desenvolvidas na cidade também utilizassem o termo, representada por 7,4% dos eleitores.

Tabela 63 – Grafia de “leitor” por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	27	9,8%
Cidade	21	7,4%
Sem informação	2	22,2%
<b>Total Geral</b>	<b>50</b>	<b>8,8%</b>

Fonte: autoria própria

Assim como o uso de “tito”, a grafia “leitor” apareceu em menor proporção entre os jovens. Esse uso mostra-se mais acentuado entre os mais velhos. Cerca de 6% dos jovens usaram essa palavra, enquanto 10% do grupo entre 31 e 50 anos apresentaram a grafia, além dos quase 15% daqueles com mais de 51 anos.

Tabela 64 – Grafia de “leitor” por grupo etário

<b>Grupo Etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	18	6,6%
31 – 50 anos	23	10%
51 anos +	9	14,5%
<b>Total Geral</b>	<b>50</b>	<b>8,8%</b>

Fonte: autoria própria

Resume-se, com isso, que o uso de “leitor” era comum nos dialetos rurais para designar aqueles que participavam ativamente das eleições, principalmente entre os informantes mais velhos e advindos do Sudeste. O sexo também representou forte incentivador de uso, com as mulheres mais conservadoras dos traços linguísticos da ruralidade.

#### 4.4.3 Solteiro e suas variáveis

A palavra “solteiro” apresentou 70 formas documentadas diferentes da padrão: Sorteiro(a) (24); Soltero (12); Soutero (7); Soteiro (6); Sotero (5); Sortero (5); Soltera (3); Soutera (2); Soudeiro (1); Solteiru (1); Souteira (1); Sontera (1); Soloteiro (1); Çoltera(1). Como o uso mais recorrente foi da grafia “sorteiro”, segue a análise sóciolinguística desses usos por meio das variáveis.

Tabela 65 – Grafia de “sorteiro(a)” por naturalidade

	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
AL	1	14,3%
MG	2	2,4%
PE	1	11,1%
PR	5	7,4%
SC	1	6,7%
SP	14	4,1%
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>	<b>4,2%</b>

Fonte: autoria própria

“Sorteiro(a)” foi grafada vinte e quatro vezes e aponta para o uso maior entre os informantes de Alagoas e de Pernambuco, pouco mais de 14% e de 11% respectivamente. Dentre os muitos informantes de Minas Gerais, por exemplo, apenas dois grafaram assim. Os paulistas apresentaram 4,1% e os sulistas, nascidos em Santa Catarina ou Paraná, usaram “leitor” em cerca de 7% das fichas.

Tabela 66 – Grafia de “sorteiro(a)” por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	4	3,1%
M	20	4,0%
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>	<b>4,2%</b>

Fonte: autoria própria

As grafias “sorteiro(a)” foram produzidas por homens e mulheres mais ou menos na mesma proporção. As pessoas que trabalhavam no campo ou na cidade também usaram essa forma gráfica da palavra parecida em percentual.

Tabela 67 – Grafia de “sorteiro” por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	13	4,7%
Cidade	11	3,9%
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>	<b>4,2%</b>

Fonte: autoria própria

Tabela 68 – Grafia de “sorteiro(a)” por grupo etário

<b>Grupo Etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	21	7,7%
31 – 50 anos	2	0,9%
51 anos +	1	1,6%
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>	<b>4,2%</b>

Fonte: autoria própria

O percentual relacionado ao grupo etário precisa ser desconsiderado da análise percentual, neste caso, tendo em vista a palavra em análise. Todos os que a grafaram eram solteiros, por ser o vocábulo que completava o campo de preenchimento do estado civil. Assim, a variação entre os mais jovens se deve ao fato de que eles, talvez, precisaram escrever essa palavra específica mais vezes, pois os mais velhos, em maioria, eram casados.

#### 4.4.4 Eleitoral e suas variáveis

A palavra “eleitoral” apresentou 55 formas documentadas diferentes da norma-padrão: Leitoral (16); Eletoral (6); Eleitorar (5); Eileitoral (5); Aleitoral (2); Eleitral (2); Enleitorar (2); Eleitoural (2); Eleitural (2); lleitoral (1); Eleitolar (1);

lletoral (1); Eleiroral (1); Eleitroral (1); Elertoral (1); ileitori (1); Eleitorol (1); Leidorral (1); Elitoral (1); Lertoral (1); Elitral (1); Eleitaral (1). Como a grafia de “leitor” foi bastante produtiva, era de se esperar um cenário parecido com a palavra *eleitoral*, que apresentou a variável “leitoral” como a mais produtiva: dezesseis ocorrências.

Tabela 69 – Grafia de “leitoral” por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
ES	1	20%
RS	1	12,5%
SC	1	6,7%
SP	13	3,8%
<b>Total Geral</b>	<b>16</b>	<b>2,8%</b>

Fonte: autoria própria

A variável naturalidade mostrou cenário muito semelhante ao do uso de “leitor”, e apresentou os mesmos 20% de informantes do Espírito Santo e 6,7% dos informantes catarinenses. Os gaúchos, que não apareceram na outra análise, inclui nesta um representante (12,5%). A diferença maior ocorre entre os paulistas, que aqui representa apenas 3,8% da amostra, enquanto na palavra “leitor” representaram quase 12%. Paranaenses, mineiros, baianos e cariocas não usaram a palavra “leitoral”.

Tabela 70 – Grafia de “leitoral” por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	2	3,1%
M	14	2,8%
<b>Total Geral</b>	<b>16</b>	<b>2,8%</b>

Fonte: autoria própria

A representação por sexo foi percentualmente bem menor que no uso de “leitor”, mas as mulheres também seguem liderando esse uso em relação ao sexo masculino. A variável das profissões, por sua vez, não foi favorecedora desse uso, apresentando praticamente um empate percentual.

Tabela 71 – Grafia de “leitoral” por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	7	2,5%
Cidade	8	2,8%
Sem informação	1	11,1%
<b>Total Geral</b>	<b>16</b>	<b>2,8%</b>

Fonte: autoria própria

O grupo etário do meio, isto é, aqueles informantes entre 31 e 50 anos foram os que mais apresentaram essa grafia:

Tabela 72 – Grafia de “leitoral” por grupo etário

<b>Grupo Etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	1	0,4%
31 – 50 anos	14	6,1%
51 anos +	1	1,6%
<b>Total Geral</b>	<b>16</b>	<b>2,8%</b>

Fonte: autoria própria

#### 4.4.5 Certidão e suas variáveis

A palavra “certidão” apresentou 48 formas documentadas diferentes da forma padrão: Sortidão (7); Sertidan (4); Sertidon (4); Setidão (3); Seltidão (3); Certidan (2); Cetidão (2); Sotidão (2); Sortidam (1); Cetidau (1); Certidon (1); Sirtidão (1); Seltidon (1); Sortidãu (1); Serdão (1); Certibão (1); Serdidão (1); Sintindão (1); Sotidan (1); Sirtideão (1); Surtidão (1); Seldidão (1); Certintão (1); Sortidon (1); Sertidão (1); Sertidom (1); Sertedão (1); Certedon (1); Sertidam (1). A grafia variável mais recorrente é a palavra “sortidão”, que apresentou sete usos distintos. Seguem as tabelas e, por fim, a análise geral:

Tabela 73 – Grafia de “sortidão” por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
SP	7	2,1%
<b>Total Geral</b>	<b>7</b>	<b>1,2%</b>

Fonte: autoria própria

Tabela 74 – Grafia de “sortidão” por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	1	1,6%
M	6	1,2%
<b>Total Geral</b>	<b>7</b>	<b>1,2%</b>

Fonte: autoria própria

Tabela 75 – Grafia de “sortidão” por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	6	2,2%
Cidade	1	0,4%
<b>Total Geral</b>	<b>7</b>	<b>1,2%</b>

Fonte: autoria própria

Tabela 76 – Grafia de “sortidão” por grupo etário

<b>Grupo Etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	4	1,5%
31 – 50 anos	3	1,3%
<b>Total Geral</b>	<b>7</b>	<b>1,2%</b>

Fonte: autoria própria

Em síntese, todos os informantes que trouxeram esse uso à Maringá são do estado de São Paulo e quase todos os informantes, seis, são homens, embora percentualmente o uso tenha ficado equilibrado na variável sexo, representando 1% da amostra. A ruralidade mais acentuada favorece o uso, pois as profissões urbanas ficaram próximas de zero por cento de representação, contra 2,2% do grupo rural. Os dois primeiros grupos etário não variaram percentualmente no uso de “sortidão”, figurando em 1% do total, e o grupo dos mais velhos não apresentou essa grafia.

#### 4.4.6 Julho e suas variáveis

A palavra “julho” apresentou 35 formas documentadas diferentes da dicionarizada: Julio (24); Jullio (2); Juliu (2); Julou (1); Juio (1); Juleo (1); Jullo (1); Juliho (1); Juinho (1); Julilo (1). A troca da letra “h” pela letra “i” na grafia do mês de julho, em “julio”, a chamada despalatização ou vocalização, foi a grafia que se repetiu vinte e quatro vezes na amostra. Seguem as tabelas com a análise na sequência:

Tabela 77 – Grafia de “julio” por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
BA	1	4,2%
BR	1	100%
MG	4	4,8%
SE	1	50%
SP	17	5%
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>	<b>4,2%</b>

Fonte: autoria própria

O informante naturalizado brasileiro apresentou essa grafia. Além dele, um baiano, um mineiro e dezessete paulistas grafaram “julio” e representaram cerca de 5% dos informantes desses estados. Um informante do Sergipe também apresentou a grafia e, como os eleitores desse estado eram apenas dois, representou metade da amostra.

Tabela 78 – Grafia de “julio” por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
F	1	1,6%
M	23	4,6%
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>	<b>4,2%</b>

Fonte: autoria própria

Em relação à variável sexo, os homens foram mais conservadores da variedade rural, visto que o “lh” não existe na oralidade da variedade caipira (Amaral, 1920), e 4,6% apresentaram essa grafia. As mulheres tenderam à norma culta da escrita.

Tabela 79 – Grafia de “julio” por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	17	6,2%
Cidade	7	2,5%
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>	<b>4,2%</b>

Fonte: autoria própria

Na mesma direção da afirmação de Amaral (1920), a ruralidade das profissões foi favorecedora desse uso e 6,2% dos informantes rurais escreveram o vocábulo “julio”, enquanto apenas 2,5% dos mais urbanizados o registraram.

Tabela 80 – Grafia de “julio” por grupo etário

<b>Grupo Etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	7	2,6%
31 – 50 anos	14	6,1%
51 anos +	3	4,8%
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>	<b>4,2%</b>

Fonte: autoria própria

Os mais jovens também se mostraram mais comodados à norma-padrão de escrita dessa palavra, porque 2,6% apresentaram da sua representação na amostra, enquanto os grupos dos mais velhos apresentaram, respectivamente, 6,1% e 4,8%.

#### 4.4.7 Lavrador e suas variáveis

A palavra “lavrador” apresentou 35 formas documentadas diferentes da padrão: Lavrado (13); Lavador (10); Labrador (3); Lavradou (2); Lafrador (2); Labrado (1); Larador (1); Lavrator (1); Lavlador (1); Lavardor (1). Na grafia mais recorrente – “lavrado” – o /r/ foi suprimido.

Tabela 81 – Grafia de “lavrado” por naturalidade

<b>Naturalidade</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
AL	1	14,3%
BA	3	12,5%
MG	1	1,2%
SP	8	2,3%
<b>Total Geral</b>	<b>13</b>	<b>2,3%</b>

Fonte: autoria própria

No aspecto naturalidade, os informantes que mais apresentaram esse léxico foram os nordestinos, mais especificamente os de Alagoas (14,3%) e os da Bahia (12,5%). Outros que apresentaram, ainda que entre 1% e 2%, foram os mineiros e paulistas respectivamente.

As variáveis sexo e profissão são inviáveis a essa análise, tendo em vista que apenas homens e apenas lavradores escreveram essa palavra nas fichas em análise, como apresentado nas tabelas a seguir:

Tabela 82 – Grafia de “lavrado” por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
M	13	2,6%
<b>Total Geral</b>	<b>13</b>	<b>2,3%</b>

Fonte: autoria própria

Tabela 83 – Grafia de “lavrado” por profissão

<b>Profissão</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
Campo	13	4,7%
<b>Total Geral</b>	<b>13</b>	<b>2,3%</b>

Fonte: autoria própria

Em relação à idade, o grupo mais jovem apresentou 3,3% dessa grafia e 1,7% dos informantes entre 31 e 50 anos foram os demais. O grupo com mais de 50 anos não grafaram essa forma.

Tabela 84 – Grafia de “lavrado” por grupo etário

<b>Grupo Etário</b>	<b>Contagem de informantes</b>	<b>% do total</b>
18 – 30 anos	9	3,3%
31 – 50 anos	4	1,7%
<b>Total Geral</b>	<b>13</b>	<b>2,3%</b>

Fonte: autoria própria

Esse item lexical, então, foi trazido e era utilizado, em maioria, pelos informantes de Alagoas e Bahia, tendo em vista a supressão de um fonema pouco saliente, que é o rótico aspirado [h;h] típico dos falares do Nordeste do Brasil.

#### 4.5 AS INTERAÇÕES ENTRE O LINGUÍSTICO E O SOCIAL NA MARINGÁ DE 1956

A trajetória desta pesquisa investigou um material de escrita monitorada que apresentou muitos fenômenos variáveis típicos da oralidade, bem como das falas rurais, dialetos que influenciaram a formação linguística de Maringá, em sua primeira década. Os fenômenos fonético-fonológicos, morfossintáticos e lexicais analisados evidenciaram a ruralidade desses primeiros habitantes e o contexto sócio-histórico da época, bem como as variáveis extralinguísticas utilizadas para a

análise – naturalidade, sexo, ocupação profissional, grau de escolarização e idade – foram essenciais para essa definição.

Por meio deles, conhecemos os dialetos que circulavam pela cidade em sua primeira década: a) os da região Sudeste, maioria da amostra, principalmente paulistas e mineiros interioranos, trabalhadores da lavoura que foram atraídos pela agricultura cafeeira; b) os da região Nordeste, principalmente da Bahia, indispensáveis à urbanização, porque trouxeram mão de obra à área urbana da cidade e eram, em maioria, operários e comerciantes, além de profissões de prestígio para a época, como prático de farmácia, bancário e oficial de justiça; b) os da região Sul, principalmente paranaenses, em sua maioria também lavradores.

Esse perfil majoritariamente rural e de pouca escolaridade ficou explícito nos itens variáveis analisados, pelos traços pré-migratórios encontrados. No Brasil, “como em outros países de colonização mais tardia, especialmente em termos de urbanização, não se encontram fronteiras rígidas entre comunidades urbanas, semirurais e rurais” (Bortoni-Ricardo, 2022, p. 15). Por isso, esses fenômenos originalmente rurais, como o rotacismo, a despalatização e a redução de proparoxítonas, coexistiram com outros fenômenos variáveis, atestados em grupos urbanos de alto grau de escolarização, como a monotongação e a elevação das vogais médias, e com a norma-padrão da língua.

A variável naturalidade foi essencial para a discussão de alguns fenômenos:

- o abaixamento da vogal alta posterior, por exemplo, porque o fato de todos os estrangeiros apresentarem a variação apontou o caminho a ser seguido na análise, visto que esse abaixamento em sílaba postônica não é comum no português brasileiro;
- o estado de São Paulo foi o responsável pelo envio, em maior quantidade percentual, de informantes que suprimiam o fonema inicial (*Guatimi; venida; dentidadî*);
- o fenômeno de rotacismo foi mais produtivo entre os paranaenses, cariocas e pernambucanos, isto é, um estado representante de cada região do *corpus*. Além disso, o rotacismo em primeira posição de ataque na sílaba, como em *tituro* e *ereritor*, não é fenômeno do português brasileiro, mas de contato dos informantes entre línguas, visto que foram produzidos por descendentes de japoneses;

- os informantes da região Nordeste foram os que mais produziram a supressão do /r/ em coda silábica, enquanto os paranaenses foram os que menos produziram, que interpretamos ocorrer pela saliência fônica do retroflexo do Paraná em comparação com os sons do /r/ produzidos no Nordeste;
- a simplificação de concordância de número, no nível morfossintático da análise, foi produzida apenas por paulistas (1,5%) e mineiros (14,5%), com predominância elevada dos mineiros.

A variável sexo mostrou as mulheres liderando uma possível mudança em relação à norma-culta da língua nos fenômenos supressão de /r/, ditongação e despalatização; e, além desses, apenas homens apresentaram a simplificação de concordância de número. As mulheres, entretanto, são mais conservadoras da ruralidade que os homens na redução das palavras proparoxítonas, na supressão do fonema inicial, no rotacismo e na não concordância de gênero. Outros fenômenos não sofreram condicionamento dessa variável.

A variável profissão foi importante na interpretação dos fenômenos de elevação da vogal média /e/, supressão de /r/, ditongação e despalatização, os quais são mais produzidos por pessoas que trabalham no campo em comparação com os trabalhadores da cidade, ainda que o favorecimento não seja tão destoante, como já era esperado, tendo em vista a *rurbanidade* da população. A não concordância de gênero, entretanto, foi mais produzida por quem trabalha na cidade, o que mostra um fenômeno variável não relacionado à ruralidade. Outros fenômenos mostraram um equilíbrio dessa variável.

A variável idade indica uma mudança em curso na redução dos fenômenos de abaixamento da vogal alta posterior, supressão do fonema inicial e simplificação de concordância de número, porque foram esses que mostraram uma evidente diminuição da produtividade do grupo mais velho para os grupos mais jovens, de forma decrescente e sem flutuação. De forma crescente, no entanto, apareceram os fenômenos da elevação da vogal média /e/, em que os mais idosos produziram percentualmente muito abaixo dos dois grupos mais jovens, o rotacismo, a supressão de /r/ e a ditongação. Além desse, nenhum informante do grupo com mais de cinquenta e um anos apresentou a não concordância de gênero.

Não se pode afirmar, porém, que, com isso, os fenômenos crescentes entre jovens realmente se mantiveram mais produtivos no processo de urbanização dos

anos subsequentes. A elevação das vogais médias se mantém, a partir de estudos mais recentes já apontados, pelo prestígio atrelado a esse fenômeno fonético, característico dos maiores centros urbanos do país. A ditongação também é muito comum da oralidade e, com pouca saliência fônica, é aceita nos grupos mais cultos da sociedade. Logo, os jovens apresentarem em maior percentual esses traços graduais é compreensível. O rotacismo, entretanto, é desprestigiado e uma marca muito forte do falante rural e foi mais produtivo por eles. A supressão do /r/, por sua vez, parece ser variável diatópica, logo, investigação identitária mais aprofundada desses jovens faz-se necessária. Estudos desses fenômenos nas décadas que se seguiram à emancipação da cidade serão cruciais para entender quais permaneceram no caminho à construção da metrópole que hoje é Maringá, a partir da implantação das escolas e do desenvolvimento socioeconômico. Este trabalho fica como base para pesquisas que possam responder a essas particularidades de uma cidade de base agrícola, cuja fundação coincide com os processos de urbanização das cidades interioranas do país e de escolarização das comunidades rurais<sup>17</sup>.

O espaço rural brasileiro é um território linguístico heterogêneo e precisa ser investigado a partir de cada comunidade, por meio das práticas sociais proposta por Eckert (2005). A tendência de afirmar que essas variantes presentes na oralidade dos povos rurais caminham rumo à extinção por causa da urbanização contribui para a negação do rural em nossa sociedade atual, tendo em vista que “a zona rural não passa a ser urbana por apresentar características linguísticas inovadoras. O falante não deixa de ser rural por apresentar, em sua fala, marcas de urbanização” (Ribeiro, 2017, p. 208). Assim, este estudo fica como base que incentiva a discussão sobre os dialetos rurais que são a base da língua de Maringá.

Em relação ao léxico e aos vocábulos mais recorrentes pela cidade, última subseção de análise, segue uma síntese dos itens mais recorrentes e analisados:

- constatou-se que o vocábulo “tito” foi trazido por informantes do Nordeste e do Sudeste brasileiro e as variáveis sociais sexo e profissão não foram suficientes para indicar um abandono dessa grafia a medida que a cidade se urbanizava, porque esse item lexical foi produzido igualmente

---

<sup>17</sup> Como não foi realizada uma análise quantitativa a partir de um programa estatístico como o GoldVarb/Varbrul, não foram obtidos o peso relativo e a relevância de cada variável social. A análise foi panorâmica e qualitativa, por meio da interpretação dos achados e das poucas variáveis extralinguísticas registradas.

por homens/mulheres e trabalhadores do campo/da cidade. O grupo mais jovem, entretanto, em oposição aos dois grupos mais velhos, mostra uma diminuição significativa de uso, ainda que não seja de forma contínua;

- “leitor”, referindo-se aos eleitores, é uma forma mais recorrente entre os advindos de Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, estados do Sudeste. As mulheres foram as mais responsáveis pela produtividade desse item lexical, 20%, contra apenas 7% dos homens. Houve uma variação decrescente do grupo mais velho em relação ao mediano e ao dos mais jovens. Essa gradação indica uma tendência de abandono do termo;
- a grafia “sorteiro” foi mais produzida por informantes do Nordeste e os grupos estabelecidos das outras variáveis não foram favorecedoras desse uso;
- O item lexical “leitoral” também foi mais representativo entre os migrantes do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul, como o uso de “leitor(a)”, e foi mais utilizado por informantes do grupo etário mediano, de 31 a 50 anos;
- a grafia “sortidão” foi trazida pelos paulistas, somente, e principalmente por trabalhadores do campo. Apenas um dos informantes que usaram essa forma tinha uma profissão urbana. A idade e o sexo não foram favorecedores desse uso;
- “julio” foi utilizada por um informante estrangeiro, naturalizado, um do Sergipe e um da Bahia, além de 5% dos informantes de Minas Gerais e de São Paulo. Homens, trabalhadores do campo e os informantes mais jovens apresentaram essa grafia mais vezes que as mulheres, os trabalhadores da cidade e os grupos dos mais velhos;
- a palavra “lavrado”, por fim, trazida em maior número pelos do Nordeste, foi analisada na subseção da supressão do /r/ e indica ser fenômeno fonético-fonológico dessa região do Brasil, pela pouca saliência do seu /r/ em coda silábica.

Após essa síntese geral dos resultados desta investigação e da relação entre o social e o linguístico na formação da cidade de Maringá, seguem as considerações finais que atestam os objetivos alcançados, bem como as perguntas de pesquisa respondidas e as hipóteses comprovadas, ou não, após esse percurso analítico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ampliar a compreensão histórica da língua, com suas variações linguísticas, foi o intuito desta pesquisa, com base nas teorias da Sociolinguística Variacionista e da História Social da língua, a partir de um recorte espacial e temporal específico: a recém-emancipada cidade de Maringá, no estado do Paraná, em 1956. Objetivou-se mostrar o panorama linguístico da formação dessa cidade, de base rural, que foi instaurada no fim da década de 1940 e projetada para ser um importante centro urbano do estado. A agricultura cafeeira foi o grande incentivo às populações que migraram e trouxeram consigo seus falares, em maioria, rurais.

Visto que a língua desenvolvida às margens, nas populações do campo, é pouco estudada pela sociolinguística e que não há estudos linguísticos dessa primeira década da cidade, apresentamos um quadro geral dos usos linguísticos que circulavam por Maringá, à medida que entendemos o contexto sócio-histórico da região (Luz, 1988; 1999; Mota e Noelli, 1999; Omura, 1981); interpretamos as variáveis extralinguísticas das variações encontradas (Leão, 2012; Tait, 1999); e analisamos de forma sintética essas variáveis, tendo em vista a quantidade de fenômenos encontradas (Altino, 2022; Araújo, 2012; Bortoni-Ricardo, 2004; 2005; 2022; Cristófaros Silva, 2017, Camara Jr., 2011; Castilho, 2014; Hora, 2012; Paiva e Duarte, 2006; Pedrosa e Hora, 2007, dentre outros).

Primeiro, fizemos uma revisão bibliográfica a respeito da intersecção entre linguística e história desde o início da Linguística como ciência, no fim do século XVIII, até a instauração da sociolinguística variacionista na década de 1960 (Camara Jr., 2011; Faraco, 2005; Labov, 2008 [1972]). Na sequência, foi realizada uma contextualização sobre a urbanização tardia do Brasil e os estudos sobre dialeto caipira (Amaral, 1920), português popular (Castilho, 2014) e a base rural da linguística interiorana (Bortoni-Ricardo, 2004; 2005, Ribeiro, 2017).

A história da região onde projetaram a cidade de Maringá e a contextualização dos povos que viveram antes da chegada da CMNP e foram expulsos em prol da “civilização”, a base rural da cidade e a história da eleição de 1956 (material de análise da pesquisa) permitiram coletar informações sociais desse espaço, que ajudaram na análise dos dados linguísticos.

Após a coleta de dados na ficha eleitoral preenchida pelos eleitores e a memória mantida por estudos de historiadores e geógrafos, nove fenômenos

fonético-fonológicos (1173 ocorrências), dois morfossintáticos (37 ocorrências) e sete itens lexicais (678 grafias diferentes do padrão) foram observados e, assim, formamos o *corpus* de investigação. Na análise, constatamos que dialetos de três regiões do país trouxeram consigo suas variações, seus dialetos mais ou menos rurais e foram a base da linguagem maringense: Sudeste, Sul e Nordeste.

Os fenômenos fonético-fonológicos mais presentes no material foram a monotongação; o abaixamento da vogal alta posterior; a elevação das vogais médias; a redução de palavras proparoxítonas; a supressão de fonema inicial (em especial, a aférese); o rotacismo; a supressão de /r/; a ditongação e a despalatização. Todos esses fenômenos são parte dos falares rurais e estão listados no dialeto caipira descrito por (Amaral, 1920). Não se pode afirmar, entretanto, que eles serão descontinuados com a urbanização da cidade. Muitos deles podem ganhar prestígio social ou fazer parte da construção identitária de uma comunidade e permanecer, ou até ampliar-se, com as mudanças posteriores, a partir do contato entre tantos dialetos. O único fenômeno morfossintático encontrado refere-se à concordância nominal, que foi dividido na análise a partir dos morfemas de número ou de gênero que variaram. Os itens lexicais mais variáveis e que mais se repetiram no material de análise foram: título; eleitor; solteiro(a); eleitoral; certidão; julho e lavrador.

As variáveis extralinguísticas forneceram embasamento para algumas afirmações e para alguns questionamentos que permaneceram após a análise. A história da formação da cidade, envolta pela cultura do café, foi essencial para que compreendêssemos a interferência da oralidade na língua escrita, pois a maioria das pessoas que compunham o *corpus* não eram letradas, pela marginalização desses informantes do campo, advindos, em maioria, do interior, principalmente de outras fazendas de São Paulo e Minas Gerais.

Além da oralidade, a ruralidade dos informantes ficou explícita na amostra, tendo em vista que, na maioria dos fenômenos, a urbanidade da ocupação desempenhada pelo informante, o sexo e a idade não indicaram uma mudança em direção à norma culta da língua. As mulheres, por exemplo, que, segundo Labov (2008 [1972]), lideram essas mudanças rumo ao prestígio, mostraram-se mais conservadoras de algumas variantes rurais e estigmatizadas. O mesmo ocorreu na variável faixa etária, com os jovens apresentando mais a variação do dialeto rural que os mais idosos em muitos fenômenos. Apenas os fenômenos de abaixamento

da vogal alta posterior (que analisamos como relacionado ao contato linguístico com o italiano), a supressão do fonema inicial e a simplificação de concordância de número foram reduzidos significativamente dos mais velhos para os mais jovens. Os outros fenômenos foram produzidos na mesma proporção ou até intensificados pelo grupo de 18 a 30 anos. A ocupação profissional dividida entre as profissões desenvolvidas na cidade ou no campo não mostraram grande influência na produtividade dos fenômenos, flutuando mais ou menos na mesma proporção, o que foi explicado pelas condições da Maringá da época, que não podemos considerar uma cidade urbana.

Cada fenômeno investigado abriu um leque de possibilidades de aprofundamento analítico. Ao final deste estudo, podemos assertivamente pontuar que há muito a ser explorado sobre a variação linguística de Maringá, comparando esses dados a dados de norma-padrão dos mesmos informantes, a outro momento histórico da cidade ou a outras cidades da região. Estudos comparativos poderão definir quais variáveis rurais foram abandonadas e quais ainda permanecem em uso ou, ainda, o grau de ruralidade dessa Maringá de 1956 em relação a outro período ou outra comunidade. Espera-se, desse modo, que esta pesquisa fomente as discussões sobre a língua das cidades interioranas, como Maringá, e sobre a base rural e identitária da língua dos moradores do Norte e Noroeste do Paraná.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. **O fonema /lh/:** realizações fonéticas, descrição e a sua comprovação na fala popular paranaense. *Semina*, Londrina, v. 1, n.1, p. 123-132, 1989.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. O léxico paranaense: uma viagem pelas veredas rurais e pelos caminhos urbanos. *In: O falar paranaense*. Edson Domingos Fagundes; Loremi Loregian-Penkal e Odete Pereira da Silva Menon (org) 1ª. ed., v.1, Curitiba: Ed. UTFPR, 2015. p.19-34.
- ALTINO, Fabiane Cristina. **Variação linguística no Paraná:** vogais médias no ALPR e ALIB/PR. *Working Papers em Linguística (Online)*, v. 23, 2022, p. 144-167. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/78588>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. São Paulo, SP: Casa Editora O Livro, (domínio público), 1920.
- AMARAL, Luís Isaías Centeno do. **O abaixamento de /i/ e de /u/ no português da Campanha Gaúcha**. (Dissertação) Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Rio Grande do Sul, 1996.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva. **Aspectos Fonético-Fonológicos do Português Não Padrão do Ceará:** A Despalatalização e Lotização. *In: GARTNER, E.; HUNDT, C.; SCHOENBERGER, A. (Org). Estudos Geolingüísticos do Português Americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000, v. 1, p. 159-184.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva. **Ditongação e Monotongação nas Capitais Brasileiras**. *In: XVII Congresso Internacional da Asociación de Linguística y Filología de América Latina - ALFAL. Estudos Linguísticos e Filológicos – (Anais)*, João Pessoa: Ideia, 2014. v. 01. p. 2089-2101.
- ARAÚJO, Aluiza Alves de. **A redução das proparoxítonas a partir dos dados do projeto atlas linguístico do Brasil**. *Revista (Con)Textos Linguísticos (UFES)*, v. 6, p. 7-19, 2012.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. **Dicionários das famílias brasileiras**. 2 volumes, São Paulo. Ibero América, 1999, 2052p.
- BAXTER, Alan. A concordância de número. *In: LUCCHESI, Dante, BAXTER, Alan, e RIBEIRO, Ilza (org). O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 244-266.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. – 37. Edição, revisada, ampliada e atual, conforme o novo Acordo Ortográfico. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Dimensões da palavra, Filologia e Língua Portuguesa**. Filologia e Língua Portuguesa, São Paulo, v. 2, p. 81-118, 1998.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna, a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 263p.

BORTONI-RICARDO, Stela Maris. **Manual de sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

BORTONI-RICARDO, Stela Maris. **Análise linguística do Português Brasileiro por meio de quatro contínuos**: Encontrando o trabalho de Marilda Cavalcanti. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 38, p. 1-16, 2022.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. **Crenças e atitudes linguísticas**: um estudo dos róticos em coda silábica no norte do paraná. (Tese de doutorado), Universidade Estadual de Londrina – UEL, ano de obtenção: 2013

BROD, Lílian Elisa Minikel; ULIANO, C. G.; CARVALHO, M. F. S.; DEGANI, M. C.. **A ditongação das sílabas tônicas finais travadas nos falares Blumenauense e porto-alegrense**: uma análise preliminar. Revista uox, v. 2, p. 94-104, 2014.

BRUNSWICK, Henrique. **Dicionário de synónimos da lingua portuguesa**. Lisboa: Editora de Francisco Pastor, 1899.

BURKE, Peter. **A arte da conversação**. Tradução de Álvaro Luiz Hattner. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CAGLIARI, Gradis Massini. **Cantigas de amigo – do ritmo poético ao linguístico**: um estudo do percurso histórico da acentuação em Português. (Tese) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995.

CALLOU, Dinah; MORAES, João; LEITE, Yonne;. **Apagamento do R Final No Dialeto Carioca**: Um Estudo Em Tempo Aparente e Em Tempo Real. D.E.L.T.A, v. 14, p. 61-72, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/VHvYGRgfWSXtZQrZ7FFNv5D/?lang=pt#> Acesso em: 18 Fev. 2024.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 30 Edição, Petrópolis: Vozes, 1999.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. – 1. ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2014.

CASTRO, Vandersí Sant' Ana. **A resistência de traços do dialeto caipira**: estudo com base em atlas linguísticos regionais brasileiros. (Tese) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. – Campinas, 2006.

CRISTÓFARO SILVA, Thais. **Fonética e Fonologia do português**: roteiro de estudos e guia de exercícios. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

ECKERT, Penelope. **Jocks and Burnouts**: social categories and identity in the high school. New York: Teacher's College Press, 1989.

ECKERT, Penelope. *Variation, convention, and social meaning*. Paper Presented at the **Annual Meeting of the Linguistic Society of America**. Oakland CA, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FERNANDES, Letícia. **A Presença e Mobilidade Nordestina em Maringá**: novos aspectos sobre a história regional. Revista Paranaense de Desenvolvimento (Online), v. 36, p. 153-170, 2015. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/726/967> Acesso em: 14 Fev 2024.

FERNANDES, Letícia. Novos olhares sobre a presença nordestina no município de Maringá e norte do Paraná. *In: História do Paraná: Migrações, Políticas e Relações Interculturais na Reocupação das Regiões Norte, Noroeste e Oeste do Estado*. ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio A.; CRESTANI, Leandro de A. (Org). 1 ed. Toledo - PR: Fasul, 2016, v. 1, p. 110-130.

FERREIRA NETTO, Waldemar. **Introdução à fonologia da Língua Portuguesa**. 2ª Edição Revisada. – São Paulo: Paulistana, 2011, 222 p.

FERREIRA, Elisângela Maria. **A variação de ESTE e ESSE na fala dos primeiros habitantes de Maringá-PR**: uma abordagem à luz da terceira onda da Sociolinguística. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2022

FRANÇA, Tadeu. **Marcas de fala caipira Norte-Paranaense**. (Dissertação), Bauru, São Paulo, 1977.

FREIRE, José Adailton C.; BARBOSA, Daiane da C.. **Letramento e Analfabetismo**: reflexões sobre conceituações, índices e desafios. Revista De Educação Técnica E Tecnológica do IFAL (Educte), v. 2, p. 55, 2011. Disponível em <https://periodicos.ifal.edu.br/educte/article/view/42>. Acesso em 27 Fev 2024.

GASPAR, Carlos. **Falência do ensino primário**. O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 28 set. 1957. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/abc.html>  
Acesso em: 10 Dez. 2023.

GALUCH, Laura Bellanda. **Crenças e Atitudes linguísticas**: a variação da concordância verbal na fala de norte-paranaenses. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2022.

GLUSHKOVA, Maria; DOMINGUES, Taciane F. **Wilhelm Von Humboldt no contexto histórico e atual**: Brasil, Rússia e a diversidade linguística. (Artigo) Alfa, Revista de Linguística v. 66, 2022.

HORA, Demerval. Monotongação de ditongos crescentes: realidade linguística e social. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., (org), **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 349-356.

HOAUSS, Antônio. **Dicionário Houaiss conciso**. Instituto Antônio Houaiss. – São Paulo: Moderna, 2011.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama> acesso em 12 Fev 2024.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. BAGNO, Marcos; SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Caroline Rodrigues. Ed. Parábola Editorial, São Paulo, 2008 [1972]. 392p.

LEÃO, Michele. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. In: **Aedos**: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), n. 11. v. 4, 2012, p. 602-615. Disponível em [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5446/2012\\_leao\\_lei\\_saraiva\\_analfabetismo.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5446/2012_leao_lei_saraiva_analfabetismo.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Acesso em 28 Fev. 2024.

LIMA, Giselly de Oliveira. **Os processos fonológicos da síncope em palavras proparoxítonas**. Revista Leitura, [S. l.], v. 2, n. 46, p. 101–124, 2011. DOI: 10.28998/2317-9945.201046.101-124. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/306>. Acesso em: 20 abr. 2024.

LOPES, Andreia Caroline. **A variação no uso dos pronomes de primeira pessoa do plural na língua falada**. (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Paraná, 2022.

LUCCHESI, Dante. A concordância de gênero. In: LUCCHESI, Dante, BAXTER, Alan, e RIBEIRO, Ilza (org). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 267-290.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. – São Paulo: Contexto, 2015.

LUZ, France; OMURA, Ivani Aparecida Rogatti. A propriedade rural no sistema de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - município de Maringá. *In: A propriedade Rural*. Anais do VIII Simpósio nacional dos professores universitários de história. Volume III – São Paulo, 1976, p. 783-815

LUZ, France. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a microrregião “Norte Novo de Maringá” – 1950-1980**. 1988, 367f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

LUZ, France. Maringá: a fase de implantação. *In* DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, Henrique Rollo (org). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999, p. 111-124.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica: “ouvir o inaudível”**. – São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

MELO E SILVA, Karine. **Da fala para a escrita: uma abordagem da monotongação e da ditongação na escrita**. (Dissertação) – Mestrado profissional em Letras, Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão, 2015.

MOLLICA, Maria Cecília. Relevância das variáveis não linguísticas. *In* MOLLICA, Mari Cecília e BRAGA, Maria Luiza (org). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. Ed., 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2023, p. 27-32.

MONTEIRO, Christiane Lima da Camara. **A importância do estudo de história da língua portuguesa no curso de Letras**. (Dissertação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras, 2012

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. *In* DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, Henrique Rollo (org). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999, p. 27-52.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário de sinônimos**. – 4ª edição, revisada e atual, 2ª reimpressão. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2018.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. *In* DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, Henrique Rollo (org). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999, p. 13-25.

OLIVEIRA, Thiago Soares de. **A sociolinguística e a questão da variação: um panorama geral**. Instituto Federal Fluminense, R. Letras, Curitiba, v. 19, n. 25, p. 01-18, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rl> Acesso em: 14 Mar. 2024.

OMURA, Ivani Aparecida Rogatti. **Eleitores e Eleitos - composição e comportamento**: Maringá, 1956-1954. (Dissertação) – Mestrado em História Social. UFPR, Curitiba, 1981. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27098>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PAIVA, Maria da Conceição. A supressão das semivogais nos ditongos decrescentes. *In*: SCHERRE, Marta M. P. *et al.* (Org) **Padrões sociolinguísticos – análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, 1996, p. 218-236.

PAIVA, Maria da Conceição A. de e DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolinguística brasileira. *In*: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006.

PAUL, Hermann. **Princípios fundamentais da história da língua**. Tradução de Maria Luiza Shemann, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966 [1880].

PEDROSA, Juliene Lopes R.; HORA, Demerval. **Análise do /S/ em coda silábica**: uma proposta de hierarquização dos candidatos gerados. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Edição especial n. 1, 2007. ISSN 1678-8931

RIBEIRO, Patricia Rafaela Otoni. **Variação linguística na fala rural**: uma análise de dois municípios da Zona da Mata de Minas Gerais. (Tese) – Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5379/1/patriciarafaelaotoniribeiro.pdf> Acesso em 19 Out 2023.

RODRIGUES, Aryon D.. **A língua dos índios Xetá como dialeto Guarani**. *Cadernos De Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 1, p. 7-11, 1979.

SANTANA, José Humberto dos Santos; REIS, Mariléia Silva. **Quando a variação chega à escrita**: palatalização. *Revista Interdisciplinar de Pesquisa e Inovação*, v. 2, p. 1-15, 2016.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. 5ª edição, 6ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. *In*: MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza (org). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 4. Ed., 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2023, p. 147-178.

SOARES, Weber; MARQUES, Denise Helena França; FAZITO, Dimitri; FARIA, Sergio Donizete. **Italianos no Brasil**: síntese histórica e predileções territoriais. *Fronteiras (Campo Grande)*, v. 13, p. 171-199, 2011. Disponível em <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/server/api/core/bitstreams/6bf505d4-1473-48a5-a3c8-db5562734f36/content> Acesso em 11 Abr. 2024.

SPESSATTO, Marizete Bortolanza. **A história se faz presente**: a influência dos

dialetos italianos na fala em português de jovens estudantes do oeste de Santa Catarina. *Working Papers em Linguística (Online)*, v. 22, p. 278-301, 2021.

Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/download/76848/47309/308475> Acesso em: 02 Mai. 2024.

TAIT, Tania Fatima Calvi. **As excluídas da história:** o olhar feminino sobre a formação de Maringá. *In* DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, Henrique Rollo (org). **Maringá e o Norte do Paraná:** estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999, p. 293-308.

TARALLO, Fernando. **“A Fênix finalmente renascida”**. *Boletim da ABRALIN*, n. 6, 1984, p. 95-103.

TFOUNI, Leda Verdiani; PEREIRA, Aanderson de Carvalho; ASSOLINI, Filomena Elaine Paiva. **Letramento:** É possível uma escrita despida de oralidade?. *Proposições (UNICAMP, online)*, v. 30, p. e 20180023, 2019.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A Região Norte do Paraná e a formação da cidade de Maringá**. *Semina (UPF)*, v. 08, 2010.

TOMAZI, Nelson Dazzio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do estado do Paraná. *In* DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, Henrique Rollo (org). **Maringá e o Norte do Paraná:** estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999, p. 53-82.

VIEIRA, Raquel Peixoto Ferreira. *Historiografia-linguística dos métodos de estudo sobre aférese no Brasil. (Tese) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Goiânia, 2012.*

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade:** relações entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. *In* Eliano Sérgio Azevedo Lopes; Dalva Maria da Mota; Tânia Elias Magno da Silva (org). *Desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Aracaju, SE: EMBRAPA/UFS, 2002, p. 19-57.

WEINREICH, Uriel. LABOV, William. HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco; posfácio Maria da Conceição A. de Paiva e Maria Eugênia L. Duarte. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ZAMFERRARI, Jaqueline Gomes. SCHELBAUER, Analete Regina. **A arquitetura das escolas municipais rurais de Maringá (1947-1968)**. *DUCA – Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho*, v. 07, p. 1044-1069, jan./dez., 2020.

## ANEXOS

Tabela 85 – Todos os fenômenos fonético-fonológicos encontrados

	<b>Fenômenos encontrados</b>	<b>Quantidade de fenômenos</b>
1	Monotongação	213
2	Abaixamento da vogal alta posterior	204
3	Elevação das vogais médias	121
4	Redução de palavra proparoxítona	93
5	Supressão de fonema inicial	91
6	Rotacismo	80
7	Supressão de /r/	57
8	Ditongação	46
9	Despalatização	32
10	Nasalização	28
11	Supressão de sílaba (quando não é palavra proparoxítona)	27
12	Abaixamento de /i/	19
13	Troca de vogal nasalizada	19
14	Neutralização	15
15	Supressão de /s/	14
16	Troca das oclusivas /t/ e /d/	13
17	Troca de /e/ por /o/	12
18	Desnasalização	11
19	Acréscimo de sílaba	8
20	O /r/ ou o /n/ muda de posição	8
21	Troca de /e/ por /a/	8
22	Acréscimo de /r/	7
23	Troca de /r/ por /u/	6
24	Troca de /v/ por /b/	5
25	Troca de fricativas /f/ por /v/ ou /z/ por /s/	5
26	Supressão de /l/	3
27	Inversão de ditongo	3
28	Troca de /o/ por /a/	3
29	Troca de /o/ por /e/	3
30	Troca de /r/ por /l/ (quando não é ditongação)	3
31	Troca de /a/ por /o/	2
32	Acréscimo de /s/	2
33	Troca de /u/ por /a/	2
34	Troca de /u/ por /e/	2
35	Palatização - /ʎ/ e /ɲ/	2
36	Troca de /r/ por /s/	1
37	Troca de /t/ por /r/	1
38	Troca de /d/ por /b/	1
39	Troca de /e/ por /é/	1

40	Troca de /e/ por /u/	1
41	Troca de /o/ por /i/	1
42	Troca de /b/ por /g/	1
43	Troca de /c/ por /g/	1
44	Troca de /z/ por /g/	1
45	Troca de /i/ por /r/	1
46	Supressão de /v/	1
<b>Total Geral</b>		<b>1173</b>

Fonte: autoria própria

Tabela 86 – Todos os fenômenos morfossintáticos encontrados

<b>Fenômeno</b>	<b>Quantidade</b>
Concordância	30
Crase entre preposição e nome	3
Acréscimo de preposição	3
Supressão de preposição	1
<b>Total Geral</b>	<b>37</b>

Fonte: autoria própria